



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Conceição Maria Vaz Robaina

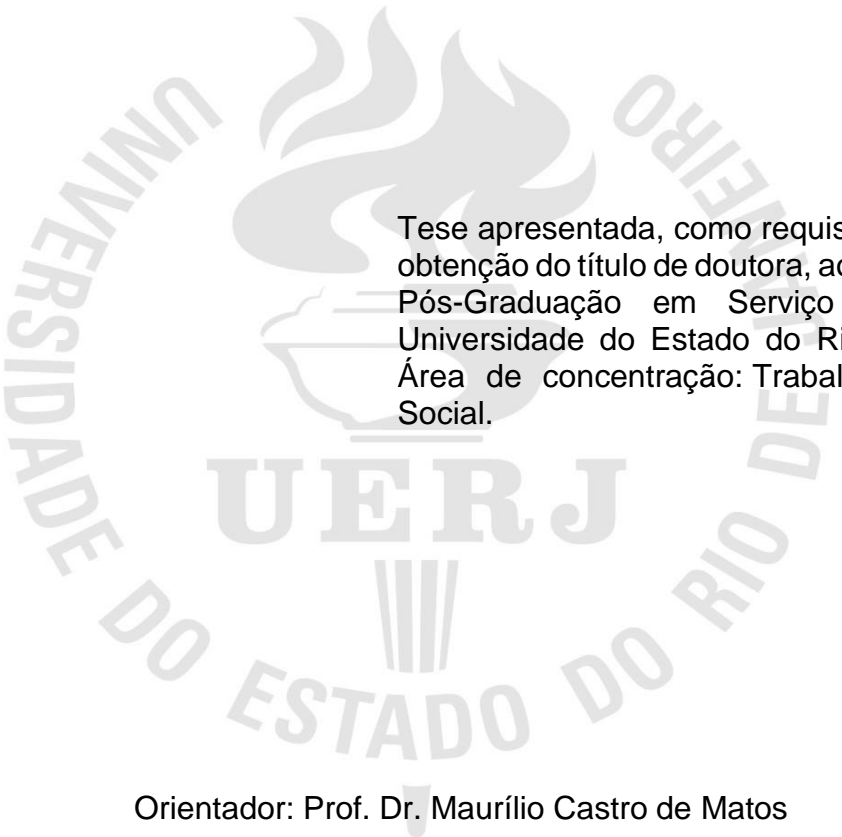
***“Sem trabalho não, você não é nada.”: Adoecimento pela
aposentadoria como produto do sentido do trabalho alienado***

Rio de Janeiro

2022

Conceição Maria Vaz Robaina

“Sem trabalho não, você não é nada”: Adoecimento pela aposentadoria
como produto do sentido do trabalho alienado



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Maurílio Castro de Matos

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

R628 Robaina, Conceição Maria Vaz.
“*Sem trabalho não, você não é nada*”: Adoecimento pela aposentadoria
como produto do sentido do trabalho alienado / Conceição Maria Vaz
Robaina. – 2022.
167 f.

Orientador: Maurílio Castro de Matos.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Facul-
dade de Serviço Social.

1. Aposentadoria – Teses. 2. Saúde e trabalho – Teses. 3.
Subjetividade – Teses. I. Matos, Maurílio Castro de. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 331.25

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou
parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Conceição Maria Vaz Robaina

**“Sem trabalho não, você não é nada”: Adoecimento pela aposentadoria
como produto do sentido do trabalho alienado**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em: 29 de abril de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Maurílio Castro de Matos (Orientador)
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dra. Maria Inês de Souza Bravo
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dra. Sara Graneman
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcelos
Fundação Oswaldo Cruz

Prof.^a Dra. Elaine Rosseti Behring
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

A Francisco Abdala (Diretor do Sindicato dos Bancários - Rio), representando agora não só a categoria dos bancários do Rio de Janeiro, mas a todos os trabalhadores do mundo que pereceram pela combinação da covid-19 e a gestão capitalista da pandemia.

AGRADECIMENTOS

Às minhas filhas, Thamiris e Hannah, parceiras de estrada, cúmplices nos desafios, alegrias e lágrimas, e o maior legado que Heleno Alves me deixou. Imenso orgulho das mulheres que se tornaram e de tudo que construímos juntas.

Aos meus pais, Jorge e Neuza (ambos em lembrança), pelo tanto que apostaram em mim. Ele, um operário autodidata, ainda que sem clareza do que fazia me deu as primeiras coordenadas da emancipação feminina quando me dizia: “*Estude para ter seu dinheiro e não depender de homem nenhum*”. Ela, uma mulher batalhadora, sagaz, ajudante de cozinha e vendedora nata de qualquer coisa que lhe pusesse nas mãos, me ensinou a encarar as lutas de frente. Mesmo depois dos meus 50 anos ainda me cobrava: “*Cocê não vai estudar mais não?*”. Sigo honrando seus ensinamentos e esforços.

Às Meninas Nanci, Taninha, Sandra, Ida, Lena, Lucy, Beth, Claudinha, Perci, Rita, Valéria, Marcinha, Denise, Ângela e Norma, amigas-irmãs. Eu teria que escrever outro volume desta tese para enumerar as razões para agradecer a presença de vocês neste momento e na minha vida em geral. Nada incorpora melhor a máxima “eu sou porque nós somos”.

À família Vaz, minha tribo, meu solo e meu cais.

Às mangas arregaçadas de Rodriane Souza e Maria Helena Tavares, sem as quais eu sequer teria passado pela seleção do doutorado. Vocês me emocionam.

Em especial, às companheiras Perciliana Rodrigues e Beth Salvador pela leitura atenta e crítica, pela interlocução permanente, pelos apontamentos cruciais. Braços, corações e mentes disponíveis para me auxiliar nesta travessia. Ainda estão por inventar as palavras para exprimir minha gratidão e afeto por vocês.

Aos/às trabalhadores/as aposentados/as entrevistados/as na pesquisa, pela disponibilidade de abrir seus sofrimentos e superações e me permitir adentrar em suas histórias. Espero fazer jus à generosidade de vocês.

Ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro e à Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela pronta adesão à pesquisa e pela dedicação para garantir a participação dos trabalhadores/as de suas bases.

Aos/às professores/as e funcionários/as da secretaria do PPGSS-UERJ pelo compromisso de manter a qualidade do programa num período de grave crise institucional.

À minha turma do DO2017 pela lição de leveza e solidariedade. Foi renovador estar nesta trilha na companhia de vocês.

Às minhas nove orientandas de TCC 2021.2 da PUC-Rio. Ainda que não tenha lhes dito, compartilhei das mesmas angústias e sofrimentos. A cada superação de vocês, uma nova fonte de inspiração.

Às Professoras Maria Inês Bravo, Sara Granemann e Elaine Behring por aceitarem compor essa banca e, em especial, ao Prof. Luiz Carlos Fadel pela mesma razão, e pela intermediação decisiva junto aos sindicatos que compuseram a base da pesquisa. Ao longo de minha trajetória profissional e acadêmica todos vocês se constituíram em referências privilegiadas pelo tipo de academia que constroem – engajada, militante. Muito me honra esta composição.

Por fim, o meu agradecimento mais genuíno ao meu orientador Prof. Maurílio Matos, a quem devo o fato de ter conseguido chegar até aqui. Nos momentos de instabilidade, sua firmeza e doçura me deram sustentação para retomar o caminho. Eu sempre soube que poderia contar com sua competência, respeito e interlocução, mas não tinha a dimensão da afetividade e leveza com que você desenvolveria essa tarefa. Penho aqui meu carinho e gratidão a você por essa jornada.

Encanto Coral

Tem os que rodam por aí
Semeando engano
Tem os que pintam
A sujeira de dourado
Tem os que tateiam no escuro
Os que vivem em cima do muro
Tem os que sufocam
Tem os que embarcam
Os que matam
Dizem que vem por aí um vento
Mudando o lugar de todos os grãos
E que o tempo, como um grande manto
Vai encobrir as esperanças
Mas tem também os que semeiam danças
E é junto desses que eu quero estar

Renato Bonfatti

RESUMO

ROBAINA, C. M. V. “*Sem trabalho não, você não é nada*”: Adoecimento pela aposentadoria como produto do sentido do trabalho alienado. 2022. 167 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A presente tese trata do adoecimento pela aposentadoria como um produto do sentido do trabalho alienado. O aumento da expectativa de vida da população brasileira, articulado com o acesso ao emprego formal e à previdência social por parcela dos trabalhadores, ampliou o tempo em que se vive na condição de aposentado. Entretanto, viver mais não significa viver melhor. Interpõem-se aí questões materiais e subjetivas. Buscou-se fundamento teórico na tradição marxista para desvelar as determinações do adoecimento na aposentadoria, orientada pela hipótese de que o mesmo paradigma que impõe ao trabalhador o sentido do trabalho como sofrimento, contraditoriamente interdita seu prazer na aposentadoria e se expressa na forma de adoecimento do trabalhador. Dito de outro modo, que o sentido do trabalho (compreendido como força de trabalho em movimento submetida a terceiros para produzir bens e serviços), localizado no emprego e tomado como medida de valor do homem frente à sociedade, seja um fator adoecedor quando na ausência destes condicionantes. Partiu-se de uma experiência de Programa de Preparação para Aposentadoria, na ótica de saúde do trabalhador, onde aposentadoria e adoecimento se entrecruzavam, favorecendo o surgimento da hipótese. Para investigação desta tese realizou-se pesquisa de natureza qualitativa, com aposentados de diferentes ramos de produção, selecionados a partir da livre escolha de seus sindicatos, utilizando-se para isso de entrevista semiestruturada, por via remota em razão da pandemia da covid-19. Para efeito deste estudo considerou-se o processo de aposentadoria, compreendido entre o momento em que ela surge como opção concreta, a tramitação formal e o pós-aposentadoria. Da mesma forma, adoecimento foi utilizado para designar o sofrimento que perdura no registro subjetivo do trabalhador, coincidindo ou não com a classificação médica. O roteiro e análise das entrevistas privilegiaram três eixos básicos: se o processo de aposentadoria causou desconforto, adoecimento ou algum sofrimento, qual o sentido do trabalho expresso pelos entrevistados e como o trabalhador explica este sofrimento. Optou-se por um método de exposição dos resultados que prioriza o protagonismo dos trabalhadores aposentados, em consonância com o princípio da saúde do trabalhador da “não delegação”. Seus achados indicam a pertinência da hipótese, embora a natureza do estudo não permita considerá-los conclusivos. Pretende-se que suas contribuições favoreçam outros estudos e metodologias de intervenção dos diversos setores que tem o campo do trabalho como matéria, em particular aos sindicatos enquanto sujeito coletivo de defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, e à saúde do trabalhador, que tem restringido a atenção aos agravos à força de trabalho ativa, tendo por horizonte ações político-pedagógicas e estratégicas de desvelar os sentidos do trabalho junto aos trabalhadores.

Palavras-chave: Aposentadoria. Adoecimento. Sentido do trabalho. Subjetividade. Saúde do trabalhador.

ABSTRACT

ROBAINA, C. M. V. *“Without work, you are nothing”*: Illness due to retirement as a product of the meaning of alienated work. 2022. 167 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis deals with illness due to retirement as a product of the meaning of alienated labor. The increase of life expectancy of the Brazil's population, combined with access to formal employment and social security by a portion of workers, has extended the time spent in retirement. However, living longer does not mean living better. There, material and subjective questions arise. Theoretical foundation was sought in the Marxist tradition to unveil the determinations of illness in retirement, guided by the hypothesis that the same paradigm that imposes on the worker the meaning of work as suffering, contradictorily prohibits his pleasure in retirement and is expressed in the form of illness of the worker. In other words, that the meaning of work (understood as a labor force in movement submitted to others to produce goods and services), located at work, and taken as a measure of man's value “*vis-à-vis*” society, is a sickening factor when in absence of these conditions. It started with an experience of the Retirement Preparation Program, from the perspective of worker's health, where retirement and illness were intertwined, favoring the emergence of the hypothesis. For the investigation of this thesis, a qualitative research was carried out, with retirees from different branches of production, selected from the free choice of their unions, using a semi-structured interview, through virtual means, due to the pandemic of Covid-19. For the purpose of this study, the retirement process was considered, between the moment when it appears as a concrete option, the formal procedure and the post-retirement period. Likewise, illness was used to designate the suffering that persists in the worker's subjective record, whether or not it coincides with the medical classification. The script and analysis of the interviews focused on three basic axes: if the retirement process caused discomfort, illness or some suffering, what is the meaning of the work expressed by the interviewees and how the worker explains this suffering. We opted for a method of exposing the results that prioritizes the protagonism of retired workers, in line with the principle of worker health of “non-delegation”. Their findings indicate the relevance of the hypothesis, although the nature of the study does not allow them to be considered conclusive. It is intended that their contributions favor other studies and intervention methodologies in the various sectors that have the field of work as a subject, in particular unions as a collective subject of defense of workers' class interests, and worker's health, which has restricted attention to potential harm to the active workforce, with a view to political-pedagogical and strategic actions to unveil the meanings of work along with the workers.

Keywords: Retirement. Illness. Work sense. Subjectivity. Worker's health.

RESUMEN

ROBAINA, C. M. V. “*Sin trabajo no, no eres nada*”: Padecimiento por jubilación como producto del sentido del trabajo enajenado. 167 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

La presente tesis trata de la enfermedad por jubilación como producto del sentido del trabajo enajenado. El aumento de la expectativa de vida de la población brasileña, combinado con el acceso al empleo formal y a la seguridad social de una parte de los trabajadores, extendió el tiempo de jubilación. Sin embargo, vivir más no significa vivir mejor. Allí se interponen cuestiones materiales y subjetivas. Se buscó fundamento teórico en la tradición marxista para develar las determinaciones de la enfermedad en la jubilación, guiado por la hipótesis de que el mismo paradigma que impone al trabajador el sentido del trabajo como sufrimiento, contradictoriamente veta su placer en el retiro y se expresa en forma del padecimiento del trabajador. En otras palabras, que el significado del trabajo (entendido como fuerza de trabajo en movimiento sometido a terceros para producir bienes y servicios), ubicado en el empleo, y tomado como medida de valor del hombre frente a la sociedad, es un enfermizo factor cuando en ausencia de estas condiciones. Se partió de una experiencia de un Programa de Preparación para la Jubilación, desde la perspectiva de la salud del trabajador, donde se entrelazaron jubilación y enfermedad, favoreciendo el surgimiento de la hipótesis. Para la investigación de esta tesis se realizó una investigación cualitativa, con jubilados de diferentes ramas productivas, seleccionados de la libre elección de sus gremios, mediante entrevista semiestructurada, por medio remoto, debido a la pandemia del Covid-19. Para efectos de este estudio se consideró el proceso de jubilación, comprendido entre el momento en que aparece como opción concreta, el trámite formal y el período posterior a la jubilación. Asimismo, se utilizó enfermedad para designar el sufrimiento que perdura en el registro subjetivo del trabajador, coincidiendo o no con la clasificación médica. El guión y análisis de las entrevistas se centraron en tres ejes básicos: si el proceso de jubilación generó malestar, enfermedad o algún sufrimiento, cuál es el sentido del trabajo expresado por los entrevistados y cómo el trabajador explica este sufrimiento. Optamos por un método de exposición de los resultados que prioriza el papel protagónico de los trabajadores jubilados, en línea con el principio de “no delegación” de la salud del trabajador. Sus hallazgos indican la pertinencia de la hipótesis, aunque la naturaleza del estudio no permite considerarlos concluyentes. Se pretende que sus aportes favorezcan otros estudios y metodologías de intervención en los diversos sectores que tienen por objeto el campo del trabajo, en particular los sindicatos como sujeto colectivo de defensa de los intereses de clase de los trabajadores, y a la salud del trabajador, lo que anda restringiendo la atención a los agravios a la fuerza de trabajo activa, con vistas al horizonte acciones político-pedagógicas y estratégicas para develar los sentidos del trabajo junto a los trabajadores.

Palabras clave: Jubilación. Enfermedad, Padecimiento. Sentido de trabajo.

Subjetividad. Salud del trabajador

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	A EXPERIÊNCIA GERMINAL	22
2	TRABALHO E APOSENTADORIA NO CAPITALISMO: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS	41
2.1	Trabalho como categoria central para o ser social e sua produção de sentidos	42
2.2	Envelhecimento e aposentadoria nas particularidades do capitalismo periférico	54
2.3	Sentido do trabalho alienado: universalidade e particularidades de gênero	63
2.4	Aposentadoria e a saúde mental dos trabalhadores	69
3	“CHEGAR E PARTIR, SÃO SÓ DOIS LADOS DA MESMA VIAGEM”: TRABALHO E APOSENTADORIA NA VOZ DOS TRABALHADORES	79
3.1	O processo de investigação da realidade: os passos até o trabalhador	79
3.1.1	<u>O processo de seleção dos sujeitos da pesquisa</u>	82
3.1.2	<u>A construção do roteiro de entrevista, a escolha dos instrumentos de registro de dados e a entrevista teste</u>	86
3.1.3	<u>O convite aos participantes</u>	89
3.1.4	<u>A realização das entrevistas</u>	91
3.1.5	<u>A análise dos dados</u>	92
3.1.6	<u>Devolução da pesquisa</u>	93
3.2	Composição do universo da pesquisa	94
3.3	Configuração do perfil do grupo de entrevistados	95
3.4	<i>“Eu me sentia viva. Você se aposenta, você basicamente se sente morto né?” – O sofrimento pelo processo de aposentadoria e o sentido do trabalhona voz dos próprios sujeitos</i>	97
3.4.1	<u>“Tudo do que eu sou, tudo do que eu tenho devo ao meu trabalho” - Centralidade e sentido do trabalho</u>	98
3.4.2	<u>“Na verdade quer se sentir útil né, como você era antes”- O processo de aposentadoria causou sofrimento ao trabalhador?</u>	106

3.4.3	<u>“A instituição é um CNPJ que é formado por CPFs” - A mágoa institucional.....</u>	124
3.5	“Você tem essa fantasia que você vai pra piscina, vai viajar, vai curtir...” – O sentido da aposentadoria.....	128
3.6	Pra não dizer que não falei das flores, Rosas, Margaridas.....	133
3.7	Outras notas	135
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista da pesquisa Impactos da aposentadoria na saúde do trabalhador e sua relação com o sentido do trabalho.....	156
	APÊNDICE B – Convite para participação de pesquisa (Sindicatos).....	158
	APÊNDICE C – Convite para participação na pesquisa (Trabalhadores aposentados).....	159
	ANEXO A – Termo de Autorização Institucional.....	160
	ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	161
	ANEXO C – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – UERJ.....	165

INTRODUÇÃO

Viver da aposentadoria é um fato socialmente recente no Brasil considerando o aumento da expectativa de vida da população, em combinação com as gerações que puderam desfrutar da conquista do emprego formal e dos marcos legais da previdência social. Este acontecimento expressa a materialização de um conjunto de lutas da classe trabalhadora, em diferentes dimensões da vida social, mas é também (e por isso) um espaço pleno de contradições.

Se o domínio do ser social sobre a natureza possibilitou ao homem¹ viver mais tempo, não necessariamente significou a garantia de viver bem². Da mesma forma, se foi possível conquistar o direito de reduzir o tempo de trabalho em relação ao tempo de vida, isto também não assegurou o gozo do tempo livre como o fruir das demais dimensões da vida social³. Interpõem-se aí questões materiais e subjetivas. Se este tempo de vida “extra” após o tempo de retirada do trabalho é objeto de acirrada disputa da luta de classes, o modo de ser do ser social forjado política e culturalmente pelo sistema capitalista, também condiciona as possibilidades do viver aposentado.

O presente estudo, sistematizado e intitulado “*Sem trabalho não, sem trabalho você não é nada*”: *Adoecimento pela aposentadoria como produto do sentido do trabalho alienado*, se dedica a desvelar as determinações do adoecimento na aposentadoria como expressão do sentido do trabalho alienado.

O interesse pelo tema nasce da nossa experiência profissional decorrente da inserção como assistente social em um serviço de saúde do trabalhador de uma instituição pública, onde tornara-se recorrente o atendimento a trabalhadores cujas demandas evidenciavam uma associação entre aposentadoria e adoecimento. A partir de um longo processo de investigação e sistematização construiu-se um programa

¹ Neste trabalho não se utilizará a linguagem de gênero quando se referir ao gênero humano, entretanto isto de modo algum significa negar a linguagem como signo cultural, que na atualidade ainda expressa uma dominânciamasculina, de caráter sexista. Sequer representa a intenção de referendá-la, mas apenas uma submissão à linguagem formal. Deste modo, quando houver alusão a homem/trabalhador estamos nos referindo tanto aos homens quanto às mulheres, inclusive no que tange aos sujeitos da pesquisa. O tratamento no feminino só será utilizado para tratar de pessoas específicas que podem/devem ser identificadas, ou quando a alteração do gênero desrespeitaria a fala literal do sujeito.

² Uma condição que está dada por um modo específico de relações sociais.

³ É preciso de antemão aclarar que ainda que a aposentadoria seja uma conquista de classe dos trabalhadores ante o capital, ela não representa a libertação do trabalhador individual das relações sociais calcadas na exploração. Ela se constitui, tão somente, numa limitação do tempo de submissão do trabalhador ao consumo direto de sua força de trabalho pelo capitalista.

interdisciplinar voltado à preparação para aposentadoria nos marcos da saúde do trabalhador, tendo como ponto de partida os interesses dos trabalhadores atendidos.

São muitas as evidências no cotidiano quanto à intimidade entre aposentadoria e sofrimento psíquico/estados patológicos. A observação empírica da rotina dos serviços, frequentemente com dados não sistematizados pelos profissionais que lidam com a força de trabalho, tem sugerido esta articulação. Particularmente, a depressão, síndrome do pânico, dependência química e, inclusive suicídio, tem sido relatados como deflagrados após a aposentadoria. Entretanto, tais ocorrências têm sido justificadas por uma gama de fatores que comumente localizam no próprio sujeito a gênese de seus sofrimentos.

Os setores que atendem trabalhadores próximos à aposentadoria, em geral serviços de gestão de pessoas, vêm pautando a necessidade de trabalhar o tema com este segmento, mesmo quando não o associam diretamente com o adoecimento. Numerosas instituições vêm implantando programas de preparação para aposentadoria, cuja demanda social já foi, inclusive, elevada à condição de previsão legal, como no Estatuto do Idoso, por exemplo (BRASIL, 2003).

Entretanto, os serviços de saúde do trabalhador, *locus à priori* desta articulação (adoecimento/trabalho/aposentadoria), não possuem registros ou estatísticas sobre estas ocorrências em razão de seu campo de atuação referir-se ao trabalhador na ativa, centrados na vigilância e proteção aos agravos à saúde destes. O que há de problemático nesta centralização é que ela obscurece que o aposentado continua a viver do produto do seu trabalho, ou seja, seu pertencimento de classe (ROBAINA, 2019).

Assim, para o campo da saúde do trabalhador o desafio é o de transcender às demandas diretas por saúde na sua vinculação exclusiva com o trabalho ativo. Embora esta afirmação pudesse parecer uma redundância numa formação social em que se vive essencialmente da venda da própria força de trabalho, ela tem uma dimensão paradigmática.

O presente estudo se impõe o desafio de tratar a aposentadoria como fenômeno complexo, pleno de mediações, e como dimensão inversa ao trabalho no que se refere ao emprego da força de trabalho. Na base desta proposição está a hipótese de que o mesmo paradigma que impõe ao trabalhador o sentido do trabalho como sofrimento, contraditoriamente penhora seu prazer na aposentadoria e vem a se expressar na forma de adoecimento do trabalhador individual. Dito de outro modo,

o sentido do trabalho (localizado no emprego, quando a força de trabalho está em movimento, submetida a terceiros para produzir bens e serviços), é tomada como a medida do valor do homem frente à vida e à sociedade, constituindo-se o fator adoecedor quando na ausência destes condicionantes.

O suporte teórico que se pretende desenvolver neste estudo objetiva evidenciar que como o produto final do trabalho não pertence ao trabalhador, mas ao capitalista que comprou sua força de trabalho (alienação), a ele parece que sua identidade de trabalhador existe somente enquanto esta força está em movimento.

Nesta ótica, a noção da aposentadoria como limitação da exploração direta fica subtraída e cede lugar a explicações de ordem pessoal para justificar este desprazer, perde-se o sentimento de pertencimento.

Para uma breve noção do estado da arte quanto à temática elencamos dois trabalhos que se dedicaram a comparar produções acadêmicas neste campo e seus achados.

Em 2013 Panozzo e Monteiro publicaram um estudo intitulado “Aposentadoria e saúde mental: uma revisão de literatura”, preocupados com a produção acadêmica frente a relevância da relação entre a desvinculação das atividades profissionais com a saúde mental dos trabalhadores, diante de um cenário mundial em que o aumento da expectativa de vida permite “um prolongamento em torno de 20 anos do tempo em que o indivíduo permanece na condição de aposentado, representando um período expressivo de sua vida” (PANOZZO; MONTEIRO, 2013, p. 200). A pesquisa considerou artigos e trabalhos acadêmicos do período compreendido entre 2006 a 2011, publicados na base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online), MEDLINE (MedicalLiteratureAnalysisandRetrieval System Online), Web of Science, Web of Knowledge-ISI e AcademicSearch Premier. Inicialmente foram encontrados 1797 estudos com estes descritores.

Agregou-se à pesquisa o banco de teses e dissertações da Capes, tanto para as bases nacionais quanto internacionais, considerando o mesmo lapso temporal. Foram localizadas 06 dissertações de mestrado e 03 teses de doutorado na produção nacional e 21 estudos nas bases internacionais com estes descritores. Destes, apenas 02 estudos brasileiros relacionavam-se ao tema da pesquisa.

Os autores informam ainda que nos sites <https://tel.archives-ouvertes.fr/index.php> e www.phddata.org/search.php nenhuma pesquisa com estes

descritores foi localizada. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão, deste universo de publicações em língua portuguesa, inglesa e espanhola, apenas 28 estudos puderam ser utilizados para efeito da referida revisão. A categorização destas pesquisas resultou na identificação de: a) 05 estudos relacionados à qualidade de vida e satisfação com a aposentadoria; b) 07 artigos sobre preparação para aposentadoria; c) 04 estudos sobre expectativas e perspectivas frente à aposentadoria; d) 02 artigos sobre envelhecimento; e) 10 artigos relacionados às consequências da aposentadoria para a saúde.

Embora a síntese das pesquisas das demais categorias visitadas pelo referido estudo tenham fornecido elementos para o interesse central de nosso estudo, é importante enfatizar a insuficiência de investigações sobre o adoecimento no pós-aposentadoria.

Panozzo e Monteiro (2013) concluem destes estudos que:

Ao comparar os resultados por temáticas, observou-se que a mais estudada relacionou-se às consequências da aposentadoria para a saúde. Este fato proporcionou maior compreensão do processo de transição, do período imediatamente anterior e do período posterior à aposentadoria, bem como da interferência dessa fase na saúde dos protagonistas, no momento de vida em que a desvinculação do trabalho está prestes a acontecer ou já se efetivou. As pesquisas apontam que a idade do sujeito na ocasião da aposentadoria pode influenciar nas repercussões sobre sua saúde mental e sugeriram que continuar vinculado a alguma atividade de trabalho pode ser benéfico à saúde de pessoas de mais idade (p. 207).

Salientam ainda a escassez de artigos com foco na dimensão mais psicológica da aposentadoria e uma predominância de abordagens sobre os aspectos da saúde física e questões econômicas, e destacam a necessidade de novos estudos em busca de entendimento do problema: “Depois de ter acesso a cerca de 1800 artigos encontrados nas bases de dados, somente 28 tratavam especificamente do tema da relação entre aposentadoria e saúde mental” (PANOZZO; MONTEIRO, 2013, p. 207).

Antunes e Moré (2016) realizaram uma revisão integrativa da produção científica brasileira buscando identificar estudos que correlacionassem aposentadoria / saúde do idoso / saúde do trabalhador, publicados no período de 2004 a maio de 2015, nas bases de dados SciELO e LILACS. A partir destes descritores foram identificadas 82 publicações que, submetidas aos critérios de inclusão e exclusão, reduziram-se a 20 artigos. O método de pesquisa utilizado associou os descritores em pares, mediados pela expressão AND (aposentadoria AND saúde do idoso;

aposentadoria AND saúde do trabalhador; saúde do idoso AND saúde do trabalhador), resultando em 12 artigos que tratam da relação entre aposentadoria e saúde do idoso, 05 artigos associando aposentadoria e saúde do trabalhador⁴ e 03 vinculando saúde do idoso e saúde do trabalhador.

Os autores, com base nos dispositivos legais que associam a orientação para aposentadoria à promoção e prevenção de saúde, consideram que o estudo acerca da aposentadoria está vinculado à saúde do idoso e à saúde do trabalhador já que “a vivência deste período não ocorre de forma isolada, mas se interliga, entre outros fatores, à sua trajetória profissional e às diferentes etapas que compõem o ciclo de vida” (ANTUNES; MORÉ, 2016, p. 250).

Destaca-se para Antunes e Moré (2016) o número restrito de publicações científicas acerca destes temas no Brasil, frente ao crescente processo de envelhecimento populacional e da urgência de respostas às demandas deste fenômeno. Ademais:

Averiguou-se, também, que os trabalhos analisados não discutem o fenômeno da aposentadoria de forma ampliada, no sentido de considerar a complexidade dos fatores psicológicos, sociais e culturais que nele estão envolvidos. Percebeu-se uma ênfase nas questões de cunho econômico, enfatizando o benefício previdenciário em vez da inter-relação dos processos objetivos e subjetivos que coexistem nessa experiência. Chama a atenção o fato de que foi localizada apenas uma produção que parte dos estudos de aposentadoria para discutir aspectos relacionados à saúde, o que permite questionar se os trabalhos nessa área têm marginalizado, em certa medida, o diálogo com a perspectiva da saúde, privilegiando outros aspectos (ANTUNES; MORÉ, 2016, p. 256).

Em que pese os limites do recorte do campo de investigação destas pesquisas, parece-nos seguro afirmar que a inexpressividade das produções acadêmicas sobre o tema revela um campo casto de exploração. Assim sendo, é plausível considerar que este fato atribui a este estudo um caráter exploratório, razão pela qual optou-se por trabalhar o tanto quanto possível com os depoimentos originais dos trabalhadores que fizeram parte da pesquisa que embasa esta tese.

Para situar o objeto buscou-se identificar os elementos estruturais que conformam a relação Capital X Trabalho, modelos de gestão do trabalho, com

⁴ Vale observar que deste grupo de artigos dois tratam de aposentadoria por invalidez e outros dois também versam, ainda que não exclusivamente, sobre esta modalidade de aposentadoria. O quinto artigo apresenta um estudo de caso de suicídio de um pré-aposentado e do “silêncio institucional” frente ao sofrimento deste trabalhador e seu perfil workaholic (ANTUNES; MORÉ, 2016, p.255).

importante destaque para a histórica relação entre produção, processo de trabalho/aposentadoria e saúde-doença.

O recorte para análise do objeto de estudo privilegiará as determinações sociais da relação saúde-doença dos trabalhadores aposentados, portanto, consideramos que o referencial teórico marxista é o que atende às exigências para seu aprofundamento.

Por esta ótica, pode-se afirmar que o sofrimento e o adoecimento não são a-históricos. Entretanto, é fundamental que se faça de antemão uma distinção entre sofrimento pelo trabalho e o desgaste para a realização da tarefa. A psicodinâmica nos ensina que trabalhar é usar de si para vencer a resistência do mundo objetivo para a execução da tarefa (DEJOURS, 2004), o que implica naturalmente num desgaste. O que denominamos aqui como sofrimento decorre das relações sociais implicadas neste fazer. Igualmente imperioso é qualificar o conceito de adoecimento, uma vez que a expressão sugere uma categorização da medicina anatomopatológica, validada por protocolos e registrada no Código Internacional de Doenças (CID) que, como veremos, expressa um conjunto de interesses das condições objetivas da produção naquele momento histórico. Apesar disto, insistimos no uso da expressão porque ela nos permite a interpelação com campos com os quais se pretende dialogar. Adoecimento então será utilizado aqui como o sofrimento que perdura no registro subjetivo do trabalhador, coincidindo ou não com a classificação médica.

A apresentação metodológica das diferentes fases do estudo, desde a escolha do tema, objeto, construção do arcabouço teórico, instrumental a ser utilizado para a pesquisa de campo e análise de seus resultados, são parte do processo de aproximação sucessiva da realidade e constante redirecionamento de sua apreensão, como é o processo de produção do conhecimento lembrando Minayo (1994). A processualidade desse estudo foi constituída, portanto, de etapas que se retroalimentaram na busca de complementação e aprofundamento do tema.

Por se tratar de estudo com seres humanos, foi necessária a aprovação no Comitê de Ética da Uerj, sob processo nº 38883320.8.0000.5282 e parecer nº 4.380.509 cumprindo as exigências das normas vigentes e compromisso com os trabalhadores, sujeitos da pesquisa.

Para desvelar o complexo contido na realidade investigada e capturar seu movimento, o presente estudo realizou aproximações contínuas ao seu objeto, instigado pela empiria, pela realidade caótica. De uma experiência do cotidiano

profissional, já aludida, ascendeu à dimensão teórica para desvendar os condicionamentos do concreto, a partir da investigação dos significados das relações sociais e institucionais, retornando ao plano do real para orientar os projetos de intervenção.

Efetivada a ação, submeteu-se seus resultados e as novas questões emergentes ao filtro da análise para conhecimento mais rigoroso de suas sujeições, que volta a retroalimentar a ação em ato contínuo⁵. A hipótese deste estudo emerge justamente deste processo de sucessivas reaproximações.

Esta tese consiste em uma ampliação do campo de interesse, do plano local para o mais geral, em busca do aprofundamento das determinações universais. Recorre ao singular através de entrevistas com trabalhadores aposentados de ramos de produção diversos, selecionados a partir da livre escolha de seus sindicatos, para que sejam analisados à luz da teoria.

A opção por acessar os trabalhadores aposentados por meio de seus sindicatos, sujeitos coletivos, tem também a intenção de retirar o debate do plano da individualidade e conferir-lhe o status de questão coletiva.

Deste modo, o método de exposição da tese parte do real (experiência local), ascende ao teórico (busca das determinações universais), e retorna ao concreto pensado e ampliado – seguindo a cronologia de como nosso ensaio com a temática se efetivou. Deste movimento, surgem novas provocações teóricas para as quais se buscou elucidações e outras tantas que carecem de novas investigações, o que confere a este estudo um caráter provisório, não conclusivo, como cabe aos estudos da realidade. Espera-se que os elementos tratados na tese possam atribuir relevância ao problema e avalizar um aprofundamento desta temática, suscitando investimentos acadêmicos neste campo.

Assim sendo, esta tese está organizada em três capítulos, antecedido por esta seção que visa introduzir o leitor ao debate que é produzido nas seções posteriores, situando-o ainda quanto ao objeto de estudo e sua hipótese, e se conclui na seção intitulada Considerações Finais. Os referidos capítulos estão organizados da forma como se descreve a seguir.

O primeiro capítulo objetiva resgatar a experiência profissional que deu origem

⁵ Evidentemente, estes momentos não se dão de forma estanques, etapistas. A descrição se apresenta deste modo para imprimir uma forma didática à exposição.

às inquietações que culminaram na formulação da hipótese que ora apresentamos. Ele se constitui numa breve sistematização crítica do processo de constituição e desenvolvimento de um programa voltado a servidores próximos à aposentadoria a partir da ótica da saúde do trabalhador. Buscou-se problematizar o contexto institucional em que ele se concretiza, as forças institucionais em presença, os caminhos escolhidos para investigação da realidade, sua fundamentação teórico-metodológica, seus avanços, as limitações identificadas e o papel exercido pelo assistente social. Em particular, o capítulo apresenta a diversidade de sofrimentos insuspeitos dos trabalhadores vinculados à aposentadoria, revelados ao longo de suas participações no programa, o que deu sentido constituir-se como uma ação em saúde do trabalhador.

No segundo capítulo, que está organizado em quatro subseções, buscou-se empreender uma análise teórica, pautada na tradição marxista, que auxiliasse a captura das determinações do adoecimento pela aposentadoria. Para tanto, envidou-se esforços para apreender o trabalho como categoria central para o ser social e sua determinação na produção de sentidos, trabalhando com três tipificações paradigmáticas de sentido do trabalho: como sofrimento, como resistência e como emancipação. Busca a contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para entender a dimensão do prazer no trabalho e o confronto da sua centralidade com a aposentadoria.

Sinaliza a contribuição da educação e da cultura, em suas diferentes dimensões, para a formação de um determinado sentido do trabalho. Discorre sobre o envelhecimento na sua articulação com a aposentadoria, enquanto recurso de proteção social, no contexto do capitalismo periférico. Apresenta as particularidades de gênero frente ao sentido do trabalho alienado, sinalizando elementos históricos estruturais que diferenciam em relação ao mundo - objetivo e subjetivo - do trabalho do homem, ainda que tais particularidades não se constituam objeto desta tese. Por fim, trata como o capital, através do modelo de gestão do trabalho toyotista, captura a subjetividade do trabalhador com graves consequências para a sua saúde mental no contexto da aposentadoria. Tal arcabouço teórico dá amparo à tese de que o sentido do trabalho alienado pode ser uma via de elucidação do adoecimento na aposentadoria pela ausência do trabalho.

No terceiro capítulo apresentou-se preliminarmente o processo de construção da investigação que dá embasamento ao presente estudo, suas limitações, as

alternativas construídas para alcançar seus objetivos e os passos para apreensão do real.

Assim, buscou-se compreender teoricamente a categoria cotidiano, uma vez que é nessa dimensão que se ambienta nosso objeto de estudo, para que fosse possível investigar a identificação de sofrimento em razão do processo de aposentadoria e sua relação com o sentido do trabalho, a partir da experiência concreta de trabalhadores aposentados. Esclareceu-se ainda que, frente a inúmeras limitações para se construir um nexo de causalidade direta entre o sentido do trabalho alienado e o adoecimento pela aposentadoria, optou-se por estabelecer três eixos norteadores para a pesquisa, de natureza qualitativa: se o processo de aposentadoria causou desconforto, adoecimento ou algum sofrimento; qual o sentido do trabalho expresso por estes trabalhadores e se ele se articula com o referido sofrimento; e como o trabalhador o explica. Compreendeu-se que estes elementos permitiriam a verificação das bases da hipótese proposta, cuja articulação é passível de ser efetivada a partir do arcabouço teórico oferecido.

Uma vez situado o processo de realização da pesquisa, o capítulo apresenta o que a investigação da realidade nos ofereceu, considerando os eixos norteadores explicitados. Sua construção baseou-se na análise que parte dos depoimentos literais dos trabalhadores entrevistados, que assumem protagonismo no capítulo, não apenas por sua condução textual, mas também por terem sido indicadores de novas categorias analíticas. Visa apresentar ao leitor o perfil dos sujeitos da pesquisa, a ocorrência de sofrimento no processo de aposentadoria (que considera o período de tomada de decisão pela saída do trabalho, a tramitação legal e o pós-carreira), o sentido da aposentadoria produzido neste processo, algumas breves considerações acerca das mulheres entrevistadas e outras notas sucintas, mas não menos relevantes. Não obstante, manteve-se a atenção às referências feitas pelos trabalhadores à figura do sindicato e da saúde do trabalhador. Buscou-se neste capítulo analisar os elementos da empiria a partir dos filtros da teoria visitada, dando inteligibilidade a estes fenômenos, procurando levar o leitor à compreensão das articulações que nos permitem sustentar a hipótese central do estudo.

A última seção apresentou as considerações finais, a partir da análise dos resultados da pesquisa baseados na fundamentação teórica, na relação com os objetivos propostos, mas também nos limites da investigação e do contexto do próprio doutoramento.

Por fim, indica-se as fontes a que se recorreu no processo de construção do estudo, apresentadas nas “Referências”, bem como os apêndices (compostos pelo roteiro de entrevista utilizado na pesquisa e os convites aos sindicatos e aos trabalhadores aposentados para participação) e os anexos constituídos pelo Parecer do CEP UERJ, o Termo de Assentimento Institucional e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizados.

Em coerência com o que há de particular na profissão de Serviço Social – especialização pela qual intervenho no mundo – e, sobretudo, com a matriz teórico-metodológica que orienta este estudo – que por natureza visa a intervenção na realidade para sua transformação –, pretende-se contribuir com dois campos implicados organicamente com a área e, não por acaso, vinculados entre si: a saúde do trabalhador e os sindicatos, ou seja, respectivamente pela via técnica⁶ e pela via política. Espera-se que a sistematização da contribuição dos trabalhadores e as análises contidas neste estudo possam favorecer as pautas e ações nesta seara. As razões para tais endereçamentos nortearam nossos esforços ao longo deste estudo, mas podem ser sintetizadas na fala de um dos sujeitos da pesquisa: “Mas oh, Conceição, eu vou lhe dizer uma coisa assim, a melhor forma de cuidar do aposentado é cuidar do trabalhador” (T5).

⁶ Aqui também a divisão visa favorecer a clara compreensão do leitor, mas nunca de negar o caráter político da intervenção profissional.

1. A EXPERIÊNCIA GERMINAL

Este estudo dedica-se a compreender as determinações sociais do adoecimento pelaaposentadoria. No entanto, primeiramente sua efetivação requer satisfazer a exigênciaexplicitada por Minayo (1994) quanto aos objetos de pesquisa:

Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos (p.17-18).

Para situar a origem deste interesse importa dizer que ele nos foi apresentado pelo exercício profissional como assistente social no Núcleo de Saúde do Trabalhador (NUST) de uma Fundação de saúde pública, atendendo a demandas espontâneas da força de trabalho⁷ da instituição, no período de 2006 a 2010.

Naquela época fazia parte das competências do Serviço Social acompanhar os servidores submetidos à perícia médica em razão de licença prolongada e/ou indicação para aposentadoria por invalidez⁸. A complexidade destes casos e o sofrimento gerado por essa condição levaram vários destes trabalhadores a um acompanhamento conjunto entre o Serviço Social e a Psicologia.

Da discussão desses casos nascia uma atenção acurada para situações que articulavam aposentadoria e adoecimento. De nossa parte, contribuía para este olhar apurado a bagagem adquirida em mais de duas décadas de exercício profissional e militância na saúde mental, trilhadas no bojo do movimento pela reforma psiquiátrica, que nos permitiu apreender que o sofrimento individual expressa condicionantes coletivos, ou melhor, a conceber a subjetividade como historicamente condicionada.

⁷ A força de trabalho da Fundação é composta de servidores públicos federais, trabalhadores terceirizados de diferentes empresas privadas intermediadoras, quarterizados, ocupantes de cargos comissionados, prestadores de serviços via CNPJ, bolsistas, estagiários e uma infinita variação destas relações de trabalho.

⁸ Atualmente a Coordenação a qual está subordinado o NUST, tem outra configuração, estando esta tarefa a cargo de outro núcleo específico, que também conta com assistentes sociais.

Saltava aos olhos a recorrência de servidores que, ao se aproximarem do tempo limite de afastamento por doença⁹, não compareciam à revisão da perícia médica provocando uma espécie de alta administrativa, retomando o trabalho ainda enfermo. A razão: escapar da indicação de aposentadoria por invalidez. Este fenômeno se repetia mesmo em situações em que esta aposentadoria não implicaria em perda salarial. Intrigava-nos sobremaneira que este comportamento se mantinha inclusive, nos casos em que o servidor já havia adquirido o direito de se aposentar por tempo de contribuição e/ou idade e podia requerer estas modalidades de aposentadoria antes do parecer da perícia médica com indicação de incapacidade permanente.

Outras ocorrências se somavam a essas no cotidiano do serviço, como a demanda recorrente de chefias para aposentar por invalidez trabalhadores em situação de saúde de difícil manejo, mesmo contra o desejo do trabalhador, em uma banalização e utilização institucional deste direito individual como saída para casos de transtorno mental ou dependência química, por exemplo. No mesmo rol, registrava-se a busca da aposentadoria pelo servidor como alternativa a conflitos institucionais, além de relatos de adoecimentos pós-aposentadoria de servidores que buscavam o Serviço Social para acessar algum direito.

A identificação destes fatos que associavam aposentadoria e adoecimento tornou nítida a necessidade de responder a essas demandas de forma qualificada. Contudo, estas demandas só assumem significado no contexto real de suas ocorrências, como produto das determinações ali vigentes. Por essa razão, creio que uma breve apresentação do desenho institucional e as subordinações de suas relações possam auxiliar o leitor na compreensão de como surgiu a experiência aqui retratada.

A instituição ora descrita cumpre uma função estratégica no Sistema Único de Saúde (SUS) seja no âmbito da pesquisa dos fatores promotores de saúde; de modelos de gestão em saúde e de doenças, inclusive aquelas chamadas doenças negligenciadas (que não interessam comercialmente aos setores privados mas

⁹ Para melhor compreensão é preciso saber que à época (2006-2008) servidores públicos federais que completassem 24 meses de licença médica eram, por força do Regime Jurídico Único (RJU), indicados à aposentadoria por invalidez. A legislação tem uma série de nuances, mas no geral obedece a esta máxima. Implica também no impedimento de atividade remunerada concomitante à aposentadoria e um cálculo de proventos proporcional ao tempo de serviço cumprido. Esta lei sofreu alterações desde esta época.

acometem grande parte da população brasileira mais pobre); seja no campo da assistência; ou pela produção de fármacos, vacinas e animais para pesquisa (que ajudam a regular o mercado, quebrar patentes, transferir tecnologia, fornecer medicamentos para o SUS, autonomizar o país em termos de insumos à saúde, entre outros); ou ainda pela formação de profissionais para essa política social.

Para dar conta destas diversificadas tarefas a Fundação está organizada em um imenso complexo institucional, cujo campus principal está sediado no Rio de Janeiro, mas ainda subdividido em vários campis tanto neste estado como em outros da federação. Do ponto de vista físico, o campus central é composto de diversas unidades, com missões específicas, equipadas em sua conformidade e com uma ampla variação da composição da força de trabalho a depender de seu ramo de produção¹⁰.

Enquanto Fundação estatal, está subordinada ao Ministério da Saúde para subsidiar e implementar a política social de saúde. Entretanto, herdeira dos valores democráticos do Movimento de Reforma Sanitária, a instituição preza por eleições diretas de seus gestores centrais e por instâncias deliberativas de tomadas de decisão como Congressos Internos e Conselhos Deliberativos, embora caiba ao Ministro da Saúde indicar ao Presidente da República o nome para ocupar a presidência da instituição, dentre uma lista tríplice resultante destas eleições internas. Essa autonomia relativa se expressa igualmente nas normativas que regem a gestão do trabalho (mediadas pelo Regime Jurídico Único), na recomposição de seu corpo funcional pela via de concursos públicos, nas questões orçamentárias, nas diretrizes do campo da saúde determinadas pela conjuntura política nacional.

Em linhas gerais, são estes os contornos que delimitam a gestão da força de trabalho na instituição. A responsabilidade por reger a política de gestão de pessoas (ou Recursos Humanos, como era chamado) e suas grandes diretrizes está a cargo de uma Direção imediatamente subordinada à presidência da Fundação. Conta com três setores estratégicos com missões distintas: gerenciamento de carreiras, gestão administrativa e saúde do trabalhador¹¹. Do ponto de vista de sua execução, ela fica

¹⁰ As unidades com perfil de fábrica apresentam um número de terceirizados via CLT maior que o de servidores, por exemplo, em contraposição aquelas de pesquisa onde se encontram mais servidores e bolsistas do que celetistas. Isto reflete muito nitidamente os impactos de inspiração neoliberal no âmbito do Estado. Ambos os exemplos denotam a terceirização do fazer nas instituições estatais, a precarização da força de trabalho, mas também como seus formatos são “flexíveis”.

¹¹ Destaque-se que para essas instâncias não há eleição para suas coordenações, posto que são caracterizadas como cargos de confiança.

a cargo de Serviços de Recursos Humanos (SRHs) descentralizados nas unidades, que recebem as orientações do serviço central, mas administrativamente (e politicamente)¹² subordinados às direções de unidades que exercem alguma autonomia em relação à gestão central.

Desenho semelhante tem a saúde do trabalhador cuja coordenação tem a missão de propor, gerenciar e implementar a política de saúde do trabalhador da instituição definindo diretrizes e ações a serem executadas pelos NUSTs das unidades. Contudo, é preciso que se faça algumas considerações a respeito. Àquela época a criação de um NUST era uma recomendação, mas se efetivava por movimento autônomo de cada unidade, o que resultava em dois desdobramentos: i) nem todas as unidades tinham um setor de saúde do trabalhador; ii) onde fora implementado vigorava uma subordinação da equipe ao modelo e prioridades do gestor local.

Em que pese essa descentralização, alguns programas mantinham-se como atribuição da Coordenação a qual o NUST central pertence, tal como os exames periódicos, avaliação ambiental (que define o percentual do adicional de insalubridade, por exemplo) e a perícia médica¹³.

Tendo em vista o foco deste estudo, vale tecer breves considerações acerca do modelo de perícia médica. Em descrição muito sintética e superficial, este serviço é regulado por legislação específica e tem como produto a avaliação da incapacidade laborativa do servidor (e não a mera existência de doença), podendo deliberar quanto à licença médica para tratamento da própria saúde, ou para acompanhamento de familiar, readaptação de trabalho, redução de carga horária por motivo de saúde ou aposentadoria por invalidez e, ainda, quanto ao acometimento de doenças especificadas em lei para isenção de imposto de renda. É composto por servidor público médico, de qualquer especialidade, na função de perito, e que não pode exercer concomitantemente função de médico na assistência à saúde. Pode contar também com assistente social e psicólogo na equipe. No entanto, a perícia é tratada como ato médico, ficando os demais profissionais com funções subsidiárias.

¹² Importante salientar que muitos trabalhadores destes SRHs são terceirizados, com contratos específicos para aquela unidade, com salários, benefícios e controle muito distintos, considerando o conjunto da Fundação, o que reforça sua subordinação ao gestor local.

¹³ Vale dizer que os três exemplos aludidos se referem somente aos servidores públicos federais, posto que os trabalhadores de outros vínculos estavam submetidos a outras legislações e não eram acompanhados diretamente pela Fundação nesses temas.

Assim, a constituição de um serviço de perícia médica numa instituição exige a disponibilização de um número mínimo de servidores com dedicação exclusiva a este exercício¹⁴. Naquele momento (2006-2010) a Fundação optou por um convênio com outro órgão do próprio Ministério da Saúde para a realização dos exames periciais de seus servidores. Nesta condição, o NUST, mais especificamente o Serviço Social, funcionava como a intermediação entre as instituições.

O impacto que este modelo produzia na assistência aos servidores era de pareceres sobre a capacidade laboral dos trabalhadores sem considerar as reais condições ambientais e as relações de trabalho, dado ao desconhecimento da instituição ou mesmo dos laudos de avaliação ambiental, sem correlação de incidência dos adoecimentos em um mesmo setor, não intervindo, portanto, nas condições de trabalho – ou seja, um trabalhador considerado atomisticamente fora das condições concretas do trabalho. Dessa forma, a avaliação pautava-se em definições burocráticas de protocolos e manuais, servindo ao controle e disciplinamento da força de trabalho.

Naquela ocasião, além das demandas que exigiam perícia médica, o Serviço Social do NUST se encarregava de atender também as relativas à saúde mental, absenteísmo, estresse no trabalho, abandono de emprego, campanhas de saúde, relações conflituosas no trabalho, assédio moral, acesso à rede de atendimento em saúde, representação externa para construção de política de atendimento à saúde do trabalhador, bem como a um sem fim de demandas pontuais apresentadas pelos trabalhadores, outros profissionais do NUST e gestores.

Frente a este emaranhado de demandas foi que a questão da aposentadoria como fonte de sofrimento emergiu. Por fidelidade, é preciso dizer também que o investimento em um tema menos visibilizado como a aposentadoria, sem centralidade na área da saúde do trabalhador, também cumpria outra função estratégica no que concerne ao exercício profissional como assistente social – ele abria janelas que nos permitiam o acesso direto e menos fortuito aos trabalhadores, associá-los para discussão de temas nevrálgicos para o trabalho e saúde do trabalhador, com menos rigidez dos protocolos e controle de gestores. Uma arena com menos disputas que os temas clássicos da saúde do trabalhador, que por se constituírem históricas denúncias

¹⁴ Algumas demandas são de competência de junta médica a qual deve ser composta por três médicos.

do desgaste do trabalho (espelhando a relação capital X trabalho), tendem a produzir respostas institucionais que os acomodem.

Nesta perspectiva, do olhar atento às demandas em que a associação aposentadoria/adoecimento se mostrava incidente, derivou um processo de investigação da realidade em um esforço de superar o imediato, visando a construção de ações de atenção a este período de transição nos marcos da saúde do trabalhador. Tais ações, assim como as observações, foram frutos de um trabalho partilhado com uma profissional de psicologia, com quem realizávamos alguns desses atendimentos aos servidores.

Assim, utilizamos o espaço de oficinas periódicas de saúde do trabalhador já implementadas pela equipe de psicologia do NUST junto a um programa institucional para servidores de Educação de Jovens e Adultos (PEJA)¹⁵, e iniciamos um trabalho em grupo mapeando temas e expectativas sobre a aposentadoria, seguido de rodas de conversas com especialistas nos temas escolhidos pelos participantes.

Paralelamente, realizamos pesquisas bibliográficas para conhecer o estado da arte e os achados confluíam para modelos de programas de preparação para aposentadoria (PPA). Este movimento exploratório, ao qual se agregou visita a uma instituição estatal que desenvolvia PPA, nos permitiu comparar os temas indicados espontaneamente pelo grupo com aqueles tratados nestes programas. Dois aspectos se destacaram: a “coincidência” dos temas elencados nas oficinas com os daquelas produções e o fato de que nenhum dos programas investigados tratava do tema saúde do trabalhador. O tema “saúde” estava relacionado a prescrições para a qualidade de vida.

Essas primeiras aproximações teórico-práticas resultaram na primeira produção acadêmica quanto ao projeto, em 2008, intitulada *Adoecimento e Aposentadoria: relação de causa e efeito?*¹⁶, denotando desde então a motivação de intervenção na perspectiva da saúde do trabalhador.

A experiência com o PEJA culminou com a aplicação de um instrumento elaborado pela equipe, no qual o participante respondia questões sobre diversos aspectos da sua vida, nucleados como: conhecimento sobre regras para

¹⁵ Os participantes do PEJA eram servidores, em geral com tempo de serviço suficiente para aposentadoria, que buscavam melhoria na escolaridade para adequar-se ao patamar mínimo exigido pela nova legislação federal.

¹⁶ Trabalho apresentado na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social, Salvador – BA, 2008.

aposentadoria, família, financeiro, rede social, envelhecimento, projetos de vida, saúde, tendo como foco sua possível aposentadoria.

Os dados colhidos foram consolidados e interpretados evidenciando os fatores de maior potencialidade para um processo de aposentadoria com impactos mais positivos na saúde do trabalhador. Dentre os achados, destacava-se a centralidade do trabalho, mas sobretudo, o quanto a história profissional e pessoal se confundia para a maioria destes trabalhadores. Pensar em aposentadoria implicaria então em se descobrir fora daquele universo e daquela identidade. Significava uma reorganização de vida um novo papel, para além das questões materiais.

De posse dos temas considerados centrais por este grupo, realizamos uma oficina temática com filiados da associação de aposentados da Fundação perguntando que temas consideravam necessário ter discutido antes de se aposentarem. De modo geral, os temas eram os mesmos indicados pelo grupo de trabalhadores ativos. Pode-se considerar que este foi o núcleo temático protótipo do programa que se viria criar.

Entretanto, um projeto institucional não se efetiva apenas pela intencionalidade de seus profissionais e necessidade dos usuários. O processo de adesão dos diferentes níveis de gestão foi sendo buscado a cada etapa de construção do projeto, desde a Coordenação a qual pertence o NUST, até a alta gestão. Em 2008 o projeto de criação de um PPA, com objetivo de dar suporte ao processo de transição para aposentadoria com vistas a redução de agravos à saúde dos servidores, foi apresentado à então Diretora de Recursos Humanos. A instituição vivia um momento de pré-eleição para sua presidência, momento em que estabelece um processo de reavaliação, projeções de ações estratégicas, debate de teses sobre os projetos em saúde pública e modelos de gestão. Nesse contexto o PPA foi incorporado ao rol de propostas desta Diretoria aos candidatos à Presidência para o quadriênio 2009/2012.

Assim, após dois anos de aproximações sistemáticas do problema-questão através de trabalhadores e setores estratégicos da instituição (SRHs e perícia médica), participação em congressos, capacitações, negociação com gestores, foi lançado em 2010 o Programa de Preparação para Aposentadoria da Fundação, como um projeto estratégico da Diretoria de Recursos Humanos, com execução da Coordenação de Saúde do Trabalhador.

Produto deste longo tempo de construção, o PPA já nasce como um programa

interdisciplinar¹⁷ de atenção à aposentadoria nos marcos da saúde do trabalhador, preocupado com o impacto deste evento na saúde do servidor. Destinou-se inicialmente a servidores a um ano de completar o tempo mínimo exigido para aposentadoria voluntária ou aposentadoria compulsória, aqueles que recebem abono de permanência¹⁸ e aqueles em licença médica prolongada e que cursam para indicação por invalidez. Durante seu processo de desenvolvimento estes critérios de acesso foram se ampliando.

O objetivo de constituir-se como um espaço favorecedor de ações voltadas à prevenção de agravos e promoção da saúde, perpassa por objetivos mais específicos como estimular e subsidiar o trabalhador na sua ampliação de rede social e na construção de novos projetos pessoais, a partir da problematização da centralidade do trabalho como organizador da vida e seus impactos na saúde.

Entretanto, o conhecimento adquirido ao longo dos estudos exploratórios demonstrava que os pontos nevrálgicos da aposentadoria não se verificam exclusivamente no âmbito privado do trabalhador, mas que ao contrário, eles se *expressam* nessa dimensão. Por esta razão, a intervenção tinha que se projetar a uma esfera mais ampliada, para além dos sujeitos. Nesse sentido, o PPA visava também favorecer o acesso individual e coletivo à informação acerca da aposentadoria e, sobretudo, incorporar as questões relativas à qualidade de vida na aposentadoria à agenda do campo da Saúde do Trabalhador.

Desde sua primeira edição em 2010, a ação se estrutura em blocos de módulos temáticos, a partir daqueles temas indicados e validados no processo de investigação, acrescido do tema de saúde do trabalhador. O amadurecimento desses elementos permitiu a definição dos passos metodológicos do programa que contava com a fase de *sensibilização* (que inclui os recursos de divulgação, difusão da cartilha sobre aposentadoria e as oficinas descentralizadas); a etapa de *adesão* (que considera a inscrição necessariamente voluntariado trabalhador, a entrevista individual e a informação ao SRH da participação do trabalhador com vistas a sua liberação para participação nos módulos); a fase do *desenvolvimento* propriamente dito

¹⁷ A esta altura a equipe já era constituída de uma assistente social, duas psicólogas, uma nutricionista e uma historiadora (embora que com carga horária distintas), todas profissionais da saúde do trabalhador.

¹⁸ À época, um levantamento junto ao departamento de gestão de pessoas mostrava que centenas de servidores recebiam este abono, ou seja, já possuíam condições de se aposentar por alguma das regras vigentes.

(compreendendo os módulos educativos e potencialmente a abordagem individual por iniciativa da equipe ou do trabalhador, quando necessário); e, por fim, a etapa de *atenção pós-aposentadoria* (contemplando a entrevista individual após 06 meses da aposentadoria do egresso do PPA, seguida da aplicação de um instrumento de auto percepção da saúde¹⁹ após decorrido 01 ano de seu desligamento do trabalho).

É importante apontar o processo de construção desses módulos temáticos para melhor compreensão de como emergem as balizas deste estudo. Para além dos grandes eixos herdados daqueles grupos (legislação, financeiro, família, projeto pós-carreira) e da inclusão da saúde do trabalhador, o conteúdo destes módulos era definido após a realização de todas as entrevistas com os servidores inscritos para aquela edição do PPA. Destas entrevistas individuais, que versava sobre a vida funcional do trabalhador, suas relações familiares e de vizinhança, relações financeiras, saúde, relações de trabalho, expectativas sobre a vida e sobre a aposentadoria, entre outros²⁰, elaborava-se um perfil do grupo daquela edição, e a partir da análise da equipe técnica define-se o que e como abordar dentro de cada módulo, bem como que temas adicionais precisavam ser agregados.

Obviamente, alguns temas eram permanentes (estruturais) como legislação e financeiro – interesse central e primordial entre os trabalhadores (quaisquer). Outros temas emergiam em um grupo específico, mas aos poucos mostravam-se como de interesse universal, a exemplo do assédio moral, envelhecimento e organização dos aposentados, o que significava que nenhuma edição era exatamente como as outras. Essa plasticidade permitia que o programa respondesse às particularidades dos trabalhadores que a ele recorria.

De modo geral, os módulos estavam organizados em quatro blocos de dois dias integrais e uma tarde de encerramento, com intervalos de quinze dias²¹ incluindo:

¹⁹ Escolheu-se um instrumento já validado para mensurar o impacto da aposentadoria na saúde do trabalhador, com previsão de ser aplicado em duas etapas, sendo a primeira durante o módulo educativo de saúde do trabalhador e a segunda após 01 ano de sua aposentadoria, permitindo uma comparação desta auto-avaliação. Salienta-se que o trabalhador pode aposentar-se muitos anos após a participação no PPA, o que impõe à equipe um monitoramento de seus egressos. Estes instrumentos são comparados e balizados pela entrevista realizada com o servidor em sua adesão ao programa e com a entrevista de retorno.

²⁰ Ao iniciar a entrevista a equipe esclarece ao trabalhador o objetivo daquela etapa, a segurança daquele material sob nossa guarda, sua proteção pelo sigilo profissional, e seu direito a se recusar a responder qualquer das perguntas. É importante também salientar que aqueles profissionais da equipe ou que acessem o material dos participantes, cujas profissões não tenham regulamentação, assinam um termo de responsabilidade expresso de sigilo.

²¹ Exceto quando se realizava nos campi das unidades regionais (fora do Rio de Janeiro), que por questões de logística eram realizados em cinco dias consecutivos.

Apresentação do Grupo e constituição do contrato coletivo de funcionamento / Reformas da Previdência / Regras para Aposentadoria/ Planejamento financeiro/ Sentidos do Trabalho / Saúde do trabalhador / Assédio moral / Organização dos aposentados / Envelhecimento / Família / Rede social / Projeto pós-carreira / Voluntariado como militância / Experiências de aposentadorias.

Há outra diretriz central para se compreender o programa: as abordagens destes temas tinham que obedecer a um modelo crítico, dialogado. Não se avaliza abordagens prescritivas e esta era uma exigência a todos os facilitadores²², fossem eles da própria equipe técnica ou dos parceiros convidados.

A título de ilustração, o módulo intitulado *Regras para Aposentadoria* tratava dos artigos do RJU pelos quais os servidores podem acessar a aposentadoria, seus critérios, vantagens e desvantagens, e é ministrado pela equipe do Departamento de Administração. O módulo é então precedido de uma atividade que compara os direitos trabalhistas e previdenciários dos servidores públicos com os dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com dois objetivos: o primeiro é que os servidores identifiquem os fundamentos que distinguem os dois regimes, desmistificando a caracterização de privilégios, e o segundo, que os participantes compreendam que a existência de diferentes regras para a aposentadoria são produtos das sucessivas reformas da previdência do setor público e que todas representam subtração de direitos. Esta atividade é realizada pela própria equipe do PPA.

O contrato pactuado entre todos os participantes no primeiro dia de módulo, inclui o sigilo do que ali se diz, já que deles participavam trabalhadores de unidades diversas, gestores, pesquisadores, trabalhadores de nível médio e auxiliar, colegas de trabalho, chefia e chefiado²³.

A garantia do sigilo visa permitir que os temas mais delicados possam ser discutidos mais livremente. Em respeito a este pacto, não se admite observadores de nenhum tipo nos módulos.

Este contato estreito com os trabalhadores em processo de aposentar-se

²² Ao ser convidado para conduzir um módulo, os parceiros recebem uma ementa do que a equipe espera ser tratado daquele tema, breves considerações sobre o perfil daquele grupo nos aspectos que interessam naquele assunto e a recomendação de que a abordagem respeite um modelo crítico.

²³ Esta diversidade é mapeada no momento da elaboração do perfil para que se realizasse ajuste da linguagem, suporte individualizado, se necessário, e para que se atente para o atravessamento de relações hierarquizadas durante os módulos.

desnudou uma realidade de muitos sofrimentos, de diferentes matizes, envolvendo a aposentadoria. Vale destacar aquelas situações em que a aposentadoria é buscada como alternativa para fugir da situação que o trabalhador experimenta como assédio moral; o choque de cultura entre o (servidor) “novo” e o “velho”; os decorrentes da pressão institucional para aposentadoria por invalidez daqueles que sofrem de transtorno mental; os constrangimentos motivados pela “perda de lugar” no setor de trabalho em razão da aproximação da aposentadoria (capacitação, cargo e espaço físico); a insegurança frente a ausência de projeto pós-carreira; a alta dependência social do trabalho; ou ainda, quando o pesquisador em particular, teme que sua aposentadoria o interdicte para o mundo acadêmico, inclusive frente às fontes de financiamento.

Também há muito sofrimento entre os servidores que já alcançaram as condições de se aposentar, mas não podem fazê-lo pelo tamanho de seu endividamento por empréstimos consignados, ou porque temem a redução do salário por ainda serem responsáveis pelo sustento dos filhos e netos em um contexto de altas taxas de desemprego.

Esta vastidão de sentimentos explicitados pelos trabalhadores combinava-se com outros altamente positivos em relação à aposentadoria, estabelecendo certa ambivalência frente a tomada de posição: aposentar-se ou não.

Por parte da equipe técnica, era necessário fazer uma suspensão da empiria para compreender como estes sentimentos se conectavam com a materialidade de forma a subsidiar o processo de transição destes trabalhadores, com vistas ao impacto em sua saúde após a aposentadoria. De fato, para além dos resultados na saúde dos servidores atendidos, o programa tinha como objetivo de longo prazo, provocar à instituição a constituição de política de saúde do trabalhador extensiva aos aposentados.

O medo da solidão, de ser esquecido, de perder a identidade, de não saber o que fazer com o tempo livre, de voltar pra casa, revelavam a centralidade do trabalho na vida do trabalhador, mas também a particularidade desta instituição que, por sua dimensão e posição geográfica, comporta restaurantes, sindicato, jornaleiro, agência bancária, academia, campo de futebol e outras áreas de lazer, parte da assistência do plano de saúde próprio, creche, colônia de férias para os filhos, agência de correios, formação, dentre outras coisas, atuando como força centrípeta para sua força de trabalho. Concorre ainda para estes sentimentos dois elementos no plano

subjetivo, como o lema institucional que enaltece o orgulho de ser parte daquela instituição e a simbologia de uma instituição identificada imagetivamente por um castelo.

Esta concepção idealizada da instituição que tudo provê é no cotidiano confrontada com os componentes reais do trabalho (no mundo do trabalho, na atualidade e no serviço público): a fragmentação, o processo de terceirização dos serviços, os constrangimentos pela multiplicidade de vínculos e sua hierarquização de direitos, o choque de valores entre gerações de trabalhadores, os modelos gerenciais que introduzem metas, avaliações de desempenho e outros instrumentos herdados e à semelhança dos contratos de trabalho implementados pelo capital (como o Selo de Acreditação e inclusive o próprio assédio moral), a perda progressiva de poder aquisitivo dos salários, para ter-se uma noção do caldo de cultura.

A expressão do confronto acima citado é experimentada por muitos como o que categorizamos como “*mágoa institucional*”. Na base desta aparência supõe-se haver uma não consideração de que a instituição, como parte do aparelho do Estado, há que refletir, em maior ou menor grau, os processos de privatização dos interesses sob gestão estatal. Como se a instituição, por ordem do desejo de seus gestores e trabalhadores, pudesse estar imune à hegemonia neoliberal e sustentar a ambiência que forjou a reforma sanitária e o SUS. Desconhecem, sobretudo, que estes interesses privatistas e suas nuances estão representados no próprio corpo funcional e de dirigentes, disputando hegemonia no âmbito da instituição.

Foi a partir de todas estas condicionalidades que o PPA na instituição aqui retratada, se construiu sobre a crença de que, fornecer instrumental para uma análise crítica do próprio trabalho pode favorecer ao trabalhador uma construção de aposentadoria com impactos mais positivos sobre sua saúde.

Tal perspectiva já incorporava em seu bojo a crítica à hegemonia das concepções que permeiam Programas de Preparação para Aposentadoria, centrada na concepção de que o problema na aposentadoria deriva do ócio e/ou da ausência de planejamento do trabalhador, “preparando-o” para ocupar-se (com empreendedorismo ou voluntariado), “educando-o” moralmente para adequar-se à redução de salário e incentivando-o à prática de autocuidado para a qualidade de vida.

Mas, as entrevistas de retorno, embora reduzidas em quantidade²⁴, e as reuniões periódicas do grupo focal realizadas pelo programa com aposentados e demais egressos das edições, sugeriam que o ritmo e o sentido do trabalho já internalizados eram questões a serem superadas no cotidiano do aposentado e que se constituíam fatores estressores. Talvez seja possível articular a estas razões a origem de propostas nestes encontros de projetos como “pesquisador voluntário”, voluntariado no próprio PPA, militância no sindicato local, em Conselho do plano próprio de saúde, entre outras, como também saídas criativas de redirecionamento desta energia/tempo forjadas pelos trabalhadores.

É ilustrativo o relato de uma servidora, nível técnico, sobre seu primeiro dia na condição de aposentada, quando levantou no mesmo horário de sempre, arrumou-se e percorreu todo o trajeto até o ponto do ônibus que a levava ao trabalho. Só ali se deu conta de que não mais cumpriria aquela rotina. Segundo ela, no dia seguinte levantou-se no mesmo horário, e seguiu na mesma direção, mas dobrou a esquina no lado contrário ao ponto de ônibus e entrou numa academia de ginástica onde se matriculou. Desde então cumpre essa rotina: “malho até a vontade de trabalhar passar”, conta ironizando. Comparando esta entrevista de retorno com sua entrevista na fase de adesão, identificamos que seu projeto pós-carreira era abrir uma confecção de biquínis e roupas esportivas e praticar uma atividade física. No entanto, os filhos já adultos se opuseram a que ela continuasse trabalhando depois de tantos anos de trabalho para criá-los. Redirecionou seu projeto: frequenta a praia 3 vezes por semana e ocupou os demais dias com roda de samba, passeio com o bisneto e outras atividades para ela.

Experiência distinta foi descrita por um servidor que ingressou no serviço público já em idade madura e pouco tempo depois sofreu um acidente de trabalho que o incapacitou permanentemente para o trabalho típico de sua carreira. Ainda que a legislação o tenha garantido vencimentos integrais, seu salário ainda era o da faixa inicial. Na oportunidade de seu encaminhamento para ingresso no programa pela equipe de perícia, realizamos um atendimento com o trabalhador e sua esposa que o acompanhava, e houve menção a episódios de depressão anteriores ao serviço

²⁴ Até a nossa saída do programa em 2018 (por aposentadoria) a baixa adesão dos egressos, aposentados há mais de um ano, para entrevista de acompanhamento era um problema a ser enfrentado pela equipe.

público. A publicação de sua aposentadoria por invalidez foi efetivada durante sua participação nos módulos do PPA, quando o servidor recebeu o suporte da equipe quanto aos seus direitos, mas sobretudo quanto a sua frustração de não poder mais trabalhar por impedimento legal.

Em sua entrevista de retorno, seis meses após sua aposentadoria, o servidor relata sua busca por oportunidades de trabalho informal, os contatos que vinha procurando, as promessas de antigos companheiros de área, enfim, suas tentativas de conseguir contornar as restrições legais da aposentadoria por invalidez e voltar a trabalhar.

Em razão das particularidades do caso, em seu retorno de um ano realizamos não apenas a aplicação do instrumento de autoavaliação de saúde, mas também nova entrevista. O trabalhador faz referência às suas conquistas na ampliação de rede social, o movimento de descoberta do que seu bairro oferece, a ruptura com relações familiares insatisfatórias para ele, sua busca por autonomia e a um espaço que alugava para trabalhar na recuperação de um carro antigo, que era fonte de desavenças com a esposa. O teste de autopercepção de saúde apontava uma queda de pontuação em sua saúde mental. O servidor vinha mantendo acompanhamento profissional especializado.

A submissão ao ritmo e centralidade do trabalho também se apresentava na dificuldade de se adequar à extensa carga horária do PPA, que assim se organizava, não apenas pela quantidade de conteúdo a ser tratado, mas porque obrigava ao trabalhador, chefia e colegas de setor a considerar a organização do trabalho na ausência daquela pessoa. Bem exemplifica o caso de uma pesquisadora que só se permitia participar dos módulos porque passava por seu local de trabalho antes e depois do horário da atividade. Via de regra, pedia-nos para usar nossos computadores no intervalo de almoço. Em uma dessas vezes, questionamos como ela e sua equipe faziam em seu período de férias, e ela nos respondeu que realizava seu trabalho em casa.

Embora toda experiência acima analisada não seja o objeto desta tese, é dela que surgem o estranhamento da aparência, a provocação à reflexão e os ensaios das hipóteses. Por esta razão, cabe tecer algumas breves considerações a seu respeito.

A primeira se refere ao caráter interdisciplinar que o trabalho assumiu. De fato, ele surge a partir do trabalho profissional do Serviço Social na interlocução com a psicologia, mas vai incorporando outros saberes no seu processo de constituição – o

que tem implicações e rebatimentos.

Sua efetivação, seja no planejamento, revisão teórica-metodológica, seja na condução dos módulos, realização de entrevistas, por exemplo, eram competências de todas as profissões ali representadas, de forma indistinta. No entanto, atribuições privativas de determinadas categorias, ou que requeriam formação específica, como acompanhamentos de casos individuais, mantinham-se restritas.

Por essa conformação, pode-se referir a ela como uma experiência interdisciplinar se tomarmos o conceito descrito por Vasconcelos (1997) para designar esse paradigma de trabalho em equipe, uma vez que implica em planejamento, atuação e avaliação conjunta, favorece a horizontalização de poder entre as disciplinas, mas não suprime as especificidades. Contudo, cria um campo de atuação comum norteado por uma axiomática.

Entretanto é imperioso realçar que o trabalho interdisciplinar não se confunde com ausência de conflitos seja entre concepções ou mesmo de relações interpessoais. Ao contrário, sua existência é em si o reconhecimento de que há poderes em disputa. O trato entre diferentes saberes, ou mesmo entre correntes distintas de uma mesma profissão, tem nos espaços coletivos sua arena de debate. O que este modelo de trabalho em equipe pactua é que todos os segmentos e profissionais tenham garantia a priori de apreciação de sua concepção. A romantização deste paradigma de trabalho como espaço livre de disputas costuma derivar em frustrações (algumas tomadas como mágoa institucional) ou a escamotear hegemonias de um determinado campo de saber, ocultando elementos do trabalho real.

Nesse sentido, é seguro afiançar que a inspiração teórica que norteou a concepção do trabalho foi o materialismo dialético, consignado no Projeto Ético-Político do Serviço Social, mas seu desenvolvimento vai sendo atravessado por interlocução com outros saberes profissionais. Pode-se afirmar, então, que a axiomática que dá coesão ao trabalho é o paradigma da saúde do trabalhador, que na qualidade de política social, portanto arena de disputa, comporta desde a teoria crítica de Marx até concepções mais individualizantes. Mover-se neste cenário implica vigilância quanto ao método para não ser traído pelo ecletismo.

O que se quer acentuar aqui é que essa descrição da experiência reflete nossa concepção de realidade, mas ela poderia ser contada por outras *narrativas*, para usar uma expressão em vigor na era pós-moderna.

A própria manutenção das atividades restritas eram, eventualmente, fonte de dissenso entre a equipe porque interpretada pelo viés moralista, como se implicasse em uma avaliação da capacidade do profissional que, por força de sua formação acadêmica, não tinha habilitação para aquela intervenção. Tais discordâncias, assim como as demais, eram tratadas nas reuniões periódicas de equipe e fundamentadas teoricamente.

A segunda consideração diz respeito a um elemento que pode ter atuado como favorecedor da constituição do programa com este método e desenho – o fato de que a equipe era majoritariamente constituída de servidoras públicas. Apenas uma profissional tinha vínculo de trabalho terceirizado e só passou a integrar o grupo depois de transcorridas as primeiras edições do PPA. A natureza do vínculo, de certo, conferiu alguma autonomia à equipe para as ações e escolhas e a possibilidade de criar um programa de caráter institucional, que perpassasse diferentes gestões.

Mas, não se depreenda desta observação que houvesse liberdade de autodeterminação quanto ao trabalho para as profissionais envolvidas. Por ocasião da origem do programa, todas as atividades foram realizadas com carga horária extra às atividades de rotina, com exceção das oficinas com trabalhadores do PEJA que já se constituía projeto do setor de psicologia do NUST. Até os meses que antecederam ao lançamento oficial do PPA, ou seja, por dois anos, as ações relativas ao programa se sobrepunham às tarefas designadas aos setores de Serviço Social, Psicologia e Nutrição.

Estes elementos reafirmam a premissa de que as ações do Estado para responder aos interesses da população a que se destina, devem ser implementadas por servidores públicos com estabilidade. Ao mesmo tempo, desmistifica o senso comum produzido pelo ideário neoliberal quanto a ausência de controle, produtividade, volume de trabalho de servidores públicos. Sobretudo, expressa o trabalho, também no serviço público, regido por tensões entre os interesses dos mandatários circunstanciais e o mandato social designado aos servidores.

Outra nota relevante diz respeito à postura admitida pela equipe técnica de submeter a prática profissional ao crivo da análise permanente. Além da natureza da instituição que tem a pesquisa, ensino e assistência como diretrizes, a equipe adotou para si o método da avaliação de todas as atividades desenvolvidas com os trabalhadores, inclusive com a participação dos próprios. Além disso, manteve o rigor de realizar reuniões semanais de equipe, o investimento na necessária reciclagem

das profissionais, assim como a diretriz de privilegiar a interlocução acadêmica através de capacitações e participação em eventos acadêmicos de diversas áreas, com apresentação de trabalhos.

Essa última estratégia também visava criar uma referência externa do programa de modo que o fortalecesse para dentro. Desse modo, produziu-se em média um trabalho científico anual e o programa tornou-se referência para diversas outras instituições que implementaram PPA. Essa pode ser uma das variáveis à qual se pode atribuir a robustez que o programa assumiu. E é a ela também que se pode tributar a sistematização dos movimentos de aproximação sucessivas da realidade concreta.

Dentro dessa perspectiva há dois apontamentos a fazer. Primeiramente a realização de seminários internos no início de cada ano²⁵, quando a equipe técnica se dedicava a avaliar as ações e evolução do programa no ano anterior, identificando os pontos fortes e as lacunas. Planejavam-se as ações do ano elegendo uma meta de inovação dentre aquelas lacunas que deveriam ser superadas, em consonância com as condições objetivas que a conjuntura oferecesse (ampliação de critérios de participação, implantação do PPA em unidades regionais, incorporação de trabalhadores terceirizados, entre outras). O segundo ponto refere-se ao programa como espaço de estágio que atendia a dois objetivos: formar profissionais capazes de reproduzir esse modo de fazer, e garantir um vínculo com a Academia de modo que o cotidiano do trabalho fosse atravessado pelas interpelações dos estudantes. O PPA recebia estagiários de Serviço Social e técnico administrativo, sendo obrigatória sua participação na reunião de equipe, seminários internos, atividades de planejamento e execução. Destaque-se que o grupo focal realizado com egressos do programa teve origem em um projeto de intervenção elaborado por uma estagiária de Serviço Social para uma disciplina da faculdade.

Como indicador da pertinência do programa em relação às demandas dos trabalhadores pode-se tomar dois elementos: em 2013 o pleito de realização do PPA em uma das regionais foi ponto da mesa de negociação entre sindicato e presidência da instituição por reivindicação da assembleia dos servidores daquela unidade; o

²⁵ Os seminários eram realizados nessa época porque, embora não seja uma universidade, a Fundação se move com grande contingente de estudantes em razão das atividades de especialização, pesquisa, estágio, formação técnica, dentre outras, o que provoca uma considerável concentração de férias dos trabalhadores incidindo, em consequência, na organização do serviço de saúde do trabalhador.

segundo indicador refere-se à adesão por parte dos servidores, considerando que nas 12 edições realizadas entre 2010 e 2017²⁶ no Rio de Janeiro, e em 03 unidades regionais da instituição (01 edição em cada), o número de inscritos superou a ordem de grandeza de 600 servidores.

Entretanto, se é possível considerar um reconhecimento por parte dos diferentes níveis de gestão da expressividade do programa e da necessidade de mantê-lo, o mesmo não se podia afirmar quanto à sua concepção como ação de saúde do trabalhador. Este *estranhamento* também se registrava entre vários trabalhadores do setor. O impacto disso se fazia sentir na distribuição de recursos materiais, na autorização para lotação de estagiários, na ausência de inclusão dos profissionais do programa em comissões e debates de ações mais gerais da saúde do trabalhador, entre outros.

Esse fato impunha um movimento contínuo de justificar não só a pertinência da ação como o fundamento que a validava, sobre o qual trataremos no próximo capítulo. De todo modo, é preciso reconhecer que diante de um cenário de escassez de profissionais, espaço físico, recursos de vários tipos para fazer frente às crescentes demandas por ações básicas da saúde do trabalhador – resultantes da sistemática precarização do trabalho que também se evidencia na instituição –, os profissionais sejam movidos a disputar espaço institucional. No entanto, não é demais acentuar aqui que esta postura expressa o quanto o campo da saúde do trabalhador não incorpora os trabalhadores aposentados como objeto de atenção.

A última dessas considerações iniciais relaciona-se de certo modo com a hipótese que norteia este estudo. Nesta experiência concreta o sentido do trabalho era trabalhado de forma crítica em um módulo dedicado a ele. A direção dada a ele enquanto produto do acúmulo e debates da equipe técnica visava favorecer que o participante pudesse analisar de forma crítica seu sentido do trabalho para construir um sentido para sua aposentadoria. O que nos escapava àquela época era que este sentido da aposentadoria não pode ser dado como produto individual porque o sentido do trabalho, ainda que moldado por singularidades, é um sentido de classe. Foi somente com o apuro teórico e o afastamento do cotidiano da experiência prática que essa nova hipótese foi se consolidando.

O fato é que o acúmulo da experiência aqui trazida, processada teoricamente,

²⁶ Não possuímos os dados relativos ao número de inscritos após nossa aposentadoria em 2018.

nos remete à concepção de que o mesmo paradigma que impõe ao trabalhador o sentido do trabalho como sofrimento, cuja a libertação pode estar projetada na aposentadoria, contraditoriamente penhora seu prazer na aposentadoria e se expressa na forma de adoecimento do trabalhador individual. Disso, trataremos no próximo capítulo.

2. TRABALHO E APOSENTADORIA NO CAPITALISMO: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Como já fora enunciado, gozar da aposentadoria por longos anos é uma aquisição recente dos trabalhadores, que combina a luta por direitos em um campo mais estritamente trabalhista e dos direitos humanos mais universais. No entanto, este prolongamento do tempo na condição de aposentado não garantiu por si só, a qualidade deste viver. Em que pese a prioridade da luta dos trabalhadores pelo direito de ter acesso à aposentadoria, a trajetória histórica de alargamento de direitos à classe trabalhadora, em especial às suas camadas mais rebaixadas, nos ensinou que apenas o acesso é insuficiente – é crucial criar as condições necessárias para que se possa usufruir do direito.

O lastro de experiência acumulada com o programa institucional descrito no capítulo anterior nos ofereceu os subsídios necessários para buscar respostas ao seguinte problema: Por que adoecem os trabalhadores após acessar o direito à aposentadoria?

Os diversificados sofrimentos referidos pelos trabalhadores frente ao processo de aposentar-se nos indicavam que a aposentadoria se constitui numa fase crítica, estressora da vida do trabalhador, exigindo a decodificação de sua complexidade.

O momento da aposentadoria não implica apenas no desligamento do trabalho, ele também se concilia com fase de perdas de ordem social (com a quebra dos vínculos construídos no cotidiano da carreira profissional), e de ordem física (considerando os registros no corpo/mente do desgaste do ritmo e cadências particulares daquele modo de trabalhar).

É à explicação do envelhecimento que o trabalhador recorre para justificar suas dificuldades de atender às exigências em constante mutação do mundo do trabalho. Esse envelhecimento é vivido como fenômeno pessoal, como culpa (ROBAINA, 2018).

A alternativa aos aposentados (ou em vias de) a este sentimento de mercadoria inservível, gasta, aparece na permanência no mundo do trabalho, seja para agregar renda ao dilapidado provento, seja na via do trabalho voluntário para responder à necessidade de sentir-se útil. Evidentemente, essas alternativas sofrem rebatimentos da diferenciação segundo o lugar ocupado na produção, escolaridade, faixa de renda e gênero. De toda forma, esse trabalhador continua sendo funcional ao capital.

A aposentadoria revela, então, essa contradição – o mesmo paradigma de inserção na produção que subverte o sentido ontológico do trabalho para o homem, o aprisiona e não lhe permite usufruir daquilo que o sentido do trabalho como resistência conquistou. E o adoecimento é um de seus indicadores.

Em que pese à polêmica sobre o termo, arriscamo-nos a apontar que neste particular o trabalho atua como princípio educativo (CIAVATTA, 2008). Se o trabalho, nos moldes burgueses precisa ser aprendido – e por isso é necessária uma superestrutura – o não-trabalho também precisa de um outro padrão de educação, ou seja, a construção de uma sociabilidade contra hegemônica.

Não obstante, na vida cotidiana, fora das ambiências formais da lida com o trabalho, todo mundo tem uma história para contar a respeito de alguém próximo que adoeceu logo após a saída definitiva do mundo do trabalho.

Se assim o é, de onde decorre a invisibilidade do problema? Ela estaria associada ao (des)valor social do aposentado? Na sua associação com a velhice e a eminência do fim da vida? Na concepção de que a incidência do sofrimento deriva das escolhas individuais dos sujeitos no pós-carreira?

Somente para realçar: não se trata aqui, de modo algum, de negar a insuficiência de condições materiais (financeiras) como elemento central dos constrangimentos à classe trabalhadora aposentada. Sequer de estabelecer uma inversão hierárquica entre esses fatores, porque não se constituem polos opostos, mas partes organicamente articuladas na luta do capital por se apropriar de toda capacidade produtiva dos trabalhadores.

O longo processo de aproximações sucessivas da realidade dos trabalhadores naquele programa institucional já nos fornecia elementos suficientes para compreender que as teses de que o adoecimento na aposentadoria deriva da ociosidade, da falta de planejamento do trabalhador, da vida pessoal esvaziada, são na verdade a forma aparente e individualizada de uma refração da questão social, cujo desvendamento se busca operar através do investimento teórico que se segue.

2.1 Trabalho como categoria central para o ser social e sua produção de sentidos

O trabalho em tese, suspenso das relações sociais que o produz, é concebido por Marx (2017) como ineliminável do homem. É a força que em movimento lhe

permite extrair da natureza aquilo que lhe é necessário à sobrevivência. Mais do que um recurso de subsistência, é elemento constitutivo do gênero humano, aquilo que o particulariza dentre os animais. Esse caráter ontológico do trabalho constitui o ser humano como tal e orienta a história. Se assim o é, o trabalho torna-se elemento central, ponto de partida para toda análise da humanidade.

Diferente das demais espécies animais, o trabalho estabeleceu uma ruptura com suas determinações genéticas, complexificando-se por meio do manejo e exploração das propriedades da natureza. Essa evolução histórica do trabalho introduziu a necessidade de instrumentos, ou seja, de meios de produção para que seja levado a termo:

[...]Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados. [...] O uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano [...] O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 2017, p. 257).

Fruto desse desenvolvimento, o trabalho assume outras especificidades. Se não é regido ou restringido pelas determinações genéticas, agora precisa ser aprendido, sobretudo porque a atividade do homem implica numa finalidade que a oriente. Considere-se ainda que, exclusivamente o ser humano, tem a capacidade de prefigurar o resultado do seu trabalho antes de sua execução: “Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera” (MARX, 2017, p.255-256). Mas, é fundamental que se compreenda a noção de trabalho aqui referida para que se afaste uma concepção idealista do termo²⁷:

Entretanto, se essa prefiguração (ou, no dizer de Lukács, essa prévia ideação) é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada (NETTO; BRAZ, 2012, p. 32).

Esta complexificação do trabalho não é uma evolução natural da espécie. É

²⁷ A dialética idealista de Hegel considera que a realidade é obra do Espírito que se externaliza (e internaliza quando se reconhece na sua obra, modificando-o), ou seja, que o real se origina na ideia.

antes, construção histórica, produto do metabolismo entre homem e natureza, na qual o homem a transforma e se produz dialeticamente no mesmo compasso.

Contudo, se a natureza é o *celeiro primitivo* do homem, no dizer de Marx (2017), a condição de ser social, naturalmente gregário, imprime ao trabalho um caráter de categoria relacional e social. O objeto e produto do seu trabalho guardam interdependência de uma malha de outros trabalhos organicamente articulados que põe em questão a forma como os homens se organizam para produzir e distribuir a vida material. E é esse modo de produzir, na concepção marxiana, que define as relações sociais que estes sujeitos vão estabelecer entre si.

Por essa razão, o trabalho (e o próprio homem) não pode ser compreendido fora das relações sociais de produção. Estas dizem respeito ao regime de propriedade dos meios de produção fundamentais e condicionam as relações técnicas de produção.

Marx (2017) distingue o processo de produzir valores de uso do processo de produzir mercadoria. O primeiro diz respeito a produzir bens que satisfaçam necessidades de qualquer natureza, independente da estrutura social em que se realiza – a força de trabalho em ação (trabalho em potencial, em tese). O segundo diz respeito à força de trabalho vendida ao capitalista que é posta em ação para produzir um valor de uso específico, que possui valor de troca – relação social. “O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna actu (em ato) aquilo que antes ele era apenas potentia (em potência), a saber, força de trabalho em ação, trabalhador” (MARX, 2017, p. 255).

A produção de bens nos moldes burgueses subverte o sentido natural do trabalho – que é alterar a natureza para tão somente, satisfazer suas necessidades materiais e imateriais. Seja porque o tempo empregado na tarefa excede aquele tanto (equivalente às suas necessidades), seja porque o produto resultante desse trabalho não condiz necessariamente com aquelas, ou sequer pertence ao produtor direto.

Acrescente-se ainda que o salário recebido pelo trabalhador não guarda correspondência com o valor produzido por ele, mas com o mínimo necessário para restauração de sua força de trabalho, a partir do suposto pelo capitalista, reduzindo unilateralmente as necessidades da classe trabalhadora à sua sobrevivência. Marx (2017) alerta, no entanto, que esta não é uma característica exclusiva do capitalismo, mas de todo modo de produção calcado na exploração do homem pelo homem.

[...] Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção. (p.290).

Nas sociedades onde vigora o modo de produção capitalista coexistem apenas duas possibilidades matrizes de inserção: à classe trabalhadora e à que vive a expensas do produto do trabalho alheio. Diferente do que nos faz supor a concepção liberal²⁸, tal inserção não é definida pela competência ou esforço individual – ela está determinada pela detenção ou não dos instrumentos fundamentais que mediam a interação do homem com a natureza (meios de produção) e tal propriedade, protegida por uma superestrutura que tende a lhe perpetuar na história.

Nesse padrão de relações sociais, o sentido do trabalho para o capitalista assume então o caráter de exploração da mercadoria força de trabalho para ampliar sua acumulação de riqueza. Nas palavras de Marx (2017):

O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada [...] [...] Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia (p. 262-263).

Esse fenômeno que implica o nivelamento do trabalho vivo ao trabalho morto, denominado de reificação²⁹, visa naturalizar estas relações sociais. Contudo, embora sendo tratada na condição de mercadoria, a força de trabalho é a única que produz valor. E em razão disso, é interesse do capitalista extrair o máximo de produção de mercadoria que o trabalhador possa lhe render, seja acelerando o ritmo, ampliando a jornada de seu trabalho ou de sua de vida laborativa. Essa tendência é vital à reprodução do capital enquanto tal.

Ao trabalhador, que Marx ironicamente qualificou de “homens livres como

²⁸ Para compreensão da concepção liberal do trabalho ver as formulações de Locke (1978) para quem o trabalho justifica a propriedade privada e Adam Smith que o considera a fonte da riqueza (1979).

²⁹ Marx (2017, p. 148) esclarece que aos produtores, as relações sociais entre seus trabalhos privados (nas trocas) aparecem como relações entre coisas (reificadas).

pássaros” porque livres de senhor, mas também dos meios de produção³⁰, só resta por alternativa à venda de sua força de trabalho – seu único patrimônio – no mercado. Esse trabalho alienado, porque apartado do seu produto final, se configura assim:

[...] como trabalho mortificado, forçado, sofrido e limitado para a sobrevivência física. A dialética do trabalho está na sua própria condição contraditória de ser ao mesmo tempo ato de criação e omnição e ser fonte de sofrimento, na sua capacidade de escravizar e libertar (ROBAINA; PINHEIRO, 2015).

A complexidade resultante deste caráter contraditório do trabalho, que sendo característica fundante do seu papel no mundo também o coisifica, que não sendo seu espaço de livre criação e fruição o aprisiona, definindo o tempo e o padrão que pode ser destinado às demais dimensões de sua existência, é experimentada de forma singular por cada trabalhador³¹.

Mas, do ponto de vista do ser social ou de classe (trabalhadora), ela é vivida como sofrimento, resistência ou emancipação, de acordo com o grau de organização e de consciência de classe alcançada – a classe para si.

Em seu estudo sobre os sentidos do trabalho na contemporaneidade, Oliveira e Silveira (2012) vão buscar raízes para o *sentido do trabalho como sofrimento*.

No discurso religioso, a máxima bíblica “Comerás o pão com o suor de teu rosto” tem a força de uma ameaça, associando trabalho a castigo, maldição, sofrimento. Em sua etimologia, o termo trabalho remete ao substantivo tripalium (instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, com o qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los) e ao verbo tripaliare, igualmente do latim vulgar, que significava “torturar sobre o tripalium”. Por muito tempo, a palavra trabalho significou experiência dolorosa, padecimento, cativo, castigo (BUENO, 1988, p. 25, apud OLIVEIRA; SILVEIRA 2012, p. 150).

Esse sentido negativo também aparece como raiz da palavra em inglês (labor), francês (travail), alemão (arbeit) e grego (ponos) (CIAVATTA, 2008). Tal sofrimento se objetiva nas longas jornadas, no trabalho insalubre, nas condições físicas e sociais degradantes, na insuficiência do salário, nas relações fortemente hierarquizadas, em

³⁰ Marx (2017) no capítulo intitulado “A chamada acumulação primitiva”, descreve como o homem livre da escravidão e da servidão na modernidade que se inicia, vai sendo separado de todo meio de produção de forma que só lhe reste a posse da força de trabalho.

³¹ Rodrigues (2015) nos alerta que embora se apresentando como ser individual, o reconhecimento de sua singularidade, ou vivência de sofrimento, não pode significar a anulação de sua inserção social, como sujeito coletivo.

situações de assédio moral, de atividades que contrariam os valores do trabalhador que exigem do trabalhador mais do que a energivital proporcional à atividade a ser realizada, mas a mobilização de outros recursos internos para superar o desprazer na execução da tarefa. Mas, o caráter de sofrimento pode ser atribuído, originariamente, ao sentido do trabalho contrariado.

Se o trabalho é teleologicamente orientado a um fim que visa satisfazer uma necessidade do sujeito, no capitalismo essa relação passa a ser mediada pelo salário. Ademais, nas complexas sociedades contemporâneas, o grau de divisão sociotécnica do trabalho não permite que o trabalhador se reconheça no produto final do seu trabalho, nem mesmo tenha controle sobre sua finalidade ou preço. Não raro, o próprio trabalhador não consegue ter acesso àquilo que produz, em outras palavras, o trabalhador cria a riqueza, mas dela não usufrui. Concomitantemente, o caráter relacional do trabalho vai introduzindo a subordinação como elemento essencial nas relações classistas. O trabalho assim organizado fragmenta sua natureza, interdita seu sentido original.

O trabalho aparece para o trabalhador moderno como meio de sobrevivência, espaço do “ganha-pão”, onde ele vale pelo que produz. Seu consumo e seu status ficam condicionados pelo seu valor no mercado. A isso se agrega uma série de valores morais produzidos pela ideologia.

Mas, se o trabalho aparece ao trabalhador com este sentido negativo, como é possível viver do trabalho sem nunca dele extrair prazer? Como se expressa essa insatisfação e como reagem estes sujeitos sociais? Retomamos então à questão central deste estudo.

Dejours (1992), para quem o trabalho é fonte de sofrimento e prazer, considera que a evolução das condições de vida e trabalho não pode ser dissociada do desenvolvimento das lutas e reivindicações operárias em geral. Nessa perspectiva, aponta que o século XIX foi marcado pelo movimento dos trabalhadores em torno da limitação da exploração, que poderia ser representada por uma palavra de ordem: redução da jornada de trabalho (na limitação de idade para o trabalho de crianças, das mulheres, do trabalho noturno, de trabalhos penosos, da própria carga horária diária, e outros).

Segundo o autor, somente na virada daquele século algumas leis são conquistadas, dentre elas a que garante a aposentadoria dos mineiros em 1905, e em 1910 “aposentadorias para o conjunto dos trabalhadores após 65 anos,

‘aposentadoria para os mortos’, dizem os sindicatos, já que nesta época apenas 15% dos franceses atingem essa idade)” (DEJOURS, 1992, p.18).

O autor descreve ainda como a organização do trabalho se reflete no corpo e mente do trabalhador, e toma o método introduzido por Taylor como referência:

[...] é preciso assinalar as repercussões do sistema Taylor na saúde do corpo. Nova tecnologia de submissão, de disciplina do corpo, a organização científica do trabalho gera exigências fisiológicas até então desconhecidas, especialmente as exigências de tempo e ritmo de trabalho. As performances exigidas são absolutamente novas, e fazem com que o corpo apareça como principal ponto de impacto dos prejuízos do trabalho. O esgotamento físico não concerne somente aos trabalhadores braçais, mas ao conjunto dos operários da produção de massa. Ao separar, radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual, o sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários.

[...] Corpo sem defesa, corpo explorado, corpo fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o aparelho mental. Corpo doente, portanto, ou que corre o risco de tornar-se doente (DEJOURS, 1992, p.18-19).

Segundo a cronologia construída pelo autor, nas primeiras décadas do século XX o movimento dos operários conquista diversos direitos ligados à sobrevivência e condições de trabalho e pauta a organização do trabalho. Pode-se conceber aqui o *sentido do trabalho como resistência*.

Se o trabalho tem esse caráter contraditório, o processo de subjugação do trabalhador é também processo de contraposição. Assim, são signos deste sentido de resistir: as greves dos trabalhadores, sejam as do início do processo de industrialização, ou as contemporâneas e recentes – como a dos trabalhadores terceirizados e servidores na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), dos petroleiros em 2020, a de trabalhadores da rede de supermercados Mundial no Rio de Janeiro, a dos Garis no Rio de Janeiro, ou ainda o chamado Breque dos APP³².

Também são evidências as chamadas *operação tartaruga* quando os operadores diretos diminuem o ritmo da produção de fábrica (ou mesmo de serviços) ou quando quebram os relógios de ponto, impedindo o controle sobre suas jornadas, ou mesmo as pontuais estratégias que grupos pequenos de trabalhadores constroem para burlar as exigências patronais em seu local de trabalho. São também indicadores deste significado as lutas que tem por base os interesses de classe dos explorados, como a luta por saúde e educação pública, por terra e teto, por participação social e

³² Movimento de paralisação dos trabalhadores entregadores de aplicativos como Ifood, Uber Eats, Rappi.

garantidos direitos humanos, por expressão e representação política, entre outros.

Para reconhecer esse movimento de resistência é necessário identificar o movimento da classe trabalhadora nas suas diversas feições (sindicato, associações específicas, equipes locais de trabalho, comissões de fábrica, movimento social, partido político, trabalhador individual, dentre outras). Esse tema é profundamente vasto e polêmico e mereceria outro estudo para seu tratamento com qualidade. O que queremos chamar a atenção nesse particular é que todas as lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores constituem o sentido do trabalho como resistência na dimensão que a categoria trabalho tem para o ser social.

Mas, é possível também tomar como indicativo de resistência, de denúncia do trabalho mortificado, fragmentado, os processos de adoecimento dos trabalhadores. E este é um foco que nos interessa para efeito desse estudo.

O sentido do trabalho como resistência está dialeticamente articulado com o sentido do trabalho como sofrimento – um não pode ser visto sem o outro, porque se constituem em pólos organicamente vinculados³³.

Dejours (1992) aponta que o sofrimento mental começa quando o trabalhador já não pode fazer qualquer modificação na sua tarefa, frente à rigidez da organização do trabalho, e que contra a angústia e insatisfação os trabalhadores elaboram estratégias defensivas que os camuflam.

Entretanto, defende que o trabalho também pode se revelar fonte de prazer, principalmente, quando é livremente organizado ou deliberadamente escolhido e conquistado, implicando em um bom grau de autonomia; e/ou quando a compatibilidade entre as exigências intelectuais, motoras ou psicossociais da tarefa estão em consonância com as necessidades do trabalhador³⁴, fazendo com que o mesmo aceite com facilidade mesmo as grandes dificuldades porque o prazer do trabalho lhe permite uma melhor defesa (DEJOURS, 1992, p. 134-135). Frente à polêmica, reconhece que esta é uma tendência cada vez mais rara em um mundo em que a tarefa é cada vez mais fracionada.

É possível, então, aferir que o trabalho está definitivamente fadado a se realizar nos moldes burguês de produzir a vida? As possibilidades da classe que vive do

³³ Chauí (1985) faz uma didática exposição acerca do conceito de contradição ao recuperar dialética de Hegel.

³⁴ Estas condições privilegiadas seriam encontradas, principalmente, entre artesões, profissionais liberais e responsáveis de alto nível hierárquico.

trabalho restringem-se aos processos defensivos para garantir o máximo de dignidade possível dentro da sociabilidade burguesa? É viável, no grau de complexidade e amplitude de objetivações do ser social, superar o grau e padrão da divisão social do trabalho? É possível superar o *pensamento único*? São questões desta monta que animam o debate (acadêmico ou não) e as lutas em todo o mundo, que constroem teorias e estratégias que se materializam em vertentes partidárias, movimentos sociais e sindicais. Vale sinalizá-las como implicações deste campo, compreendendo que é a história a arena de observação (e construção) do *sentido do trabalho como emancipação*.

Para a compreensão desse sentido alternativo do trabalho, buscamos o estudo de Lopes (2015) acerca da Revolução Cultural na China a partir da produção de Bettelheim, com foco no exame do processo criativo de reorganização e ressignificação do trabalho a partir dos próprios trabalhadores³⁵.

Segundo o autor, o ponto de partida de observação de Bettelheim é a organização das fábricas, mais especificamente a divisão sociotécnica do trabalho, tendo por parâmetro a advertência de Marx (1998) de que na sociedade de classes, quando o avanço da produtividade é comandado por um grupo, mais se acirra a separação e distanciamento entre o campo e cidade, entre saber e o trabalho, entre comando e execução, criando-se estruturas políticas, físicas e espaciais para isto.

Chama a atenção do pesquisador o fato de que na fábrica observada foi construída uma escola que poderia “converter um operário em engenheiro”, sendo certificado sem as restrições formais da Academia separada do universo da produção econômica (MARX, 1998, p.18). Da mesma forma, os engenheiros e dirigentes do partido eram levados a executarem tarefas manuais, e todos realizavam estudos sobre as teorias de Marx e Lenin.

O trabalho assim organizado reconstitui sua totalidade e seu sentido original. Mais ainda – ganha nova direção social. Nesse modelo, o trabalho assume o sentido de emancipação. Não a emancipação de concepção liberal, individual, mas a do sujeito coletivo – emancipação de classe.

Evidencia ainda que a organização criativa dos trabalhadores permitia não

³⁵ O autor destaca que Bettelheim considera que a Revolução Cultural da China deve ser considerada um avanço na direção do modo de produção comunista, ainda que seu desfecho tenha se revelado um processo contrarrevolucionário. (p 16-17)

apenas resolver coletivamente os problemas da produção, mas que através da constituição espontânea de Grupos de Gestão Operária exerciam interlocuções políticas junto aos membros do Partido acerca desta revolução ideológica.

Resultante desta organização social, os preços dos produtos aos consumidores obedeciam a uma escala segundo o grau de necessidade – ou são vendidos a preço de custo (como os para a saúde), ou são distribuídos gratuitamente. Somente nos artigos mais sofisticados admite-se a formação de lucro, e para os que expandem a produção o excedente é destinado a fundo sob controle da sociedade chinesa. Em outras palavras, a produção não é mais regida pela acumulação do lucro, mas pelo seu fim social.

Fora da lógica capitalista, ou de qualquer outro modo de produção calcado na exploração, o trabalho tem vitalidade para desenvolver-se de forma integralizante, com sua dimensão prática, teórica e política.

Mas, a despeito de seu sentido, o trabalho exerce centralidade na vida do homem tanto por seu caráter ontológico, quanto pelo tempo que o trabalhador está ocupado por ele. Nos centros urbanos, onde se concentra a grande massa de postos de trabalho, a ausência de um planejamento urbanístico eficiente – porque norteado pela lógica da acumulação –, agrava cada vez mais o deslocamento consumindo um tempo muito maior da vida do trabalhador em função do trabalho.

Por esta razão o trabalho assume mais do que o papel de espaço de labuta, mas onde também se constrói uma rede de relações interpessoais que em muito supera o tempo que o trabalhador pode dedicar-se à convivência familiar, comunitária, religiosa e militância política. Não raro, o trabalho substitui (e fragiliza) esses vínculos.

Entretanto, Souza (2011) destaca que essa prevalência de envolvimento do trabalhador com o trabalho não se deve apenas ao tempo e frequência dedicado a ele, mas a uma particularidade estratégica de sobrevivência do capital em sua modelagem toyotista:

O controle no toyotismo é exercido sobre a subjetividade dos/as trabalhadores/as e se dá de forma implícita, subjacente, que implica o/a trabalhador/as com a empresa, com a qual ele/ela estabelece laços afetivos, havendo um deslocamento do sentimento de refúgio, para empresa, que até então era oferecido centralmente pela família (SOUZA, 2011, p. 110).

Nesse sentido, a centralidade do trabalho se hiperdimensiona, e proporcionalmente a sua ausência também. Há ainda mais uma característica do

trabalho cunhada pela sociedade moderna a ser considerada: associação entre emprego e trabalho, na qual emprego “é a relação entre indivíduo e organização”. É a sociedade de mercado que cria a ideia de que “não estar empregado é sinônimo de ser imprestável ou excluído” (WOLLAK, 2007, *apud* OLIVEIRA, 2012). Disso se poderia deduzir que estar aposentado é sinônimo de mercadoria “gasta”, “velha”?

É essa particularidade que queremos colocar em foco. Na sociedade moderna o homem é educado desde sempre para assumir seu papel na cadeia de produção e sua identidade de trabalhador se constrói de forma indissociável de si (ROBAINA, 2007). Ainda que a aposentadoria tenha sido uma árdua conquista da luta dos trabalhadores, a sociedade da mercadoria faz dela – de um lado produto, de outro, benesse do Estado.

Como já afirmamos, viver da aposentadoria é um fato socialmente novo. Esse status tem colocado o tema na linha de frente das disputas capital X trabalho, e renovado o debate sobre o papel e dimensão do Estado.

Ao capital a aposentadoria interessa por duas vertentes centrais: uma mais centrada na estrutura do capitalismo – a perspectiva de adiar seu acesso pelo trabalhador de modo a ampliar o tempo de exploração da vida útil da força de trabalho; e a segunda mais ligada ao seu desenvolvimento, qual seja – como seara de valorização do capital por via da venda da aposentadoria privada e a apropriação do fundo público.

Nesse particular, Granemann (2017, s.p.) em entrevista coletiva aos jornalistas das Sessões Sindicais e Sindicato Nacional do ANDES-SN, desconstrói o argumento de que a (contra)reforma da previdência social seja uma exigência do aumento da longevidade média do brasileiro afirmando que “[...] se a expectativa de vida duplicou ou triplicou, a produtividade do trabalho certamente centuplicou”. E que na essência das sucessivas contrarreformas estão passos de um mesmo processo³⁶ que visa transferir um imenso volume de dinheiro de propriedade dos trabalhadores, e sob gestão do Estado, para o controle do Capital a fim de resolver suas crises.

Do ponto de vista do Capital, isso é o financiamento da grande ambição do Capital, porque há uma massa de recursos tão gigantesca que só a Previdência pode acumular e isso é parte importante, não exclusiva, mas central, do recrudescimento das crises e das possibilidades de expansão dos

³⁶ A respeito do papel das contrarreformas da Seguridade Social e Previdência Social nos governos de FHC, Lula, Dilma e Temer, conferir Granemann (2016) e (2019).

capitais. É um recurso que é renovado mensalmente e que é de longo prazo. É só por isso que os capitais têm possibilidade de novos investimentos (GRANEMANN, 2017, s.p.).

Não obstante, esta fração de recursos que é usufruída pelos trabalhadores na forma de políticas públicas, na forma de direitos segundo a autora. Por isso, toda sorte de recursos ideológicos tem sido utilizada para criar no imaginário social a ideia de déficit da previdência social, seja dos trabalhadores vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), ou dos servidores públicos (RJU). A concepção de que a saída do trabalho em idade e vigor físico, portanto ainda com capacidade produtiva, significa onerar o sistema e à própria sociedade, reveste a aposentadoria de caráter moral e funciona como um constrangimento social ao trabalhador.

Aqui emergem duas associações importantes neste debate: a do trabalho como emprego, e a de aposentadoria e velhice. Tais associações têm justificado as propostas de ampliação da idade mínima e tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria.

Estas concepções só podem ter respaldo no imaginário dos próprios trabalhadores com o suporte do aparato educacional (formal ou não) e cultural. É a educação para o trabalho alienado que mascara o sentido da aposentadoria como participação do trabalhador na riqueza socialmente produzida nos anos trabalhados – seu quinhão do capital que ajudou a valorizar³⁷. É essa concepção que deveria caracterizar a solidariedade do fundo previdenciário.

Para conferir uma breve fundamentação das raízes classistas da educação formal vale ilustrar com poucas linhas aspectos históricos acerca do seu desenvolvimento social. Santos (2017) nos indica que com o aparecimento do excedente econômico os homens conheceram o tempo livre, o ócio, mas este foi apropriado privadamente pelos mesmos que se autoproclamaram donos da terra³⁸. À outra parcela da população, não detentora dos meios de produção, destinou-se a produção material dos bens necessários à subsistência de todos. Essa sociedade, agora cindida em duas classes sociais, dá origem também à dicotomia educacional já que a educação dos trabalhadores e seus filhos permanece assistemática e ligada ao

³⁷ Ao romper com sua condição instintiva, fundando o ser social, o trabalho requer aprendizado, não apenas no que tange ao manuseio dos instrumentos e técnicas, mas a incorporação de uma sociabilidade que lhe faz parecer natural as relações sociais que sustentam este modo de produzir.

³⁸ Neste estágio de desenvolvimento econômico a terra era o principal meio de produção.

cotidiano, e à outra reserva-se uma preparação para o pensar, para as tarefas “nobres” em “um local exclusivo, apropriado e especialmente preparado para o aprendizado: mais tarde veio a ser denominada de escola” (SANTOS, 2017, p. 47-48).

O autor sustenta que a escola como privilégio exclusivo das classes dominantes se mantém durante o escravismo e o feudalismo, e é somente no capitalismo que surge a necessidade de formação sistemática da classe trabalhadora.

No entanto, não se trata da mesma educação:

O complexo educativo passa a ser usado de duas formas distintas – mas aciculadas – pela classe que detém o poder político da sociedade. De um lado, essa classe passa a ver a escola como o ambiente propício para formar seus líderes e com isso preservar o status quo, oferecendo a si próprio uma educação de cunho propedêutico. Do outro lado, mas em articulação dialética com a primeira opção, a burguesia encontra no processo escolar o locus ideal para pôr em prática seu projeto de adestramento do trabalhador aos particularismos burgueses, destinando-lhes uma educação de caráter eminentemente profissionalizante. Desta forma, estaria fechada idealmente a equação cujo comando ficaria a cabo da burguesia, cabendo aos trabalhadores retirar da escola os ensinamentos necessários para fazer girar essa engenhosa descoberta moderna capaz de retroalimentar com mãos, espíritos e mentes o mercado reprodutor de capital (SANTOS, 2017, p. 62-63).

Nesse caldo de cultura, a máxima de que o trabalho dignifica o homem obscurece a alienação do trabalho sob a lógica capitalista. Sobretudo, traz subjacente a ideia de que o homem, sem o trabalho, não tem dignidade (ou não tem honra, como diz o poeta). A questão é que, sem mediação, essa máxima é vivida pelo homem que se aposenta.

2.2 Envelhecimento e aposentadoria nas particularidades do capitalismo periférico

Considerando que a aposentadoria é uma conquista da classe trabalhadora como forma de limitar no tempo o processo de exploração da força de trabalho, afeta à histórica luta pela redução da jornada de trabalho, sua ocorrência só tem se viabilizado na fase do envelhecimento dos trabalhadores³⁹. Por tal razão, na sociedade capitalista ela toma feição de instrumento de proteção social do idoso, ladeada pela via

³⁹ É fato que na realidade brasileira uma expressiva parcela dos trabalhadores inicia sua inserção no mercado muito cedo, de forma que, se contribuintes do sistema previdenciário, alcançam os requisitos para se aposentar antes dos 60 anos, marco classificatório da condição de idoso.

dos benefícios sociais não contributivos.

No Brasil, segundo os dados demográficos do IBGE (2016), a proporção de idosos passou de 9,8% para 14,3% da população entre os anos de 2005 e 2015. As projeções já indicavam que esta tendência se confirmaria para as próximas décadas, fazendo com que, de forma acelerada, o país migre de posição em relação ao envelhecimento populacional no mundo. Na atualização, o IBGE registra que de 2012 a 2017 o crescimento da população idosa representou 18%, sendo 4,8 milhões a mais de idosos, ultrapassando 30 milhões em 2017.

Segundo a PREVIVA (202-?), (plataforma web criada para planejamento e execução de medicina preventiva e promoção da saúde, setor privado), em 2019 o número de idosos no país chegou a 32,9 milhões; entre 2012 e 2019, a população foi de mais 7,5 milhões de novos idosos – um aumento de 29,5 % neste grupo etário.

Contudo, a exata dimensão deste avanço na década passada está pendente de mensuração, tendo em vista a ocorrência da pandemia do COVID – 19 no ano de 2020, quando deveria se realizar o Censo Demográfico. Entretanto

Entre 1950 e 2000 a proporção de idosos na população brasileira, que esteve abaixo de 10,0%, foi semelhante à encontrada nos países menos desenvolvidos. A partir de 2010, o indicador para o Brasil começa a se descolar destas regiões, aproximando-se do projetado em países desenvolvidos. Em 2070, a estimativa é que a proporção da população idosa brasileira (acima de 35,0%) seria, inclusive, superior ao indicador para o conjunto dos países desenvolvidos (Gráfico 1.2)⁴⁰ (IBGE, 2016, p.14).

Longe de ser indicador de equiparação econômico-social com os chamados “países desenvolvidos”, esta aproximação estatística significa, tão somente, que o Brasil está fazendo na atualidade a transição de um maior crescimento populacional na faixa etária acima de 60 anos, em relação ao crescimento nas faixas até 14 anos que, segundo este Instituto, já fora vivido pelos países de economia central entre 1952 e 2014 de forma bem mais gradual. Aliás, é central compreender que este fenômeno do envelhecimento à moda brasileira não ocorre de forma homogênea – ele traz consigo as marcas da forma classista e, portanto, desigual como a formação social brasileira se organiza. Esta desigualdade se expressa não apenas entre as classes e suas franjas, mas também nos desníveis regionais que atribuem disparidades de renda, expectativas de vida, mortalidade, acessibilidade, ofertas de serviços de saúde,

⁴⁰ Notas e gráficos não transcritos do original para este trabalho.

entre outros, bem como na diversidade de gênero e raça.

Os diferenciais neste indicador por idade mostram que a proporção da população que se declarou preta ou parda foi mais elevada nos grupos de 10 a 14 e 15 a 19 anos de idade (com valores acima de 58,0%, para ambos sexos) e este indicador decresceu com o aumento do grupo etário, ou seja, o indicador atingiu menor valor no grupo de 70 anos ou mais de idade, sendo de 46,8% para homens e 42,4% para mulheres (IBGE, 2016, p. 17).

É possível supor que este decréscimo de pretos e pardos na população mais idosa esteja relacionado à menor sobrevivência da população negra, mais impactada pela violência urbana e rural, pobreza e trabalho mais precarizado. Segundo o Panorama Social da América Latina da CEPAL (2017), há que se considerar ainda uma maior prevalência de doenças crônicas (como diabetes e hipertensão) entre os idosos afrodescendentes, determinando condições de vida mais desfavoráveis. Esse mesmo documento aponta também particularidades do modo de vida da população indígena e como a degradação das condições essenciais a este modo de viver vai afetar a velhice dos indígenas. Ademais, destaca que o alto nível de trabalho informal entre estas populações (acrescida da população rural) vai impactar na configuração destas nos sistemas de aposentadoria e pensões, especialmente nos de caráter contributivo.

Não se pode desprezar, entretanto, a hipótese de que esta diferença racial entre estas faixas etárias também espelhe nas gerações mais novas efeitos de ações afirmativas de combate ao racismo que estimulam o autorreconhecimento, uma vez que a base da informação é a autodeclaração.

No que se refere especificamente ao binômio trabalho/aposentadoria, pertinentes à temática do envelhecimento, verifica-se o acirramento das disputas em torno da pauta, seja no Brasil ou no continente latino-americano, implicadas no debate do alargamento e retração do Estado. Tratadas como direito pela CEPAL, a aposentadoria e pensão são consideradas parte do sistema de seguridade social, cuja definição é “a proteção que uma sociedade oferece a seus membros através de medidas públicas para fazer frente às privações econômicas e sociais que poderiam afetar a renda das pessoas” (CEPAL, 2017, p.13), conseqüentes de danos à saúde, velhice, desemprego, invalidez e morte. Mesa-Lago (2006) considera que os programas de previdência, em combinação com os de saúde, são os mais essenciais para a proteção contra os riscos sociais e, por essa razão, tem tido efeitos extraordinários no bem-estar social da humanidade. Camarano e Pasinato contextualizam assim esta pauta:

Assume-se que o envelhecimento populacional é uma das principais conquistas sociais da segunda metade do século XX, mas que traz grandes desafios. Um deles é o de assegurar que o processo de desenvolvimento ocorra com base em princípios capazes de garantir a dignidade humana e a equidade entre os grupos etários na partilha dos recursos, direitos e responsabilidades sociais. Isso implica buscar entendê-lo no contexto das grandes mudanças sociais, econômicas, nos sistemas de valores em geral que regem a sociedade, as famílias e, em especial, nas transformações do mercado de trabalho. Na América Latina, essa questão adquire importância especial, pois a ela se soma uma ampla lista de outras questões sociais, tais como pobreza, exclusão social e elevados níveis de desigualdade. Isso coloca para os países da região o desafio de adaptar a sua rede de proteção social às mudanças na estrutura etária, nos arranjos familiares e no mercado de trabalho (CAMARANO; PASINATO, 2007, p. 02).

A aposentadoria e pensão constituem-se, então, via prioritária de proteção social dos trabalhadores no envelhecimento. Na América Latina o acesso, formato, financiamento, gestão, dentre outros elementos, são bastante variáveis, sobretudo a partir dos anos de 1980 quando a região registrou um processo crescente de reformas estruturais dos sistemas previdenciários nacionais iniciadas pelo Chile⁴¹.

Entretanto, um Comunicado de Imprensa da CEPAL, datado de 22 de maio de 2018 assegura que “mais da metade dos idosos da América Latina não recebem uma pensão de um sistema contributivo”, calcados nos dados da própria CEPAL e da OIT.

A matéria descreve que essa é a principal razão para a permanência do idoso no mercado de trabalho, e que o trabalho autônomo é a maior fonte de renda dentre essa população. Camarano (2007) também faz menção a esse fenômeno de permanência dos idosos no mercado ao estudar o envelhecimento, pobreza e proteção social no conjunto de países formados por Bolívia, Costa Rica, Perú, México, Brasil e Argentina. Afirma que nesses países, excetuando-se o Peru, diferente do que se supunha a participação dos idosos na atividade econômica aumentou no período estudado, independente do desenvolvimento da seguridade social. Alude ainda o aumento da taxa de desemprego neste subgrupo (embora também se observe com os demais), e a possível presença elevada de trabalho informal nessa população, frente à concepção negativa em relação a essa força de trabalho e às características dos mercados locais:

⁴¹ A este respeito ver Mesa-Lago (2006).

Quando foram criados os sistemas de seguridade social, no pós- guerra, o emprego formal foi assumido como padrão e o desemprego e a informalidade eram entendidos como questões conjunturais. Atualmente, o desemprego e a informalidade são características marcantes do mercado de trabalho dos países da região (CAMARANO, 2007, p. 06).

Obviamente a autora se refere ao período conhecido como “anos dourados” do capitalismo (no pós-guerra) e sua promessa de pleno emprego, quando o capital vivia uma longa fase de expansão e a pressão dos trabalhadores favorecia a institucionalização de direitos regulados pelo Estado. A comparação estabelecida com o contexto atual identifica a fase pós-reestruturação produtiva, que sustentada pelo fenômeno da financeirização e da ideologia neoliberal, alterou os alicerces do mundo do trabalho, carcomendo progressivamente as regulamentações impostas pelas lutas operárias e de todas as barreiras sociopolíticas (para além do trabalho) nas atividades econômicas (NETTO 2006), da qual a “expansão do desemprego estrutural é o seu mais grave resultado (ANTUNES 1995).

Evidentemente, os indicadores sociais do IBGE (2017) também reafirmam este quadro no tocante ao Brasil, onde se identificou uma diminuição de 62,7% para 53,8% da proporção de idosos ocupados que recebiam aposentadoria entre 2005 e 2015, e um aumento de idosos entre 60 e 64 anos ativos no mercado. Atribui-se esse comportamento às mudanças nas regras previdenciárias para aposentadoria. Em 1999, por exemplo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi instituído o fator previdenciário, fórmula matemática que incide sobre o cálculo do valor da aposentadoria por tempo de contribuição para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) que leva em consideração a idade do trabalhador e a expectativa de vida da população no momento do pedido de aposentadoria. Aprovada como “salvadora” da previdência social, visa “desestimular a aposentadoria precoce”, reduzindo proporcionalmente o valor dos proventos e fazendo com que o trabalhador permaneça por mais tempo na ativa. Esta medida não atingiu os servidores públicos porque o Regime Jurídico Único (RJU), que regula suas relações de trabalho, já instituía idade mínima para aposentadoria.

O IBGE (2017) aponta ainda um decréscimo no nível de ocupação dos maiores de 60 anos, justificado pela discriminação relativa à idade e por serem vistos (pelos empregadores) como mão de obra mais cara e improdutiva. Além disso, esse grupo etário possui a menor média de anos de estudo em comparação com os demais, sendo o ensino fundamental incompleto o nível de instrução de 65,5% dos idosos inseridos

no mercado de trabalho, compreensível para um segmento que iniciou a vida laborativa antes dos 09 anos de idade (24,7%), ou dos 14 anos (43%) (IBGE, 2017, p.54).

Em que pese a defesa em diversos instrumentos internacionais da seguridade social como um direito humano, no contexto latino-americano, como já apontado, coexistem na América Latina uma heterogeneidade quanto à garantia constitucional de acesso a aposentadorias e pensões como parte desse direito (CEPAL, 2017, p. 16-17):

Enquanto em alguns países se reconhece explicitamente o direito às prestações de velhice, invalidez e sobrevivência, conforme os princípios de igualdade, universalidade e solidariedade, e se indica a responsabilidade do Estado em sua provisão ou regulamentação, em outros casos se insiste nas características de sua institucionalidade ou nas condições para a concessão dessas prestações. Destaca-se a concepção plasmada na Constituição Federal do Brasil de 1988, na qual a cobertura dos eventos de invalidez, morte e idade avançada faz parte da previdência social e é consagrado como um dos direitos sociais reconhecidos (artigo 6). Essa Constituição também alude à assistência social como parte dos direitos cobertos pelas ações em matéria de seguridade social (artigo 194). Essa carta magna estabelece que toda a sociedade participa do financiamento da previdência social e ressalta o papel central do Estado —por meio dos recursos fiscais— junto às contribuições dos empregadores e dos trabalhadores. Também estabelece um orçamento específico para a seguridade social, que assegura os recursos para garantir o direito, e indica que nenhuma de suas prestações deverá ser inferior ao salário mínimo. Este mandato também foi incluído na Constituição Política da Colômbia (artigo 48) e na Constituição Política da República Bolivariana da Venezuela. No Brasil, a cobertura da seguridade social também é garantida para os trabalhadores rurais. Por outro lado, somente as constituições do Equador e da República Bolivariana da Venezuela reconhecem o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado na seguridade social.

Essa heterogeneidade, no entanto, tem servido como instrumento para um “nivelamento por baixo” em projetos de reformas previdenciárias nacionais⁴², e escamoteia o interesse do capital em relação ao fundo público, e de avançar sobre este campo como espaço de dupla valorização (como já apresentado anteriormente).

É emblemático que quase todos os direitos aludidos no texto acima quanto ao capítulo da seguridade social na Constituição brasileira estejam no bojo das restrições, instituídas pela EC (Emenda Constitucional) número 103 da Previdência Social, também chamada de “Nova Previdência” – publicada em D.O. em 12 de

⁴² O mesmo movimento acontece em relação a regimes previdenciários distintos no Brasil quando se tenta igualar o RJU e o RGPS, selecionando e unificando o que há de pior em cada um deles (teto de aposentadorias, idade mínima, etc).

novembro de 2019 –, ou já haviam sido atingidas por outras medidas regressivas. É o caso da chamada “reforma da viúva”, aprovada durante o governo de Dilma Rousseff (MP 664 e 665/2014, aprovadas em 2015), que amplia os critérios para acesso à pensão, reduz o valor do benefício (50% + 10% por dependente), e ainda estratifica o tempo de duração da condição de pensionista de acordo com a idade da viúva (ou viúvo).

Ou ainda a criação do FUNPRESP para os servidores federais que ingressaram no serviço público após 2013, estabelecendo o teto do Regime Geral (INSS) para contribuição e aposentadoria, sendo a diferença (com relação aos servidores antigos) destinada a este novo fundo na condição de previdência complementar. A particularidade dessa “inovação” reside no fato de que o governo também faz um aporte per capita para esse fundo, e que o mesmo é administrado por um banco privado, materializando a lógica da “privatização do fundo público”.

Para que se tenha noção da ordem de grandeza do desmonte da Seguridade Social exigido pela crise do capital, destacamos a descrição de Silva (2018) sobre o conteúdo original da PEC 287/2016 da gestão de Michel Temer:

As principais propostas de contrarreforma da Seguridade Social, com ênfase na Previdência Social do governo Temer, contidas na PEC nº 287 são: idade mínima de 65 anos e um tempo mínimo de contribuição de 25 anos, para fins de aposentadoria, para homens e mulheres de todos os setores; o valor da aposentadoria correspondente a 51% da média das remunerações e salários de contribuição, acrescido de 1% por cada ano de contribuição no momento da aposentadoria, para se alcançar 100% da média, deve-se contribuir por 49 anos, o que constitui uma afronta aos contribuintes; aumento da idade mínima de 65 anos, após cinco anos da vigência da PEC, conforme seja o incremento da esperança de sobrevivência após 65 anos de idade, estimado pelo IBGE; fim das aposentadorias especiais para professores do ensino fundamental e trabalhadores em áreas de risco — permanecem aquelas para pessoas com que tenham a saúde “efetivamente” afetada pelo ambiente, com 50 e 55 anos de idade, respectivamente; aposentadoria compulsória do servidor público aos 75 anos — idade a ser aumentada conforme a regra geral, e valor de benefício igual à divisão do total de anos de contribuição por 25, multiplicado pelos 51% da média das remunerações; proibição de criação de novos RPPS pelos estados e municípios, sendo que os entes federados que mantiverem o regime devem fixar o teto do RGPS para a aposentadoria e criar a previdência complementar; mudança da alíquota de contribuição do trabalhador rural (segurado especial) de 2,1% sobre a comercialização de seus produtos, valendo para o grupo familiar, para uma alíquota individual sobre o salário mínimo, a ser definida em lei; proibição de acumular duas aposentadorias — exceto nos casos previstos na Constituição Federal —, uma aposentadoria e uma pensão por morte do cônjuge ou duas pensões por morte de cônjuges; redução dos valores das pensões de 100% para 50%, com 10% para cada dependente até 100%, sendo que as partes dos dependentes prescritas não serão reversíveis ao cônjuge; elevação da idade para acesso ao BPC por pessoas idosas de 65 para 70 anos, que aumentará, conforme regra geral, após dez anos de vigência; desvinculação do valor do

BPC do valor do salário mínimo; para pessoas com deficiência, a lei definirá novo conceito de família, os critérios de avaliação do grau da deficiência e definição do valor do benefício, além de estabelecer que a renda total de todos os membros da família devem compor o cálculo da renda familiar per capita, entre outras. Conforme a PEC nº 287/2016, as novas regras de Previdência valerão para os novos contribuintes e para os homens com menos de cinquenta anos de idade e as mulheres com menos de 45, que já contribuem. Os demais cumprirão regras de transição correspondente ao tempo restante de contribuição e mais 50% sobre ele, entre outras (SILVA, 2018, p. 146-147)⁴³.

A referida PEC enfrentou resistências, sofreu alterações nas instâncias legislativas por que passou, mas não chegou a ser aprovada no curso do mandato de Temer.

Entretanto, as condições e forças políticas que conduziram Jair Bolsonaro à presidência da República avalizaram a apresentação de uma proposta de Emenda Constitucional mais ousada no que tange à destruição do modelo de Seguridade conquistada na Constituição de 1988. Na análise de Granemann (2019, s.p.):

[...] ela é uma PEC mais dramática por duas razões, que são as razões determinantes para esta contrarreforma existir. A primeira é que essa PEC não quer "apenas" realizar uma contrarreforma das políticas sociais de seguridade social (previdência social, saúde pública e assistência social) com ênfase na destruição dos direitos à aposentadoria e à pensão públicas; ela quer "resolver" de uma vez por todas a existência constitucional da previdência social como um direito da classe trabalhadora. De que modo? A PEC 06/19, e esta é uma diferença profunda com relação a todas as outras anteriores EC, quer banir da Constituição os assuntos previdenciários e os transformar em leis elaboradas pelo executivo de plantão, sem que a classe trabalhadora tenha a oportunidade de debater as mudanças propostas para a previdência social. [...]

A outra é a capitalização. Esta é a razão da existência desta contrarreforma. Se na contrarreforma do Temer já existia, na contrarreforma de Bolsonaro a capitalização é o horizonte, mesmo que ela não apareça para todos os trabalhadores imediatamente, mas essa contrarreforma foi proposta para que a capitalização seja a forma de pensar, de fazer, e de destruir a previdência pública, social, no Brasil.

Segundo a própria autora, embora presente particularidades regionais e nacionais, esse movimento do capital é internacional. Vai afetar em maior ou menor intensidade os trabalhadores dos Estados nacionais, a depender do grau de organização da classe trabalhadora e, inclusive, de sua experiência revolucionária (GRANEMANN, 2017).

⁴³ Suprimimos notas de rodapé do original.

Assim sendo, e tendo por base os dados e elementos apresentados pelo IBGE e pela CEPAL, é possível deduzir que a condição do segmento maduro⁴⁴ da classe trabalhadora na América Latina (incluindo o Brasil) está submetida à ampliação do tempo de vida de trabalho e ao trabalho precarizado, e ainda, que os sistemas de proteção social ao idoso nessa região são seletivos e excludentes.

Esta constatação ganha inteligibilidade se compreendermos a funcionalidade da extensão da vida útil da mercadoria trabalho e do aprofundamento da exploração do trabalhador na América Latina na divisão internacional do trabalho, e seu papel para a economia capitalista mundial. A didática exposição de Ruy Mauro Marini na obra *Dialética da Dependência* (2000, p. 5) nos permite desnudar o fenômeno:

[...]as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção.

Assim, do ponto de vista da imediaticidade, é a necessária insuficiência de renda que explica as razões materiais para a permanência do trabalhador aposentado no mercado de trabalho. Mas, na ótica da subjetividade, a ocorrência de sofrimento pela ausência do trabalho na aposentadoria desafia a compreensão. A concepção da aposentadoria como direito tem centralizado o trato acadêmico do tema e as necessárias lutas sociais, mas não tem estimulado a ampliação da compreensão de seus efeitos sobre os trabalhadores.

As perdas dos vínculos sociais do trabalho, a sensação de “inutilidade”, a inadequação aos novos ritmos da vida e a ausência de sentido do trabalho fora da ambiência do mercado são elementos substanciais para produzirem sofrimento ao trabalhador aposentado – e a isso estamos designando como ‘adoecimento’.

⁴⁴ A opção pela expressão “maduro” tem a intenção de não restringir esta população ao marco dos 60 anos, mas contemplar todos aqueles trabalhadores que já atingiram os requisitos para aposentadoria mesmo antes de completar tal idade.

Esse adoecimento produzido pelo sentido do trabalho alienado se confunde com as doenças próprias da idade avançada e assim se oculta. Obviamente, não se está pretendendo anular a propensão do adoecimento no idoso, mas sublinhar que se as doenças próprias do “acúmulo de idade” são resultantes também do desgaste da “máquina-corpo” na sua integralidade, do consumo da energia vital, os modos de trabalhar são decisivos no tipo de adoecimento na idade madura. A propósito, vale flexionar que os conceitos de adoecimento e envelhecimento são também abstrações históricas, pactuações vulneráveis ao contexto em que vigoram e, desse modo, como pensar as doenças “próprias da idade” da classe trabalhadora fora dos condicionantes dos desgastes do trabalho?

Entretanto, se até aqui evidenciamos as determinações de classe no adoecimento no pós-aposentadoria, de forma alguma nelas se esgotam a complexidade do objeto. A classe trabalhadora é constituída por uma heterogeneidade que tanto mais se amplifica quanto mais avançam as estratégias de renovação e hegemonia do capital. O próprio debate do sofrimento pela aposentadoria já estabelece um recorte epistemológico sobre a classe posto que exclui os trabalhadores informais. Dentre a fração de classe vinculadas por relações formais de trabalho é necessário distinguir, para além das nuances da divisão sociotécnica do trabalho⁴⁵ e sua produção de segmentos de classe distintos (sobre os quais os rebatimentos do trabalho alienado também serão diferenciados), uma determinação que se articula organicamente com as anteriores: a divisão sexual do trabalho. Ainda que não se pretenda nesta tese pesquisar as diferenças de impactos da aposentadoria na saúde de homens e mulheres, em razão dos limites deste estudo, consideramos que não é possível compreender a complexidade do objeto tratado sem aludir elementos basilares da composição da classe trabalhadora, a quem se endereça a contribuição desta tese.

2.3 Sentido do trabalho alienado: universalidade e particularidades de gênero

Como acabamos de observar, as estatísticas apontam um vigoroso e acelerado processo de envelhecimento no Brasil, tal como na América Latina. Um fenômeno destacado pelos especialistas foi denominado de “feminização do envelhecimento” –

⁴⁵ Referimo-nos ao trabalho produtivo/improdutivo, intelectual/manual.

em todo o mundo as mulheres têm vivido mais do que os homens. Resguardadas as particularidades de cada país, o número de mulheres se sobrepõe progressivamente ao número de homens em cada faixa etária acima dos 60 anos (CEPAL, 2017)⁴⁶, chegando a registrar diferença média de 7 anos. Esses elementos introduzem novos debates e desafios no que se refere à superação das desigualdades para um sistema de proteção social dos idosos.

As desigualdades por sexo promovidas pelas condições estruturais e socioeconômicas em muitas situações alteram inclusive as condições de saúde, renda e a dinâmica familiar e tem forte impacto nas demandas por políticas públicas e prestação de serviços de proteção social. Viver mais não é sinônimo de viver melhor. As mulheres têm mais probabilidade de serem mais pobres do que os homens e dependerem mais de recursos externos (BERZINS, 2003, p.28).

O Relatório sobre Aposentadorias (CEPAL, 2017) considera que a menor participação econômica das mulheres na América Latina, em função da desigual distribuição sexual do trabalho, vulnerabiliza a população feminina nas idades mais avançadas e destaca a persistência da diferenciação de salários entre os sexos em funções iguais, a participação majoritária da mulher no trabalho informal, a sobrecarga das tarefas domésticas e de cuidado não remunerado, acarretando lacunas de contribuição previdenciária (maternidade e outros cuidados). Em razão desse cenário evidencia-se na região uma maior exclusão das mulheres dos sistemas de aposentadorias, e maior dependência das pensões de viuvez e não contributivas.

As maiores taxas de viuvez feminina, somadas à menor participação econômica das mulheres e, portanto, à menor cobertura da proteção social contributiva, fazem com que muitas mulheres idosas, que vivem mais anos do que os homens, se encontrem próximas ou abaixo da linha de pobreza e formem um grupo de alta vulnerabilidade que é necessário considerar com especial atenção na formulação das políticas públicas e dos sistemas de aposentadorias e pensões (CEPAL, 2017, p.24-25).

O presente quadro nada mais é do que a forma como se expressa, na vida concreta das pessoas, as desigualdades produzidas pela divisão sexual do trabalho. Examinar o impacto do trabalho alienado na produção de sentido do trabalho para homens e mulheres requer mediações para compreender as particularidades de

⁴⁶ Embora nasçam mais homens do que mulheres em todos os países do mundo, segundo a CEPAL (2017). A diferenciação é atribuída à maior taxa de mortalidade masculina.

gênero na produção da vida sob a sociabilidade burguesa.

A primeira consideração necessária é a de atribuir historicidade a essa divisão sexual do trabalho e, por conseguinte, conceituá-la. Nesse particular, Hirata e Kergoat (2007) apontam que a assimetria na divisão sexual do trabalho é uma constante em todas as sociedades⁴⁷ e que obedece a dois princípios básicos, quais sejam – a separação (“trabalho de homem” e “trabalho de mulher”) e a hierarquização. Entretanto, longe de um determinismo, atribuem a ela uma concepção histórica.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Mies (2016), igualmente, refuta a tese de que as desigualdades de gênero sejam resultantes das diferenças biológicas (determinismo biológico), e sua consequente naturalização e perpetuação histórica⁴⁸. Nesse sentido, faz uma crítica às teorias positivistas, evolucionistas e freudianas, bem como aponta a insuficiência das teorias de Marx, Engels e Lênin para dar conta do fenômeno. A concepção biologistica atrela o trabalho feminino às funções da natureza em consequência “do fato de que as mulheres têm um útero e podem dar à luz ” (MIES, 2016, p.840). Tal fato, segundo a autora, justificaria o porquê o capitalismo não considera a atividade doméstica como trabalho, uma vez que sua concepção de trabalho está centrada na atividade que lhe produz mais-valia (trabalho produtivo). Contudo, essa caracterização não é casuística, mas antes paradigmática:

[...] Observado de maneira superficial, esse conceito sugere que homens e mulheres se dividem nas diferentes e indispensáveis tarefas na produção da vida social. O conceito, porém, oculta o fato de que as atividades masculinas são consideradas aquelas verdadeiramente humanas (isto é, conscientes, racionais, planejadas), enquanto as femininas, por sua vez, parecem determinadas principalmente por sua “natureza”. Além disso, esse termo oculta que entre atividades masculinas (“humanas”) e femininas (“naturais”), há uma relação de dominação e, em última análise, uma

⁴⁷ Para efeito dos objetivos deste estudo trabalharemos com o recorte da sociedade capitalista e suas protoformas.

⁴⁸ A autora reporta que esta concepção se constitui num dos maiores obstáculos para a superação do patriarcado.

relação de exploração (MIES, 2016, p. 841-842).

A autora destaca que a gestação (e o parir), assim como a amamentação dos filhos (que embasam a teoria biologista), são atividades histórico-sociais na medida em que, em largos processos, as mulheres foram se apropriando de seus corpos e da natureza e construindo conscientemente estratégias de controle de sua fertilidade e modos de dar à luz. Mais que isso, é produção social vez que a coleta de comida não atende exclusivamente a sua sobrevivência, mas também a de seus filhos, determinando, inclusive, uma relação de cooperação com a natureza (não predatória), através da agricultura.

Os esforços teóricos de Federici (2017) nos ajudam a compreender que a dominação dos homens sobre as mulheres é mais do que paradigmática, ela é estruturante do modo de produção capitalista. Dialogando com Marx, a autora defende que a tese apresentada no capítulo *A assim chamada acumulação primitiva*, de *O Capital*, agrega-se a divisão sexual do trabalho como condição para estruturação do novo modelo de sociedade. Diz ela:

Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das “bruxas”. A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, na qual as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (FEDERICI, 2017, p.112-113).

Essa consideração introduz uma importante questão para o debate do presente estudo. Ao mapear o violento processo histórico de subordinação da mulher ao patriarcado burguês⁴⁹, da qual dependeria a autossustentabilidade do processo de proletarianização, Federici acentua que a procriação virou o “trabalho” da mulher. Se aos homens (agora livres) cabia produzir um volume cada vez maior de mais-valia, às mulheres cabia produzir mais homens livres para garantir progressivamente a produção de mais-valia. Para esse fim, tornou-se necessário produzir um novo estereótipo de mulher, como a dona de casa, mãe e esposa. Tendo em vista que a

⁴⁹ Federici (2017) e Mies (2016) historicizam a escravização, estupros, mortes, prisão, cerceamentos... como meios de destituição do poder das mulheres, desde que os homens descobriram que suas armas de caça também podiam matar e coagir humanos.

aparência é definida pelos elementos da superestrutura, foi necessário transformar o saber e domínio femininos sobre o próprio corpo como atos demoníacos, dar forma de lei à punição de todas as práticas de limitação da natalidade e garantir materialmente a dependência das mulheres aos homens. Para esse intento, retirou-se o valor do trabalho feminino no mercado (mesmo quando idêntico ao do homem) e promoveu-se a propriedade das mulheres pelos homens (brancos, prioritariamente), em uma espécie de “compensação” por sua perda dos meios próprios de produção⁵⁰.

Enquanto na Idade Média, as mulheres podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o processo de parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista [...] Como resultado, as mulheres foram forçadas frequentemente a procriar contra sua vontade, experimentando uma alienação de seus corpos, seu “trabalho” [...] (FEDERICI, 2017, p.163 e 166).

Ora, se viemos até aqui trabalhando com a noção de que o trabalho alienado se caracteriza pela ausência de controle do produtor direto sobre o processo de trabalho e da finalidade de seu produto, mas que, dialeticamente, também o realiza como humano, é plausível pensar que a função agora posta às mulheres no mundo do capital também seja prenhe de contradições e que as mesmas se expressem na forma de sofrimento individual. Na medida em que o ato de gerar um filho foi historicamente associado ao mito do amor materno, essa contradição se expressa contemporaneamente como culpa. É nesse terreno arenoso que se imbrica a questão do sentido do trabalho alienado para a mulher: “A relação entre trabalho doméstico e afetividade parece estar no cerne desta permanência, o que torna indispensável a incursão na esfera da subjetividade, para análise desta modalidade de trabalho” (HIRATA, 2002, p.31).

Contudo, a experiência das mulheres com o trabalho alienado não se esgota na função reprodutiva, e aí entra um fundamental componente da sociedade de classes: às mulheres da classe operária (na sua maioria) não foi dada a opção pela exclusividade da função de dona de casa. Pelos condicionamentos próprios do capitalismo essas mulheres tiveram que permanecer no mercado de trabalho, embora

⁵⁰ Federici (2017) nominou de patriarcado salarial o fato de que eram os maridos quem recebia o salário das esposas quando estas trabalhavam fora de casa.

em tarefas subalternizadas e precarizadas, sobretudo naquelas que representavam uma extensão do trabalho doméstico (babá, empregadas domésticas, costureiras, professoras primárias, parteiras...).

Esse atravessamento vai tomando novas dimensões na proporção das conquistas femininas por novos lugares no mercado de trabalho. Hirata (2002) fala de uma bipolarização da inserção profissional da mulher, em que uma minoria ascende a funções de executivas e intelectuais, mas que dependem de outras mulheres, em condições mais precarizadas de inclusão no mercado, para a realização de suas tarefas domésticas e maternais. Em outra obra, em parceria com Kergoat (2007), a autora problematiza as consequências desta bipolarização ao examinar esse fenômeno (que chamou de “externalização do trabalho doméstico”) no âmbito europeu em relação à absorção das imigrantes (de diversas etnias) em concorrência com as francesas:

Duas relações sociais entre mulheres, inéditas historicamente, estabelecem-se dessa maneira: uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e essa nova classe servil; uma relação de concorrência entre mulheres, todas precárias, mas precárias de maneira diferente, dos países do Norte e dos países do Sul [...] (KERGOAT, 2007, p. 601).

Para o recorte desse trabalho é importante dar ênfase à dupla alienação a que se submete o trabalho feminino: a alienação de seus corpos – genitália, útero e seios (MIES, 2016) – e a de sua força de trabalho. Essa múltipla condição complexifica o exame dos rebatimentos do sentido do trabalho alienado na saúde da trabalhadora na ocorrência da aposentadoria. Se examinamos a universalidade dos efeitos do trabalho como sofrimento e resistência para os trabalhadores e trabalhadoras no contexto do capitalismo, a questão de gênero agrega inúmeras particularidades. Se para o homem a aposentadoria significa sofrimento pelo isolamento social e desvalorização por seu retorno ao ambiente doméstico⁵¹, vez que é estranho a ele, o mesmo fato pode ter significância distinta para a mulher, seja porque o espaço da casa lhe é íntimo, seja porque ali pode atuar com maior autonomia (em relação ao espaço do trabalho). É ainda, a oportunidade, verbalizada por muitas, de “compensar” os filhos pela ausência exigida pelo trabalho (a histórica culpa). Entretanto, considerando que a aposentadoria só se verifica (em geral) após os 50 anos, a tendência é que nesse

⁵¹ Agrega saber que a palavra “aposentadoria” vem de “aposentos”, significando voltar a eles.

período os filhos já estejam exercendo sua vida produtiva – o fenômeno conhecido como “síndrome do ninho vazio” é, então, expressão desse sofrimento do que vimos considerando trabalho.

Mas, há que ser considerado também que, se a ascensão do trabalho feminino a postos antes só ocupados por homens é resultante das lutas das mulheres por igualdade, o retorno às atividades domésticas pode ser experimentado individualmente como regressão, retorno ao universo da desvalorização.

Em uma realidade de explorações diversificadas, a produção do sentido do trabalho requer muitas mediações para sua apreensão, sobretudo para estabelecer o seu nexos causal com o adoecimento.

A complexidade das questões aqui enunciadas tangencia a importância desse debate e a exigência de um longo investimento para apanhar suas refrações, que as dimensões deste estudo não comportam porque é centrado nas determinações de classe no adoecimento pela aposentadoria. Entretanto nessa escolha não está implicada uma negação das particularidades da produção do sentido do trabalho para homens e mulheres⁵² e a presente abordagem pretendeu sinalizá-la por tais razões.

Da mesma forma, uma outra linha de investigação necessária para o acúmulo quanto ao objeto central deste estudo são as determinações de raça, estruturantes do capitalismo e, em consequência, do próprio sentido do trabalho.

2.4 Aposentadoria e a saúde mental dos trabalhadores

O exame sobre saúde mental e trabalho (e sobre a ausência dele) requer uma breve incursão acerca da subjetividade e sua natureza. A esse respeito, Souza (2011) considera que a subjetividade é eminentemente histórica e, como tal, multicondicionada e variável no tempo de acordo com as condições objetivas.

Os seres humanos, que produzem as relações sociais segundo a sua produção material, criam também as ideias, as categorias, isto é, as expressões abstratas ideais destas mesmas relações sociais. Estas categorias são produtos históricos e transitórios, e a subjetividade é um destes produtos históricos e transitórios, subjetividades diversas gestadas diferentemente conforme a classe, o gênero e a etnia a que o indivíduo pertence, em cada um desses momentos históricos (SOUZA, 2011, p.99).

⁵² Também não se desconhece que este debate transcende os gêneros binários.

Como se pode depreender, para a autora a compreensão da subjetividade implica em analisar as formas históricas de sua existência. Nesse sentido, afirma que para cada modo de organização da produção instituída pelo capital, provoca-se a emergência das emoções necessárias à sua manutenção (SOUZA, 2011, p. 100).

Ao estudar a subjetividade nas particularidades do capitalismo do tempo presente a autora identifica que sob o modo de gestão toyotista da produção o controle ganha centralidade, mas não o controle hostil do taylorismo e fordismo, e sim um controle de novo tipo – o autocontrole do trabalhador e do próprio coletivo de trabalho ao qual pertence. Para construção dessa sociabilidade o capital empenha uma cooptação dos trabalhadores em seu envolvimento emocional com a empresa que ideologicamente enfatiza “as relações de proximidade, as relações de pertença, as emoções: não mais o trabalho desmotivante, mas a realização, o cliente satisfeito, a individualidade e o talento do/a trabalhador/a reconhecidos”[...] (SOUZA, 2011, p. 109-110).

Corroborando com essa concepção do caráter histórico da subjetividade a afirmação de Cohen (2011) para quem o trabalho assume lugar fundamental em sua determinação:

A consideração do que se concebe como trabalho ou prática criadora de valor depende sempre dos valores existentes em um contexto social e histórico dado, ou seja, o trabalho ou se define simplesmente como atividade (assalariada) ou especificamente como atividade socialmente reconhecida como produtora de valor. O qual implica: como produtora de relações sociais (o capital é uma relação, não uma coisa) e, portanto como produtora de subjetividade (COHEN, 2011, p. 91).

A psicodinâmica, da qual Dejours é referência, parte da consideração de que há uma margem entre o *trabalho prescrito* e o *trabalho real*, e de que é exatamente nesse espaço que a criatividade do trabalhador pode operar, corporificar sua inteligência, vencer o sofrimento da impotência frente à resistência do mundo real ao seu domínio (Dejours, 2004). É no preenchimento dessa lacuna que de certa forma transgredir o prescrito por quem gerencia o trabalho e que é sempre insuficiente. Que o prazer pode ser gerado se as habilidades requeridas estão de acordo com o trabalhador e há espaço o suficiente. Mas, também é a constrição dessa mesma margem que dá origem ao sofrimento. O autor destaca ainda que o trabalho não se esgota na atividade de produção do mundo objetivo, nem se limita ao tempo físico

dedicado ao ambiente laboral, uma vez que mobiliza integralmente a personalidade do trabalhador. E evocando a ontologia do trabalho afirma que

[...]O trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada. Trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar (DEJOURS, 2004, p. 30).

Entretanto, se a experiência de trabalhar não é um ato isolado, atomístico, em ambientação asséptica ou abstrata, mas circunscrita e determinada, porque histórica, a produção de subjetividade também o é. Nesse sentido, Dejours (2004, p. 34) realça que as formas contemporâneas de organização do trabalho e de gestão sob a égide neoliberal, supõem “sacrificar a subjetividade em nome da rentabilidade e da competitividade”. Assim sendo,

no contexto contemporâneo – e talvez já desde há muito tempo – as situações ordinárias de trabalho não podem ser descritas como justaposição de experiências e inteligências singulares. Porque, via de regra, trabalha-se para alguém: para um patrão, para um chefe ou um superior hierárquico, para seus subordinados, para seus colegas, para um cliente, etc. O trabalho não é apenas uma atividade; ele é, também uma forma de relação social, o que significa que ele se desdobra em um mundo humano caracterizado por relações de desigualdade, de poder e de dominação. Trabalhar é engajar sua subjetividade num mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação. Assim o real do trabalho não é somente o real da tarefa, isto é, aquilo que, pela experiência do corpo a corpo com a matéria e com os objetos técnicos, se dá a conhecer ao sujeito pela sua resistência a ser dominado. Trabalhar é, também, fazer a experiência da resistência do mundo social; e, mais precisamente, das relações sociais, no que se refere ao desenvolvimento da inteligência e da subjetividade. O real do trabalho, não é somente o real do mundo objetivo, ele é, também, o real do mundo social (DEJOURS, 2004, p. 31).

Pois, é no real do mundo social que a subjetividade do trabalhador é talhada para o trabalho alienado e intensificado. É entre a expectativa de prazer e a experiência de sofrimento que o trabalho se situa nas formas de gestão do trabalho engendradas pelo capital, produzindo os sentidos do trabalho assimiladas pelo trabalhador. Trabalho como sofrimento, como resistência ou como emancipação dependem das condições objetivas e das explicações produzidas para justificá-las.

O ritmo intenso é responsável pelo estreitamento do espaço de liberdade do

trabalho. Por espaço de liberdade entendemos a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Se o tempo para a realização das tarefas é reduzido, isto se associa ao sofrimento, porque o trabalho intensificado reduz o espaço de liberdade, onde o trabalhador exerce seu poder de interferir no processo de trabalho, onde se pode visualizar a expressão pessoal do trabalhador no produto do seu trabalho (PALÁCIOS, 1995, p. 59).

Nesse sentido, Barreto (2011) afirma a centralidade da vivência no trabalho na produção do sujeito (do sujeito trabalhador), destacando que a violência no trabalho é, antes, uma questão iminentemente organizacional e não um conflito pontual entre homens e mulheres em suas relações laborais.

[...] Portanto, o trabalho tanto pode estruturar como desestruturar os indivíduos, causando danos e agravos à saúde, muitas vezes irreversíveis e que impõem sofrimento psíquico explicitado em desespero, agonias, desesperança, queda do rendimento no trabalho, falta de liberdade, desprazer, sentimento de nulidade e inutilidade, ideações suicidas e posterior morte por suicídio (BARRETO, 2011, p. 229).

Nesse particular cabe fazer um destaque de que Werlang e Mendes (2019) discutem a associação entre trabalho e ideação suicida apontando as transformações na organização de trabalho como um determinante para o sofrimento que leva às tentativas de suicídio. O perfil de suicídios no Brasil apresentado no texto indica também que os idosos, sobretudo acima dos 70 anos, constituem um segmento em destaque em mortes por suicídio. Entretanto, não fazem nenhuma menção à aposentadoria.

Assim, se a subjetividade do trabalhador se apresenta plástica aos interesses hegemônicos do capital, os paradigmas de gestão do trabalho se configuram como modeladores que em razoáveis espaços de tempo operam mudanças objetivas e subjetivas nas formas de organizar a produção e introduz mecanismos que lhe garanta a consecução de seus objetivos. Mas, essas estratégias, inevitavelmente, rebatem nos níveis de satisfação dos trabalhadores e impactam sua saúde. Como já afirmaram os autores vistos até aqui, são as próprias emoções dos trabalhadores que se tornam instrumentos de manipulação do capital que transitam entre a cooptação, como a clássica premiação dos trabalhadores mais produtivos, e a violência. O surgimento da figura do assédio moral, no estágio de desenvolvimento da acumulação flexível, é suficientemente exemplar do que se acaba de afirmar.

[...]O exercício de tal flexibilidade solicita toda uma preparação psicológica, todo um apelo à personalidade e é nessa personalidade que e neste isolamento

individualista que o indivíduo / trabalhador/a é atacado/a. Ocorre uma superestimação das emoções narcísicas, isolacionistas, o que tem levado os/as trabalhadores/as ao abandono da vida pública, dos referenciais de classe, organizativos.

O Assédio Moral não é um desvio psicopatológico de um/a chefe/a, mas uma política de demissão; e como já houve o abandono dos referenciais públicos-políticos, a admissão / demissão “aparece” como se fora por razões pessoais / emocionais, de forma que obsta a reação do sujeito, pois este se culpabiliza pela própria demissão.

O Assédio Moral é vivido diferentemente conforme a classe / gênero/ etnia / a que o/a trabalhador/a pertença. Como as subjetividades são gestadas diferentemente, conforme o sexo, classe, etnia, raça, conseqüentemente a forma de adoecimento destes sujeitos são diferenciadas: a forma de assédio (xingamentos ou sussurros), o que significa humilhação para cada um (ser chamado/a de feia ou incompetente), qual o significado diferenciado do que é humilhante para homem (ataques a virilidade) e para a mulher (ataque à honra e à aparência), como reagem (mulheres compartilham, homens escondem) (SOUZA, 2011, p. 112-113).

Se é seguro afirmar o caráter histórico da subjetividade do trabalhador (assim como a do capitalista), e o exposto acima evidencia que ela está voltada para otimizar as respostas às exigências mutáveis do trabalho, há que se pensar ao que esse trabalhador vai endereça-la quando se aposentar. Se o estreitamento do espaço entre o trabalho prescrito e o trabalho real são produtores de sofrimento por obstar o exercício da criatividade produtiva, há de se supor que a ausência do trabalho seja experimentada como fonte de sofrimento em razão dos valores suscitados na vida ativa.

Esse “mal-estar” em sociedade, experimentado pelo trabalhador que se aposenta, é vivido como insucesso pessoal, particular, e é agravado pelo fato de que as relações de vizinhança na contemporaneidade são fragilizadas, se comparadas com os vínculos dos grupos de trabalho que, independentemente da qualidade destes, confere identidade ao sujeito, um lugar social. Assim, esse desconforto social por ocupar uma condição que lhe é estranha vai assumindo para o/a trabalhador/a feições de despertencimento e desvalorização.

A leitura desse fenômeno tem sido formatada por um viés individualizante, seja entre leigos ou profissionais. Os sinais de resistência a esse conjunto de condicionantes da aposentadoria são lidos pejorativamente como vida pessoal esvaziada, apego ao dinheiro/cargos, medo da velhice, desamor ao núcleo familiar, sempre desvinculado da materialidade e subjetividade do mundo do trabalho.

A globalização financeira e a mundialização da precarização social, juntamente com as inovações tecnológicas e as novas formas de gestão, causaram rápidas transformações no mundo do trabalho. No entanto, o

pensamento tradicional das áreas da Medicina do Trabalho, da Saúde Ocupacional e da Psicologia dá pouca atenção para essas mudanças e para o aspecto do trabalho como mediador de integração social, seja pelo valor econômico, seja pelo valor cultural, com importância fundamental na constituição da subjetividade de todas as pessoas. (...) Os aspectos sociais, econômicos e organizacionais, assim como os processos psicossociais em suas repercussões sobre a subjetividade do trabalhador, são minimizados (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.187).

Porém, ainda mais relevante são as formas individualizantes e patologizantes como são revestidos os sinais de sofrimento dos trabalhadores frente à aposentadoria. E nesse particular é ao diagnóstico de depressão, via de regra, que se tem recorrido para classificá-los, embora outros transtornos venham ganhando visibilidade nos tempos atuais como a chamada síndrome do pânico.

Essa patologização dos sentimentos/comportamentos não é, a rigor, uma novidade no campo da saúde mental. Toda crítica que fomentou os movimentos pela Reforma Psiquiátrica pelo mundo tinha por base a negação dessa patologização do social pela psiquiatria clássica. Mas, em que pese todo o avanço nos modelos assistenciais em saúde mental, a hegemonia dos saberes psi no campo, aliada à contribuição ainda tímida dos saberes “sociais” (incluindo o serviço social e algumas correntes do próprio campo psi), sustenta a ênfase no indivíduo como gênese do adoecimento. É central também salientar que fora das instituições típicas de cuidado em saúde mental (CAPS, moradia assistida, entre outros) a atenção ao sofrimento psíquico ainda obedece ao modelo psiquiátrico: médico-centrado, individualizado, medicamentoso, privatizado.

Por vezes, temos visto fortes reações de oposição à leitura que incorpora os contextos de trabalho como determinantes dos problemas de saúde mental da população trabalhadora. [...]Essa reação dos estudantes parece ser motivada por, pelo menos, duas posições em relação à compreensão da relação saúde-doença e trabalho. A primeira é a de que a causa última para explicar o adoecimento de trabalhadores e trabalhadoras deveria ser buscada sempre no indivíduo: em suas peculiaridades em termos físicos, fisiológicos, psicossociais e em sua história de vida no núcleo familiar anterior à vida de trabalho. A segunda posição é a adoção da naturalização da ideia de que o trabalho produz sofrimento e não pode ser mudado, como se isso fosse um destino, uma determinação inquestionável e intransponível, cujo curso seria impossível de ser modificado (PAPPARELLI, 2011, p.119).

Mas, no que se refere a essa “banalização” do diagnóstico de depressão é interessante dialogar com a produção de Maria Rita Kehl intitulada "O tempo e o cão", e sua visão crítica sobre a inconsistência do conceito de depressão e a necessidade de

lhes fazer frente em razão do seu exponencial aumento no Ocidente. Para a autora, as depressões.

Não se confundem com estados de ânimo tais como tristeza, abatimento, desânimo, inapetência para a vida, embora todos estes participem também do sofrimento do depressivo. Por outro lado, também não se confundem com as ocorrências depressivas esporádicas a que todo neurótico está sujeito em razão de perdas, fracassos ou lutos mal-elaborados (KEHL 2009, p.14).

Como já afirmamos, as perdas dos vínculos sociais do trabalho, a sensação de “inutilidade” impressa pela saída da esfera de valorização do ser trabalhador, a “inadequação” aos novos ritmos da vida extra-mercado e a ausência de sentido do trabalho fora dos ditames da produção são elementos substanciais para produzirem sofrimento ao trabalhador aposentado – e é a isso que estamos designando como “adocimento”.

O que queremos dar relevância aqui é que se tiver procedência a hipótese que levantamos – de que o sentido do trabalho como o valor social do homem (localizado no emprego e submetido ao mercado), seja o fator adoecedor quando na ausência do trabalho –, estamos então frente a um rebatimento da questão social. Nesse sentido, o adocimento pode ser considerado dialeticamente a “aparência”, a expressão individualizada de como o modo capitalista de produzir a vida subverteu o sentido do trabalho como omnização, ou o seu caráter emancipador. Maria Rita Kehl também problematiza esta individualização da depressão e a considera como ‘sintoma social’, embora sabendo-o problemático dentre os psicanalistas.

[...] defendo a possibilidade de se entender o aumento contemporâneo das depressões como um sintoma social. [...] Minha hipótese é de que as depressões, na contemporaneidade, ocupam o lugar de sinalizador do “mal-estar na civilização” que desde a Idade Média até o início da modernidade foi ocupado pela melancolia. [...] A depressão é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia dos sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social desta primeira década do século XXI. Por isso mesmo, os depressivos, além de sentirem na contramão de seu tempo, vêem sua solidão agravar-se em função do desprestígio social de sua tristeza (KEHL 2009, p.22).

Essa consideração da autora se assenta em duas grandes outras contribuições de sua obra – a concepção de que determinadas estruturas clínicas são ‘convenientes’ a determinados quadrantes históricos, e em outros são exaltadas como patologias para conferir-lhes negatividade e estado de exceção. Adepta à concepção da

subjetividade como construção histórica⁵³, a autora explica o status da depressão na contemporaneidade como produto da cultura.

Mas, ter tais pressupostos como fato diminui a importância de que este mal-estar social seja ou não diagnosticado como depressão? Se parte deste constructo é obra da dimensão cultural ela corresponde, sem dúvida alguma, a uma necessidade material. Esse quinhão pertence ao poderio da indústria farmacêutica para criar uma doença a cada vez que inventa um medicamento. No mesmo passo vende a boa e a má notícia, ilusão e mercadoria.

Por essa via, o trabalhador que se aposenta é alvo de desvalorização não apenas por ser “mercadoria gasta”, “inútil”, mas também por ser um “fraco de vontade”, “culpado” por sua própria doença, “incompetente” para produzir sua própria felicidade. Ensimesmado na depressão por decreto de especialistas, o trabalhador não é capaz de desvelar as causas de seu mal-estar e reagir coletivamente. E o capital, quando não se valoriza por seu trabalho direto, o faz mediante ao consumo das drogas, dos planos de saúde. Não existem espaços vazios na órbita do capital.

Não obstante, admitir o adoecimento no pós-aposentadoria como expressão do trabalho alienado tem tanto implicações teóricas, quanto na dimensão prática. Requer aborda-lo no âmbito das relações saúde/trabalho, construir metodologias para estabelecer/identificar seus determinantes, tensionar o conceito de doença ocupacional, entre outros. No entanto, como já apontamos, os serviços de saúde do trabalhador têm passado ao largo desse debate.

É preciso observar, entretanto, que o campo de atuação no Brasil que reivindica para si a designação de “saúde do trabalhador” é bastante diverso. Segundo Vasconcellos (2011), após a consolidação da saúde do trabalhador no SUS a expressão passou a ter uso indistinto, a despeito das bases conceituais, confundindo papéis, competências e comprometendo o direcionamento das políticas sociais (p. 412).

A vertente da saúde do trabalhador a que evocamos é a que responde pela identidade com o Modelo Operário Italiano (MOI), liderado pelo movimento operário italiano a partir dos anos 1960, cujo paradigma incorpora o saber empírico dos trabalhadores em articulação orgânica aos saberes técnicos (princípio da ‘não

⁵³ A autora afirma que a tarefa do analista é compreender a subjetividade de sua época (KEHL, 2009, p.27).

delegação')⁵⁴. Tomar nas próprias mãos o poder de identificar as determinações e soluções da sua saúde, em particular na relação com o trabalho, é sem dúvida um passo emancipador.

A historiografia da constituição deste campo no Brasil⁵⁵ revela o curso de embates permanentes entre as forças que disputam o controle sobre esta seara, como o Estado, entidades patronais, a indústria da saúde, o corporativismo médico, sindicatos, outros trabalhadores da saúde, partidos políticos, e sujeitos diversos que protagonizam a luta de classes.

Entretanto, é preciso considerar se no Brasil e na América Latina, em razão de sua condição periférica, subsidiária do capitalismo central, a saúde do trabalhador pode constituir-se como o paradigma instituído pelo MOI. Ou, dito de outro modo, se os traços culturais escravagista-feudais influem sobre a capacidade organizativa dos trabalhadores tanto quanto intensificam a resistência do capital ao paradigma de saúde do trabalhador.

A própria experiência do MOI tem sido pauta de análises quanto aos seus limites, posto que sua sustentação está inevitavelmente vinculada à dinâmica da luta de classes⁵⁶. Contudo, consideramos que são os saltos qualitativos que devem orientar às lutas e, nesse sentido, a consigna instituída pelo MOI serve de norte ao campo da saúde-trabalho: “A saúde não se vende, nem se delega, se defende”.

Dessa forma, se nossa hipótese estiver pertinência, amplia-se a seara de atuação para os que têm o trabalho e a saúde do trabalhador como campo de intervenção, posto que não será possível interferir nessa realidade, senão por ações de cunho educativo (no sentido ampliado). Pautar a aposentadoria ultrapassa a mera ocupação do tempo ocioso, a capacitação para o empreendedorismo, o voluntariado e/ou atividades manuais. Contribuir para o usufruto do direito a estar livre dos processos diretos de exploração passa, necessariamente, por ações político-pedagógicas e estratégicas junto aos trabalhadores para instrumentalizá-los a desvelar os sentidos do trabalho.

Obviamente, considerando a gênese desse “adoecer” não há que se atribuir a tarefa de sua superação à dimensão técnica. Isso seria uma ingenuidade. É tarefa de

⁵⁴ No fundamento desta diretriz encontra-se, não apenas o reconhecimento do saber do trabalhador sobre sua própria saúde e sofrimento, mas igualmente do caráter classista da ciência.

⁵⁵ Sobre a temática ver Vasconcellos (2011).

⁵⁶ A respeito das bases deste debate vale conferir o instigante artigo de Stotz e Pina (2017).

grande monta que remete à práxis política, educativa – que transcende a esfera do profissionalismo, porque é tarefa de classe. Mas, não a excluí.

Os fundamentos aqui visitados buscam cumprir a tarefa de desvendar determinações que elucidam o vivido descrito na sessão anterior, como abstração do real que permite a formulação de conceitos e hipóteses, e mediatizam o movimento de apreensão da realidade ampliada pela pesquisa com trabalhadores aposentados de categorias diversas acerca de suas experiências no processo de aposentadoria.

Para uma compreensão mais pormenorizada do modo como se efetivou a investigação da realidade, o próximo capítulo contará com uma introdução descrevendo a pesquisa referida, seu embasamento, limites e processualidade, abordando cada uma das etapas empreendidas. Apresenta ainda o perfil composto pelo grupo de trabalhadores aposentados entrevistados, para então tratar dos achados quanto aos elementos que compõem os eixos estruturantes da pesquisa.

3 “CHEGAR E PARTIR, SÃO SÓ DOIS LADOS DA MESMA VIAGEM”: TRABALHO E APOSENTADORIA NA VOZ DOS TRABALHADORES

E assim chegar e partir

São só dois lados

Da mesma viagem

O trem que chega

É o mesmo trem

Da partida

(Fernando Brant / Milton

Nascimento)

3.1 O processo de investigação da realidade: os passos até o trabalhador.

Considerando o levantamento do estado da arte em relação ao objeto deste estudo já apresentado anteriormente, é possível considerar a invisibilidade do tema no campo da investigação acadêmica. Tal objeto parece estar oculto na empiria, no delicado e arenoso universo do cotidiano. A pretensão de pautar o rebatimento do processo de desvinculação do trabalho⁵⁷ na saúde da classe trabalhadora nos impôs a tarefa de estudá-lo. Como afirma Antunes (2009, p. 168):

Mas a referência à vida cotidiana e suas conexões com o mundo do trabalho e da reprodução social é imprescindível, quando se pretende apreender algumas das dimensões essenciais do ser social. As conexões existentes entre as ações práticas e histórico-ontológicas e as esferas mais autênticas da genericidade humana, como a ética, a filosofia, a arte, a ciência, as formas superiores da práxis sociocultural, encontram na heterogeneidade da vida cotidiana, em suas ações imediatas e espontâneas, a sua base ontológica, constituindo-se, conseqüentemente, no ponto de partida do processo de humanização do ser social.

Os riscos de tal incursão residem nos vieses positivistas e da “*apologia fenomênica da vida cotidiana*” (ANTUNES, 2009, p. 168), que tem no cotidiano o seu berço e universo explicativo.

Em uma crítica ao que denominou de “nova coqueluche” entre os assistentes

⁵⁷ De um determinado tipo de trabalho, produtor de um específico sentido de trabalho, o da sociabilidade burguesa.

sociais, ainda em 1987, José Paulo Netto problematizava o crescente interesse dos profissionais pela temática do cotidiano. Alertava o autor que a incorporação acrítica do debate, desprovido de um aparato categorial e um referencial teórico que permita superar a imediatividade dos fatos serve apenas para reiterar velhas condutas, que se polarizam entre o "racionalismo limitado (v.g., a moléstia positivista) e da derivação irracionalista (v.g., a vertente fenomenológica)" (NETTO, 1987, p. 63-64).

Por outra via, Pontes (1998) ao fazer o debate sobre a categoria mediação e a intervenção do Serviço Social descreve o lugar da singularidade:

Portanto, enfatizo este ponto para demonstrar que incorre em grave equívoco, aquele profissional que considera como de pouca valia aqueles dados relativos a individualidade, mas especificamente à subjetividade psicossocial do sujeito, querendo fazer ver que o que vale, são reflexões que envolvam categorias sociais/coletivas e totalizantes. Outro elemento que merece destaque é quanto a necessidade de domínio da facticidade, ou seja do conhecimento empírico do real; condição para sua ultrapassagem (PONTES, 1998, p.14).

Em outra obra, Netto afirma que uma das contribuições que o Serviço Social pode oferecer à tradição marxista, pela natureza da profissão, é a de indicar realidades e processos a serem objeto de investigação acerca do modo de ser e de reproduzir-se do ser social (Netto, 1989). Este é o esforço que ora envidamos.

Em sua caracterização da estrutura da vida cotidiana Agnes Heller⁵⁸ (1992) afirma a ineliminável cotidianidade da vida do homem, qualquer que seja ele. Entretanto destaca que, se nenhum homem pode desligar-se totalmente da vida cotidiana pelo tanto de identificação com sua atividade humano-genérica, por outro lado [...] "não há nenhum homem, por mais "insubstancial" que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente" (HELLER, 1992, p. 17). Esta dialética engendra muitas mediações para apreensão do cotidiano. Na ilustração da autora: "Assim, por exemplo, o trabalho tem frequentemente motivações particulares, mas a atividade do trabalho – quando se trata de trabalho efetivo (isto é, socialmente necessário) – é sempre atividade do gênero humano" (p. 21).

Para o interesse central de nosso estudo é necessário dar relevo à concepção

⁵⁸ Não é alegórico apontar que Heller, Antunes e Netto tomam os postulados de Lukács por base para pensar o cotidiano. Entretanto, vale destacar, na concepção de Netto (1987) após as produções do início da década de 70, Heller vai se afastando das concepções lukacsianas.

presente nessa obra de Heller acerca do caráter alienado da vida cotidiana. Segundo a autora, a vida cotidiana não é, de per si, alienada, mas assume esse caráter em determinadas estruturas econômicas onde se opera um distanciamento entre o desenvolvimento humano-genérico e reais condições de desenvolvimento dos indivíduos particulares. E o capitalismo moderno, na análise da autora, exacerbou esta disparidade.

Retomando Netto (1987), o exame da cotidianidade exige ter em conta a generalização estrutural do modo burguês de produzir a vida para apreensão de suas determinações e expressões.

A planificação global – cobre a vida como um todo: da distribuição (destruição) ecológica ao conteúdo do lazer, do controle da mobilidade da força de trabalho ao continuum instrução formal/informal, etc. A organização capitalista (monopolista) da grande indústria moderna modela a organização inteira da sociedade macroscópica, impinge-lhe os seus ritmos e os seus ciclos, introduz com sua lógica implacável o relógio de ponto e os seus padrões em todas as microorganizações (NETTO, 1987, p.86).

Considerando tais formulações e ciente do desafio metodológico de explorar um campo complexo e pouco examinado, nos propusemos a investigar a identificação de sofrimento em razão da aposentadoria e o sentido do trabalho para os trabalhadores aposentados, a partir de sua experiência concreta.

Tal recorte decorre das dificuldades de construir um nexo de causalidade imediata entre estes dois fatores, nos limites de tempo e recursos de uma pesquisa de doutorado. Considerou-se, sobretudo, que o objeto em tela trata exatamente do obscurecimento da consciência coletiva (de classe) de modo que não se espera encontrar esta articulação entre o sentido do trabalho alienado e o adoecimento pela aposentadoria na fala dos trabalhadores individuais. Assim, avaliou-se que a presente pesquisa teria envergadura para verificar as bases desta afirmação, permitindo mensurações a partir das mediações apresentadas nos capítulos anteriores. Por estas razões, foi também interesse da pesquisa conhecer como os trabalhadores explicam os eventuais sofrimentos no processo de aposentadoria.

Vale dizer que a pesquisa proposta não teve caráter censitário, mas de natureza qualitativa.

3.1.1 O processo de seleção dos sujeitos da pesquisa.

Considerando a opção de acessar os trabalhadores aposentados por meio de seus sindicatos, estabeleceu-se como campo de seleção para composição do universo da pesquisa a aproximação com entidades sindicais participantes do Fórum Intersindical organizado pelo Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS), em parceria com o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e da Ecologia Humana (CESTEH) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

[...]o Fórum Intersindical se reúne mensalmente e tem como objetivo possibilitar a articulação entre as instâncias públicas que têm como missão a defesa da Saúde do Trabalhador e dos trabalhadores e suas representações; fomentar a participação dos trabalhadores e demais instâncias do SUS na Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat); capacitar representantes dos trabalhadores, das instituições públicas de vigilância, acadêmicas e outras com interesse em Visat, especialmente sobre os componentes da informação e da intervenção nos processos e ambientes de trabalho; criar mecanismos de qualificação para a ação de Visat; e estimular a integração entre as diversas instâncias participativas para o aprimoramento da governança da Saúde do Trabalhador na região (CESTEH, 201-?, s.p.).

Estimou-se que a sensibilização destas entidades político-representativas para com a saúde do trabalhador e a proximidade com o ambiente acadêmico favoreceria a implicação com a pesquisa. Por consequência, que essa participação viesse a estimular o debate da temática objeto da pesquisa junto aos trabalhadores de suas bases.

Assim sendo, a primeira abordagem à entidade sindical foi feita ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, aproveitando uma reunião entre alguns de seus Diretores e o Coordenador Geral do Fórum Intersindical, Prof. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, onde apresentei o convite para intermediação da pesquisa junto a sua base. Os sindicalistas presentes foram bastantes receptivos à proposta, sugerindo uma série de formatos para minha investigação (palestra, evento para aposentados com coffee-break...). O Diretor responsável pelo Setor de Aposentados do Sindicato me forneceu seu contato para que retornássemos à proposição após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Na ocasião, esse Diretor afirmara que ele próprio se reconhecia nesta “lacuna” do pós-carreira.

Na reunião ordinária do Fórum Intersindical de Saúde do Trabalhador Direito e

Trabalho/Cesteh/Ensp/Fiocruz, do mês de fevereiro de 2020, apresentamos a pesquisa convidando os sindicatos à participação. Dos que se interessaram, dois efetivamente firmaram acordo para contribuição – Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense e o Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro.

Duas semanas após, foi decretado Estado de Calamidade Pública pelo governo federal em razão da pandemia do CORONAVÍRUS (COVID-19), por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, e medidas de distanciamento social em nível estadual no Rio de Janeiro (Decreto nº 46.973 de 16 de março de 2020), suspendendo por 15 dias (que foram sucessivamente prorrogados) a realização de eventos, aulas, atividades esportivas, circulação de transportes interestaduais de pessoas, visitação a pontos turísticos, praias, piscinas públicas, utilização de passe livre de estudantes... Bem como a restrição de funcionamento de bares, restaurantes, comércio, etc.

A exigência do distanciamento social requerida como medida de segurança frente à crise sanitária, sobretudo em razão dos sujeitos da pesquisa se enquadrarem, à priori, na faixa etária mais vulnerável ao agravamento dos sintomas com risco de óbito, nos obrigou a refazer toda metodologia de coleta de dados antes de submeter o projeto ao CEP. O impacto à pesquisa implicou, desde a abordagem às entidades sindicais para participação até a substituição da entrevista presencial por um modelo remoto, mediado por tecnologias de comunicação que nos exigiu buscas contatos com profissionais com experiência nessa área, aquisição de equipamentos, testes... Um longo tempo percorreu até que tivéssemos um novo projeto de pesquisa que pudesse ser aprovado dentro das exigências éticas. A etapa seguinte implicava na solicitação às entidades sindicais participantes a assinatura do Termo de Assentimento Institucional (TAI), documento exigido pelo CEP.

Na retomada de seleção e convite aos sindicatos, senti falta de representação do ramo de produção do trabalho intelectual, que já se apresentava com questões muito particulares na experiência vivida na prática profissional apresentada no Capítulo 1 do presente estudo. Assim, fizemos contato com a Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ASDUERJ) para o devido convite, que foi imediatamente aceito. O critério utilizado para essa escolha deveu-se à facilidade do contato com a sua diretoria.

Considerando que os sindicatos também tiveram que funcionar parcialmente, transferindo diversas atividades para modalidade remota e trabalhando com escalas e rodízios, os contatos tiveram que ser realizados por e-mail, celular ou pelo aplicativo

Whatsapp. O retorno, na maioria dos casos, foi mais lento do que o esperado. Agravou-se que neste intervalo de tempo, as pessoas de referência nos sindicatos haviam mudado, o que implicou em uma rerepresentação da pesquisa. No caso específico do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, aquele sindicalista com o qual acordamos a participação na pesquisa havia falecido em abril de 2020, sendo uma das primeiras vítimas da COVID-19. Por isso, a homenagem a ele nesta tese.

Superado o impacto desse fato, buscamos o contato com outro diretor do sindicato e retornamos à sede para apresentação da pesquisa a outros diretores e à presidenta da entidade. O TAI foi assinado nesse mesmo momento. Os demais sindicatos receberam o TAI por e-mail e devolveram assinados por essa mesma via.

Submetida ao CEP e aprovada a pesquisa, encaminhei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) às entidades sindicais para ciência, solicitando a indicação de até cinco aposentados de sua base com os respectivos contatos, a fim de serem convidados a participarem da pesquisa. Como indicativo de critério para escolha destes aposentados apenas a exigência de que possuíssem um celular com acesso à internet para participar da entrevista. Sugeriu-se, no entanto, que se privilegiasse a diversidade de perfil destes indicados, tanto quanto fosse possível.

O tempo desse retorno pelos sindicatos, em particular o fornecimento das listas com indicações, foram muito variados (entre 05 e 60 dias), exigindo diversas retomadas de contatos e comprometendo o cronograma da pesquisa.

O método de escolha dos aposentados para entrevista também variou entre as entidades sindicais. A ASDUERJ encarregou sua assessoria sindical para selecionar e encaminhar suas indicações, compondo uma lista de 05 docentes. O Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro optou por realizar sua seleção através de sua Diretora de Aposentados, encaminhando 03 indicações. Já o Sindicato dos Bancários preferiu nos incluir num grupo de Whatsapp de aposentados de sua base onde pudemos apresentar brevemente a pesquisa e fazer o convite à participação – três aposentados se voluntariaram. No caso do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, fomos convidadas à participar de uma *live* ordinária da entidade com seus aposentados para apresentar a pesquisa como forma de sensibilização e, posteriormente, recebemos a listagem com 05 petroleiros sugeridos.

Há que se fazer uma observação importante sobre o momento histórico em que se realizou esta etapa da pesquisa e os impactos sobre seus sujeitos. A fase de

seleção dos possíveis entrevistados ocorreu entre janeiro e março de 2021, momento em que o Brasil registrava uma forte ascensão nos casos de contágio e morte pela pandemia do COVID-19, oficialmente declarada em território nacional em 04 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria 188 na condição de Estado de Emergência.

Segundo a matéria publicada por Lara Pinheiro no G1, dia 25/01/2021, nos primeiros 24 dias daquele ano o Brasil já havia superado o número de mortes registrado em todo o mês de dezembro de 2020, acumulando 217.081 vítimas fatais desde o início da pandemia no país. Nesse mesmo período testemunhamos uma crise humanitária em Manaus- AM quando o sistema de saúde local sofreu um colapso com uma enorme demanda de casos graves, combinada com a insuficiência de infraestrutura dos hospitais, evidenciada pela carência de oxigênio para dar suporte assistencial aos usuários, levando alguns deles à morte por asfixia.

Nessa ocasião, diversos especialistas alertaram sobre o risco dessa tragédia se repetir em outras localidades do Brasil, considerando sua gênese na gestão negligente da pandemia pelo Estado, sobretudo pelo governo federal de Jair Messias Bolsonaro⁵⁹, mas também de muitas esferas locais, demonstradas pelas ausências tanto de vacina (até aquele momento), quanto de uma política de testagem e monitoramento em massa, pelo investimento e propagação de um suposto tratamento preventivo à base de medicamentos comprovadamente sem eficácia contra a doença, pela flexibilização das medidas de distanciamento social, com consequente surgimento de uma variante do vírus mais contagiante, combinadas com a precarização e insuficiência históricas das redes de saúde.

Manaus está sempre à nossa frente. O que acontece em Manaus vai acontecer em outros lugares. É uma questão de tempo”, afirma Ethel Maciel, enfermeira epidemiologista e professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). (PINHEIRO, 2021, s.p.).

Ademais, o primeiro registro de vacina contra COVID-19 só foi feito no dia 17 de janeiro de 2021 na Cidade de São Paulo, três dias após a culminância do colapso de Manaus, sem que houvesse ainda uma campanha estruturada de vacinação universal e ágil para o Brasil. Com esse quadro, o Brasil chega em março

⁵⁹ Esta crise motivará, mais a frente, a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da COVID) para apurar responsabilidades quanto à gestão da pandemia, em particular, do desempenho do Ministério da Saúde e da Presidência da República.

contabilizando 321.515 mortos e 12.748.747 casos confirmados de contágio pelo COVID-19, segundo Bronze e Vital Neto (2021).

Neste mesmo período o país já registrava também uma asfixia de emprego com 14,7% de desocupação segundo o IBGE, e um ataque sistemático aos direitos dos trabalhadores, agora justificados pela crise provocada pela pandemia, tornando os aposentados um potencial esteio financeiro das famílias.

Nesse caldo de cultura de medo, insegurança sanitária e financeira, o interesse dos aposentados dessas categorias gravitava em torno da manutenção, condicionamentos e valores de seus planos de saúde e dos direitos que afetam, direta ou indiretamente, à sua renda familiar. Essas demandas são as que tem exigido enormes esforços das entidades sindicais, segundo alguns dirigentes.

Frente a esse cenário, os contatos com os sindicalistas para cumprimento das etapas necessárias para realização da pesquisa, e mesmo a participação nos fóruns de trabalhadores para realização do convite à adesão, foram permeados de algum constrangimento de nossa parte frente à emergência e gravidade do que movia esses sujeitos.

Sem dúvida alguma, a realização do presente estudo durante o curso da pandemia da COVID-19 é um atravessamento significativo em todas as suas dimensões (físicas, psicológicas e sociais) e sujeitos, incluindo a pesquisadora responsável.

Um exemplo desse rebatimento pode ser observado na mensagem a seguir, enviada por um dos aposentados convidados à entrevista:

Prezada Doutoranda Conceição Maria Vaz Robaina.
Peço desculpas por não poder participar do seu projeto, sua entrevista. Certamente XXXXXXXX poderá lhe indicar vários substitutos sem prejuízo para sua tese. Mas o momento, geral e pessoal, não favorece minha participação.
Obrigado por sua compreensão, e sucesso no seu bonito projeto (Resposta de um aposentado convidado para a pesquisa, enviada por e-mail em 06/02/2021).

3.1.2 A construção do roteiro de entrevista, a escolha dos instrumentos de registro de dados e a entrevista teste

A construção do roteiro que serviu de guia à entrevista aos trabalhadores levou em consideração três norteadores centrais: se o processo de aposentadoria causou

desconforto, adoecimento ou algum sofrimento; qual o sentido do trabalho expresso por estes trabalhadores e se ele se articula com o referido sofrimento; e como o trabalhador o explica.

Por processo de aposentadoria considerou-se desde o que moveu o trabalhador à saída, o período transcorrido entre o requerimento (por iniciativa do próprio, da perícia médica ou da empresa) e a formalização da aposentadoria e o pós-carreira.

Assim, as perguntas, que variaram entre o tipo fechadas e abertas, se organizaram em torno dos seguintes blocos: identificação, trajetória de trabalho, processo de aposentadoria, vida no pós-carreira e autoavaliação de saúde nesses períodos. Nesse sentido, algumas perguntas buscavam, por ângulos diferentes, aferir o mesmo conteúdo. A escolha das perguntas também se baseou na experiência prévia no Programa de Preparação para Aposentadoria.

Outrossim, como os processos de interação interpessoal não são neutros, o roteiro também foi cuidado para favorecer uma compreensão crítica por parte dos sujeitos da pesquisa, sobre o próprio processo de transição para a aposentadoria e como ele impactou sua saúde.

Não foi proposto nenhum instrumento de aferição de saúde, como exames clínicos, laboratoriais, psicossociais, ou laudos, uma vez que este não é o objetivo desse estudo.

Do ponto de vista da infraestrutura para realização e registro das entrevistas, sua criação exigiu a busca de aplicativos no aparelho celular que nos permitisse gravar áudio e imagem durante a realização das videochamadas, uma vez que esta foi a tecnologia escolhida para a coleta de dados. A cada assessoria buscada foi necessário adquirir outros equipamentos e experimentá-los, o que retardou os primeiros convites aos participantes. Mas, a garantia de registro do áudio e imagem eram requisitos fundamentais, não apenas para garantir uma transcrição fidedigna do que havia sido informado, mas também da ambiência em que ocorrera.

Entende-se que a entrevista, seja ela em profundidade, seja semiestruturada, no contexto da pesquisa qualitativa, respeitando as devidas adequações para o contexto individual e grupal, junto à observação do participante de campo constituem-se nos dois principais instrumentos de coleta de dados, visto que permitem trazer à tona informações de ângulos diferentes tanto do contexto, como sobre o fenômeno investigado, o que permite a melhor compreensão e integralização dos dados quando da ocasião do seu processo de análise (MORÉ, 2015, p. 128).

Considerando o impeditivo da observação em lócus em razão do distanciamento social pela pandemia vigente, tornou-se vital o recurso da imagem, não apenas para agregar os elementos do contexto local em que se realiza a entrevista, mas também para imprimir um mínimo de aproximação e confiança à interação.

A configuração tecnológica final contava com um celular Android, um tripé com Ring Light, cabos, aplicativos Whatsapp para a videochamada e XRecorder para gravação, notebook e um plano de internet.

Outro requisito essencial era a realização de uma entrevista-teste que nos desse condições de aferir o processo de interação interpessoal, a técnica de coleta de dados e os instrumentos de registros da informação, como nos recomenda Moré (2015). A entrevista foi realizada com uma pessoa de nossas relações pessoais, que atenderia os critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa (aposentada, participante de seu sindicato e usuária de celular com acesso à internet). Dessa experiência foi possível identificar algumas exigências:

- Na entrevista remota não há controle sobre o ambiente do outro, inclusive garantias de que não haja terceiros fora do ângulo das câmeras. No caso específico, seria o primeiro contato visual entre entrevistadora e entrevistado, portanto, a interação tenderia a se iniciar de maneira mais reservada. Acresce que a condição de pesquisadora e de trabalhador sugere uma relação hierarquicamente desequilibrada, onde o entrevistado adquire o papel de analisado. Nesse contexto, onde a confiança é estabelecida apenas a partir da fala do outro, mostrou-se central que a entrevista fosse precedida de uma apresentação mais informal da entrevistadora. De uma descrição da entrevista como uma conversa na qual o entrevistado estaria livre para falar do modo, tempo e ordem que desejasse, embora houvesse um roteiro-guia. Da mesma forma, esclarecer as razões da gravação da entrevista e os passos da pesquisa. A leitura gravada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mais do que protocolar, deveria ser também usada para construir a ambiência de confiabilidade;
- Foi necessário um reordenamento das perguntas para que as respostas pudessem fluir mais organicamente. Mostrou-se importante também incluir uma introdução às perguntas quanto ao gênero e raça com a seguinte orientação: “Vou te perguntar agora sobre como você se identifica”;

- O teste deflagrou limitações da entrevista por videochamada. Nesse treino não foi possível concluí-la pelo celular pois, ora havia problemas com sinais da internet, ora de posicionamento da câmera, pois o longo tempo segurando o aparelho causava desconforto à pessoa entrevistada⁶⁰. A entrevista teve que prosseguir pelo dispositivo Meet. O aplicativo XRecorder não viabilizou a gravação de áudio da videochamada (apenas a imagem) e a estratégia de gravar o áudio com o microfone do notebook também comprometeu a qualidade, que só foi garantida na interação pelo Meet. Assim, foi necessário reservar um segundo aparelho celular para gravar as entrevistas que fossem realizadas com esta tecnologia, mas atenta à importância de priorizar outros dispositivos sempre que os aposentados tivessem acesso a eles.
- Como a entrevista ultrapassou a duração de 60 minutos, providenciamos uma assinatura do dispositivo Zoom para este fim.

3.1.3 O convite aos participantes.

O convite aos aposentados para participação foi enviado por e-mail, ou mensagem de Whatsapp, de acordo com o tipo de contato fornecido pelo sindicato. Para o título da mensagem utilizou-se “Convite por indicação do sindicato XXX”, e no corpo do texto constava nossa apresentação e da pesquisa, os dados para contato, a informação de que a entrevista seria na modalidade remota em função da pandemia, e anexado seguiu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O envio destes convites foi realizado em tempos distintos entre as categorias, na medida em que as indicações dos sindicatos iam sendo recebidas. Dessa maneira, os retornos dos convidados também foram acontecendo em tempos diversos, embora não guardassem correspondência com a ordem de envio ou linearidade entre a mesma categoria profissional. Todos os indicados foram convidados à participação.

Dentre os cinco docentes indicados dois responderam ao convite, mas declinaram de participar expondo razões pessoais. Outros dois não responderam, embora um deles tenha enviado, por duas vezes, mensagens sobre outros assuntos pelo Whatsapp, sem comentários acrescidos. Um docente retornou a ligação imediatamente após receber o convite, dizendo-se interessado em participar e

⁶⁰ Embora estivéssemos utilizado um tripé, não seria cabível fazer tal exigência aos entrevistados.

pedindo que sua entrevista fosse agendada para um mês à frente por estar envolvido em um projeto acadêmico que tomava sua disponibilidade, tendo sido entrevistado no prazo solicitado. Ao final da fase de entrevistas, avaliamos que ter apenas uma entrevista de uma categoria, qualquer que fosse ela, poderia comprometer o sigilo uma vez que favoreceria a identificação. Por essa razão, voltamos à assessoria sindical da ASDUERJ para que fizesse uma nova indicação. Encaminhado o convite ao sexto nome, obtivemos pronta adesão.

Entre os três comerciários indicados apenas um retornou, aceitando de pronto o convite. Após algumas tentativas de contato infrutíferas junto aos dois outros comerciários, contatamos novamente a dirigente sindical de referência, que entrevistou informando aos aposentados que iríamos ligar. Na ligação seguinte, um dos trabalhadores atendeu e justificou que não aceitara as ligações anteriores porque não conhecia o número – agendamos então a entrevista. O terceiro indicado, no entanto, não retornou à mensagem ou atendeu às ligações, apesar de nos ter enviado em dado momento uma mensagem religiosa pelo Whatsapp, sem qualquer comentário. Um dos entrevistados, também dirigente sindical, pediu que insistíssemos no contato, mas ainda assim não obtivemos resposta do indicado.

O convite foi enviado aos cinco petroleiros sugeridos, tendo sido aceito por dois aposentados, embora um deles tenha tido alguma dificuldade para agendar sua entrevista. Quando já considerávamos terminadas as entrevistas, um terceiro petroleiro fez contato desculpando-se pela demora no retorno e afirmando seu interesse de participação, sendo então incluído. Os demais aposentados não deram resposta ao convite.

No caso específico dos bancários a efetivação da adesão foi mais ágil, considerando que a seleção dos participantes foi voluntária a partir da apresentação da pesquisa no grupo de aposentados. Enviamos mensagem privada no Whatsapp para os três aposentados com as devidas informações e o TCLE. Ainda assim um dos voluntários não retornou para agendamento da entrevista.

Ao final da etapa, contabilizamos nove adesões no geral, considerando as quatro categorias. No momento do agendamento da entrevista indagamos aos trabalhadores se tinham experiência com a plataforma Zoom e todos informaram que costumavam utilizá-la em função da participação nas atividades de seus sindicatos. Assim, este passou a ser o meio de entrevista da pesquisa, facilitando sobremaneira sua gravação.

3.1.4 A realização das entrevistas.

Foram realizadas nove entrevistas, sendo o universo composto de dois docentes, dois bancários, dois comerciários e três petroleiros.

A primeira entrevista foi realizada em 18/02/2021 e a última em 26/04/2021. A duração dos encontros variou de 44 minutos a 02h54min, uma vez que os aposentados foram estimulados a falar livremente sobre o que lhe havia sido perguntado. Em alguns casos a explanação do entrevistado se antecipou à pergunta.

Como projetado, os encontros se iniciaram com uma apresentação mais particularizada da pesquisadora e de como se desenvolveria aquela etapa de entrevista. Em seguida, procedia-se com a explicação da função do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (que já havia sido encaminhado a todos na ocasião do convite à participação), e da necessidade de gravar sua leitura, o esclarecimento das eventuais dúvidas e, estando o entrevistado em acordo com o que ali constava, ele deveria dizer seu nome completo e que concordava em participar da pesquisa. Em apenas uma entrevista este procedimento não foi realizado porque a aposentada já havia encaminhado o TCLE assinado quando aceitou participar. Em outra entrevista, a leitura foi interrompida pela queda da internet, mas o entrevistado não aceitou que retomássemos a leitura pois afirmava que já havia lido quando o recebeu, não tinha dúvidas e concordava em participar.

Foi solicitada também, antes do início da entrevista propriamente dita, autorização para gravar a entrevista, bem como para fazer anotações no curso das respostas, embora isto também constasse do próprio TCLE. Nenhum entrevistado se opôs.

Em que pese que as entrevistas tenham sido bem-sucedidas, a modalidade remota apresentou limitações. A primeira se deveu à instabilidade da internet, interrompendo, por vezes, a fala do aposentado. Em uma dessas ocorrências, a internet da entrevistada apresentou falhas sucessivas, embora rápidas, justo no momento de maior emoção de seu relato, fazendo-a parar mais de uma vez para saber se a ouvíamos. Também se registrou pequenas dificuldades de manejo dos equipamentos por parte de alguns trabalhadores, mas foram rapidamente superadas. Digno de nota ainda foi a quebra de privacidade dos entrevistados pela entrada de terceiros no ambiente onde estavam, embora nem sempre tenha sido explicitado por eles, mas os ruídos ao fundo, a mudança corporal, entonação da voz e até o conteúdo

da resposta sugeria o fato. Quando explicitado, oferecemos a possibilidade de pausar a entrevista, mas os mesmos não acharam necessário.

Ao fim das entrevistas informamos de nosso compromisso de devolver os resultados do estudo através dos sindicatos e alguns dos trabalhadores lamentaram que a pesquisa estivesse acontecendo durante a pandemia, manifestando interesse de assistir a defesa.

Considero importante apontar como o sofrimento relatado pelos trabalhadores aposentados me mobilizou, inclusive aqueles que não foram retratados como tal. Causou-me desconforto, em particular, os limites entre a pesquisa e intervenção profissional.

3.1.5 A análise dos dados.

Para proceder à avaliação dos dados foram construídos mapas agregando perguntas congêneres que pudessem nos fornecer elementos de análise em torno dos três eixos norteadores. Entretanto, tal mapeamento não se propunha a constituir tabelas com dados estatísticos, próprio da pesquisa quantitativa, mas de oferecer uma visão mais panorâmica dos achados da pesquisa.

Uma vez transcritas, as entrevistas foram decodificadas e os seus dados articulados por eixos. Entretanto, as contribuições dos sujeitos da pesquisa foram de tal riqueza que, orientada pelo princípio de valorização do saber operário que norteia o paradigma da saúde do trabalhador, privilegiou-se outras categorias analíticas que emergiram dessas falas. A pesquisa tem metas como ponto de partida, mas como não tem domínio à priori da realidade, precisa estar aberta ao redirecionamento.

Importante salientar que apesar dos esforços envidados para o registro das entrevistas, pequenos trechos dos áudios ficaram incompreensíveis, embora não tenham comprometido a compreensão geral da informação.

A triagem dos trechos destas entrevistas reproduzidos literalmente busca satisfazer os eixos centrais tratados no presente estudo, embora esta opção implique necessariamente na eliminação de outros elementos de igual contribuição à temática. Cada um dos trabalhadores entrevistados ofereceu elementos suficientes para constituir-se um caso índice.

Além disso, ainda que ciente que a análise de um trabalho requeira compreender as particularidades do contexto em que ele se desenvolve, optamos por

não identificar à priori a categoria profissional do entrevistado, uma vez que o universo de participantes é reduzido, o que poderia favorecer sua identificação. Assim, os sujeitos da pesquisa receberam um código composto de T (trabalhador) e um número sequencial (1,2,3...) em ordem aleatória, que aparecerá identificando a fala dos mesmos, inclusive quando o trabalhador cita o próprio nome no decorrer de seu relato.

Por fim, vale retomar a opção feita já na fase de investigação de campo de não abordar as diferenças de gênero em relação ao objeto por compreender que ela exigiria um alargamento do recorte da pesquisa, com forte potencial de comprometer o objetivo primário do estudo. Ademais, implicaria num redesenho da metodologia de investigação uma vez que sequer havia garantias de que os sindicatos teriam como garantir a participação de gênero equânime, considerando todas as adversidades do contexto em que se deu a pesquisa.

Entretanto, optou-se por apresentar um breve e superficial perfil das trabalhadoras ouvidas, para que se possa dimensionar a riqueza que a interação com os sujeitos da pesquisa ofereceu, mesmo que não houvesse no roteiro de entrevista perguntas direcionadas a esse fim.

3.1.6 Devolução da pesquisa

Como princípio ético, pactuou-se com os sindicatos participantes a devolução a eles do produto dessa construção acadêmica, não apenas por razões protocolares, mas porque pretende-se que as presentes reflexões possam contribuir como instrumento aos sujeitos coletivos, se a eles servir.

O acordo implicou que caberá a cada entidade sindical definir o formato desta devolução, ou seja, se será restituído em formato de palestra ou roda de conversa, presencial ou remota, para diretoria ou para a base, ou outras formas sugeridas pelos dirigentes – obviamente se ainda houver interesse por parte das entidades, uma vez que é possível considerar que nesse lapso de tempo tenha havido mudanças nessas diretorias. Esse compromisso foi informado a cada um dos trabalhadores que participaram da pesquisa, ao mesmo tempo em que garantimos a estes sujeitos o sigilo de suas informações. Por essa razão, o material apresentado nessa devolução será cuidado de forma a não permitir a identificação da fonte.

3.2 Composição do universo da pesquisa

A pesquisa abrangeu trabalhadores aposentados oriundos de categorias profissionais diversas, inseridos no setor produtivo e improdutivo da economia, em ramos de produção primário (petroleiros) e terciários (comerciários, bancários e docentes), segundo a divisão clássica. Considerando a diversidade de funções desempenhadas por cada um destes trabalhadores individuais, é importante acentuar que este estudo trata-os na condição de trabalhador coletivo, ou seja, enquanto componente de um conjunto de trabalhos necessários para a produção de um determinado bem ou serviço, independentemente de sua função individual.

Nesse sentido, vale destacar que foram entrevistados trabalhadores do setor financeiro, extrativista, intelectual e de circulação da mercadoria. Embora autores como Antunes (2014) venham chamando a atenção para o fato de que as novas morfologias do trabalho vêm tornando tênue tais distinções

A partir das profundas transformações ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado de classe trabalhadora não deve se restringir somente aos trabalhadores manuais diretos, mas deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais, que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário e são pagos por capital-dinheiro, independentemente de a atividade que realizam ser predominantemente material ou imaterial. E no capitalismo financeirizado da era informacional, desenvolve-se cada vez mais uma simbiose entre o que é produtivo e o que é improdutivo, uma vez que o mesmo trabalho executa frequentemente atividades que geram valor e, simultaneamente, conferem a qualidade do que realizaram (ANTUNES, 2014, p.50-51).

O debate acerca dessas divisões dos setores da economia e da qualificação do trabalho produtivo e improdutivo admite uma longa e intensa descrição. Entretanto, considerando os objetivos deste estudo, buscamos ter por norte que, do ponto de vista da educação/formação e produção de subjetividade do trabalhador para o sentido do trabalho na sociabilidade do capital, não faz diferença se a inserção no mercado de trabalho se dará no âmbito da produção ou de serviços, por exemplo, posto que essa consciência é mistificada para o trabalhador singular, e o trabalho segue seu modelo arquetípico – venda da força de trabalho pelo trabalhador em troca do salário, ao preço de sua reprodução, conforme acentua o trecho em destaque acima. O complexo e polêmico debate sobre trabalho produtivo X trabalho improdutivo parece não ganhar centralidade quanto à potencialidade de adoecimento pelo sentido do trabalho

alienado na aposentadoria. A preocupação de garantir essa heterogeneidade na pesquisa visou identificar se haveriam particularidades de cada setor acerca do processo de aposentadoria.

A diversidade também esteve garantida na natureza das instituições a que pertenciam estes aposentados por ocasião da aposentadoria, sendo 02 de instituição pública, 03 de empresa estatal, 02 de banco privado e 02 de empresa privada.

3.3 Configuração do perfil do grupo de entrevistados.

Foram entrevistados 04 mulheres e 05 homens distribuídos entre as categorias profissionais, não sendo informado nenhuma identificação de gênero divergente, como sexo ao nascer. Esse razoável equilíbrio da composição foi aleatório considerando que os critérios de seleção por parte dos dirigentes sindicais foram distintos, conforme descrito no capítulo anterior.

A faixa etária dos entrevistados variou entre 52 e 79 anos e a idade ao se aposentar variou entre 46 e 71 anos. Chama a atenção o fato de que apenas 3 dos trabalhadores ouvidos tenha se aposentado após adquirir a condição de idoso (60, 70 e 71 anos). Digno de nota, e possivelmente articulado ao fato anterior, é que nenhum desses trabalhadores mencionou o desejo pessoal como motivação central para aposentadoria, mas a fatores externos como reformas da previdência social, rebatimentos da conjuntura política do país, assédio moral, iminência de aposentadoria compulsória e a perspectiva de aumentar a renda pelo somatório como salário da ativa⁶¹.

O tempo de aposentadoria no momento da entrevista era de até um ano no caso de 02 trabalhadores, entre 02 e 04 anos para 04 trabalhadores, 09 anos para 02 entrevistados, e 26 anos para 01 dos sujeitos da pesquisa. Esse é um dado importante em razão de que período imediatamente após a aposentadoria pode ainda estar impregnado da euforia de libertação do “relógio de ponto” (real ou figurativo) ou do luto das perdas do trabalho.

Quanto ao tipo de aposentadoria, a grande maioria aposentou-se por tempo de

⁶¹ Para o trabalhador regido pela CLT a aposentadoria não interrompe o vínculo de trabalho, o que lhe permite continuar trabalhando se este for seu desejo e do contratante. O contrato só se extingue se houver a figura da demissão. Por outra via, o trabalhador fica impedido de requerer licenças médicas ou outro registro junto à previdência social.

serviço/contribuição, embora 04 delas com fator redutor⁶², 01 por idade e 01 por invalidez.

Dos 09 entrevistados, 06 continuaram a trabalhar, sendo 04 deles em contratos eventuais e 02 não tiveram seus contratos rescindidos após a aposentadoria, embora um deles permaneça afastado por motivo de saúde. Entre o grupo, 02 assumiram a gestão de seus sindicatos e outros dois participam de Grupos de Trabalho, Comissões ou Conselho Fiscal da entidade sindical.

No que se refere à identidade de raça/etnia, os trabalhadores ouvidos se autodeclararam: 05 brancos, embora uma como “branca morena” e outra como “branca brasileira”; 02 pardos; 01 preto e 01 Sem Informação (S/I).

Quanto à escolarização formal a pesquisa apurou desde o Ensino Fundamental completado através de ensino supletivo, até o pós-doutorado. A proporção foi de: Ensino Fundamental- 01; Ensino Médio- 03; Pós-graduação incompleta- 02 e Pós-graduação completa- 03, sendo 01 Pós-doutorado. O cruzamento de dados permitiu observar que todos os entrevistados não-brancos tiveram que interromper seus estudos no último nível de escolaridade. Os aposentados autodeclarados pardos completaram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na modalidade supletivo, e o autodeclarado negro não retomou a pós-graduação em função do trabalho.

Há também o registro de uma mulher, branca, que interrompeu sua pós-graduação porque sua instituição patronal não honrou com a bolsa de estudos prometida. Em relação à função exercida na época da aposentadoria registrou-se: Bancário operacional, Gerente geral de relacionamento, Supervisor, Fiscal de caixa, Aux. Plataforma / Operador de utilidades, Coordenador de Projetos, Técnico de Manutenção e Docente. 03 dos trabalhadores informaram ter assumido função de gerência em algum momento de suas carreiras. Nem todos os cargos exercidos correspondiam ao último grau de instrução alcançado pelo trabalhador.

No que diz respeito ao estado civil os entrevistados informam que 05 são casados, 01 vive em regime de união estável, 02 são divorciados e 01 é solteiro. Quanto ao compartilhamento de moradia 02 residem sozinhos, 01 com ascendente, 05 moram com cônjuge e filhos e 01 entrevistado reside com cônjuge, filhos e netos.

⁶² O fator previdenciário foi instituído pela reforma de 1999 e é um coeficiente que leva em conta o tempo de contribuição e idade do trabalhador, articulado à expectativa de vida da população no momento da solicitação da aposentadoria. Aplicado ao cálculo dos proventos tende a reduzi-lo.

Quanto ao perfil financeiro desses trabalhadores a pesquisa apresentou seis faixas salariais contabilizadas em salário mínimo, considerando-o no valor aproximado de R\$1000,00 (mil reais)⁶³, para se ter uma ordem de grandeza de seus proventos. Verificou-se que os salários da ativa oscilavam entre 1-3 e 10-15 s.m., sendo de 1 a 3 = 01 trabalhador, de 4-6 = 01 trabalhador, 10-15 = 04 trabalhadores e 03 trabalhadores Sem Informação, tendo um deles se recusado a responder as perguntas relativas ao salário da ativa e da aposentadoria. Já na aposentadoria essa realidade se altera consideravelmente, registrando-se na faixa de 1-3 s.m. = 03 trabalhadores; de 07-10 = 01 trabalhador; 10-15 = 02 trabalhadores, permanecendo 03 trabalhadores Sem Informação. Note-se que 02 trabalhadores migraram da faixa de 10-15 s.m. na ativa para 1-3 s.m. de proventos na aposentadoria. Indagados se a renda é suficiente 04 trabalhadores responderam que sim, 04 disseram ser insuficiente e 01 Sem Informação. Dos que não consideram o provento suficiente, 01 informa complementar a renda mantendo-se no emprego, outro com a indenização do Programa de Demissão Voluntária (PDV), um terceiro com trabalhos extras e um último com a renda familiar. Destaque-se que três dos trabalhadores que declararam ser suficiente os proventos da aposentadoria também realizam trabalhos esporádicos e sem vínculo trabalhista.

3.4 “*Eu me sentia viva. Você se aposenta, você basicamente se sente morto né?*” – O sofrimento pelo processo de aposentadoria e o sentido do trabalhona voz dos próprios sujeitos

Como afirmamos no capítulo anterior, três grandes eixos orientaram a construção do roteiro de entrevistas visando a exploração do objeto deste estudo. A saber: qual o sentido do trabalho expresso pelos trabalhadores ouvidos na pesquisa, se o processo de aposentadoria causou desconforto, adoecimento ou algum sofrimento e como o trabalhador o explica. Foram esses norteadores, em última instância, que conduziram a seleção e exposição dos achados nestas interações com os trabalhadores aposentados, ainda que seja desafiador abandonar a riqueza de tudo que foi exposto nestes encontros que totalizaram mais de 15 horas de entrevistas, tendo o mais breve deles durado 0:45 h e o mais extenso 2:55 h.

⁶³ No momento das entrevistas o salário mínimo nacional era de R\$ 1.100,00.

Em razão deste campo ser pouco explorado do ponto de vista da empiria optou-se por evidenciar a fala dos trabalhadores como método de exposição, em consonância com os princípios da saúde do trabalhador.

A pesquisa revelou que sofrimentos que aparecem no microcosmo social da experiência embrionária também estão presentes na vivência dos sujeitos dessa pesquisa, nas realidades institucionais nas quais estão/estavam inseridos, indicando que podem se constituir como sofrimentos históricos da classe trabalhadora reatualizados pelas novas formas de gestão do trabalho pelo capital.

3.4.1 “Tudo do que eu sou, tudo do que eu tenho devo ao meu trabalho” - Centralidade e sentido do trabalho

Não há mais margem para dúvidas, ao menos no campo crítico, de que o capital inflige sofrimentos ao trabalhador – a obra de Marx é, em si, uma denúncia disso. Sob a ótica do trabalhador, é esperado que a aposentadoria acene como alternativa de cessação do desprazer. Entretanto, conforme vimos em capítulo anterior, o trabalho é também gerador de prazer. É possível considerar que o sentido originário do trabalho, enquanto atributo ontológico, resista nas brechas da organização do trabalho que o nega. Essa contradição é posta ao trabalhador de forma potencializada quando frente à aposentadoria, da mesma forma que ela, promessa de gozo, também se apresenta crivada de contradições.

Recorrendo aos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, podemos identificar que todos os entrevistados afirmam gostar do que faziam, ou seja, tinham no trabalho uma fonte de prazer. Ilustra os seguintes depoimentos:

Gostava e gosto até hoje. Se eu ainda voltar a trabalhar é o mesmo ramo. A delícia do comércio. Eu me adapto fácil. Gosto de ajudar as pessoas.[...] Sim, sempre gostei. Tive bom relacionamento, até era criticado pelos meus colegas de gerência [não é possível identificar] me chamavam de bobo, de aquele nome horrível né? Que eu era isso, eu era aquilo. Eu digo "Não meu camarada". Ah, porque eu gostava de tudo certinho né? Gostava de fazer minha vitrine, a loja limpa, eu tratava bem todo mundo.[...] (T2)

[...] Eu gosto do que eu faço. Eu não tenho preguiça, eu acordo cedo motivado. Eu não tenho preguiça. Pra trabalhar eu não tenho preguiça.[...] É, gosto. Todo mundo lá é meu amigo. Todo mundo, todo mundo pergunta as coisas, porque eu por ser diretor do sindicato, sabe que o comerciário sempre quer saber alguma coisa dos direitos deles, e sempre tão me procurando.[...] Gosto, gosto, eu gosto, eu gosto de ser participante. Eu gosto. Eu gosto que me perguntem. Como diz, eu gosto que me incomodem, eu gosto. Entendeu?

(T7)

Muito, muito, muito, muito. (T8)

Entretanto, outros depoimentos permitem identificar com clareza a ambiguidade vivida pelo trabalhador entre o prazer da tarefa e do desprazer das condições objetivas do trabalho.

Nossa, o trabalho é, eu acho que é primordial né? Desde a... você tem um objetivo né? De você sair de casa, de você fazer... muita gente não gosta né? Trabalha em banco por causa do dinheiro, por que tem que pagar faculdade, eu gostava do que eu fazia né? Então assim, sair de casa, ir pra uma empresa que tinha um nome, eu trabalhei em grandes bancos, fácil de vender né? [...] Tá ali, naquele convívio tanto com colegas quanto com clientes, ser valorizada, tá no ranqueamento a nível Brasil, aparecer numa reunião, ser chamada lá na frente. Ser presenteada, ganhar um bônus legal por um trabalho que você fez, que você suou pra conquistar. Acho que o trabalho é muito valoroso, muito.[...] Mas, acho que você tem que trabalhar naquilo que você gosta. O dinheiro é consequência, no momento que ele não tá te dando mais prazer, que ele tá te adoecendo... Foi o momento que eu falei "não dá mais né". (T6)

[...] e eu também já tava muito saturado porque além da questão política teve também... eu adorava o que eu fazia, [não é possível identificar], porém as viagens já tavam me desgastando muito. Quando eu embarcava, lá fazia meu trabalho na plataforma ou no navio e tal, eu tava concentrado no meu trabalho. Eram problemas cabeludíssimos. Pô, a gente se desgastava pra caramba, mas eu adorava aquilo. Então, eu encarava aquilo ali e tal e fazia. Agora a viagem em si tava me desgastando cada vez mais [...] (T9)

"Eu amava, amava fazer. Era assim, era prazeroso ir trabalhar. Eu sempre gostei de lidar com as pessoas, sempre gostei do contato com as pessoas, de resolver os problemas das pessoas, de ajudar, sabe? Eu sempre gostei disso. Por mais que o que tenha né, os apertos né dentro do trabalho, isso qualquer trabalho tem né? Tem isso, os seus momentos de dificuldade, mas eu sempre gostei muito do que eu fazia sempre. Só que de um período eu pra cá eu perdi todo o prazer, virou sofrimento. E infelizmente, mas assim, amava." (T1)

"Ah, gostava, gostava. Gostava. Todas as atividades que eu exerci foram atividades independentes, vamos dizer assim, do, enfim, das dificuldades que pudessem estar inerentes a cada uma delas, mas eu fazia com muito afinco, com muito prazer. [...] Sim, sim. Vivi trinta e oito anos realmente, setenta por cento era um motivo de muito orgulho, de muita satisfação. Os trinta por cento ficavam às vezes por algumas questões emocionais, né? É, às vezes trabalhando embarcado, às vezes tendo alguns desafios relacionais. Então você às vezes era engenheiro, gerente e psicólogo." (T5)

Muito. Sempre gostei de lidar com pessoas. Tenho clientes que são amigos, que eu sou amiga de família há trinta e três anos, que eu tenho contato com esses clientes, saí do *Instituição⁶⁴ e fui pro *Instituição, pro *Instituição, eles

⁶⁴ Para proteger a identidade dos entrevistados o nome das empresas as quais se referem também não serão divulgados. Em seu lugar entrará a inscrição *Instituição.

vão, foram me seguindo. [...] Sempre coloquei aquelas pessoas como se fossem da minha família. O que eu não queria que fizessem com a minha família, eu não faria com eles. Sempre fui muito ética no atendimento, na oferta de produtos. Clientes que faleceram, os filhos... veio um rapaz de Brasília abrir conta comigo porque o pai falava muito de mim [...] Gostava. No último ano eu tive uma gestora um pouco assediadora, foi o motivo de eu ter saído de licença, por pânico.[...] (T6)

Gostava. Gostava porque era uma coisa que, eu falei pra você, era coisa que você tinha que usar um pouco a mente[...] Eu e mais dois, fomos destinados a pegar o aprendizado com o pessoal da contratada e dar continuidade que eles iam sair, nós demos continuidade. [...]e fora as operações comuns do dia-dia que alguma coisa que tivesse irregular, muitas vezes a noite por ser mais tranquilo, eu fazia aquele serviço e não precisava de chamar ninguém da manutenção pra fazer. Então com isso daí eu sempre tava ganhando o avanço de nível então, pra mim era gratificante, não era ruim não. Eu gostava do que fazia. Apesar disso, é diferente gostar do que fazer do que gostar de embarcar né? Ninguém gosta de embarcar, quem falar que gosta tá errado. Não, a gente acostuma. É diferente de você acostumar, você passar o Natal, passar o Ano Novo[...] No carnaval não tinha problema, mas Natal, Ano novo era uma data que você não acostumava, aniversário de filho, mulher, pai, então você não tinha essa escolha. Era escala e pronto, acabou. (T3)

Dentre o consenso quanto ao prazer pelo trabalho nota-se uma variação quanto à origem dessa satisfação como o servir/ser útil a terceiros ou à empresa, a realização pessoal, o reconhecimento (por premiação ou carreira), o usar sua capacidade criativa e expertise. Na linha do que afirmava Dejours (2004) destacado em sessão anterior desse estudo, o prazer parece derivar dos espaços entre o trabalho prescrito e o real, em que o trabalhador ocupa com seu modo próprio de fazer, com sua marca pessoal e se sente singularizado por ela. E ainda que pareça uma contradição frente à crescente automação e padronização do trabalho com a consequente serialização do trabalhador pelo capital – essa transgressão individual por parte do trabalhador é admitida porque é justamente essa capacidade criativa do trabalho vivo que lhe garante o cumprimento da lógica capitalista, na condição de que permaneça na direção de seus interesses, como bem exemplifica o caso do cuidado singularizado do bancário, que fideliza o cliente, desde que o mesmo cumpra as metas estabelecidas pelo banco.

Esses diferenciais vão aparecer depois como objetivos da organização. Para essa garantia conta-se com as estratégias de gestão do trabalho que manejam a subjetividade do trabalhador e promovem seu investimento emocional com a empresa, conforme afirma Souza (2011) citada anteriormente. Nesse aspecto, em depoimentos acima também é claro esse envolvimento emocional expresso no orgulho, no cuidado com o cliente equiparado a um familiar, por exemplo. Esses relatos já nos oferecem

indicadores do sentido do trabalho para esses aposentados.

Outros trechos das entrevistas reafirmam a centralidade do trabalho para os trabalhadores e como o ritmo da atividade invade e condiciona as outras esferas de suas vidas, produzindo potenciais impactos no momento da aposentadoria, como veremos.

E as vezes eu me pegava, até tomando banho ou comendo naquela coisa acelerada, tomar um banho correndo parecia que eu tava no banco. E eu falava assim "gente, porque que eu tô tomando banho correndo?" né? "porque que eu tô comendo correndo, eu não tô no banco agora". Você acaba trazendo pra seus finais de semana, as vezes pro seu dia-a-dia involuntariamente. A tua mente não trabalha que você não tá no trabalho. (T6)

Olha, o que você, qualquer pessoa quando aposenta, creio eu né, que tem uma rotina, que trabalha, que trabalhava que era doze horas de trabalho até, muitas vezes até mais um pouco. Então o que você sente falta, o que você estranha é que você tem aquele espaço de doze horas fazendo alguma coisa, quando você larga você tá cansado, você quer assistir uma televisão, você quer dormir... então você estranha isso. (T3)

Realmente. Sente um pouco de falta também sem dúvida dos colegas também né e tal, você tinha, é o tal negócio: quando você embarca lá, você convive com seu colega de trabalho [mais]do que com a sua esposa. [...] (T9)

[...]tudo do que eu sou, tudo do que eu tenho devo ao meu trabalho né? Os amigos, inclusive, né?? Muitos amigos. [...] Eu senti falta daquele, daquele mundo imaginário que eu tinha [não é possível identificar]. Agora né, eu vou ter uma preocupação, sabe, de não cair num vazio, né? [...] (T5)

[...]é, tanto que fui abrir a loja, me arriscar a abrir uma loja do mesmo segmento, pra mim não ficar parado. Que eu sempre gostei, sempre fui ativo. Não gosto de ficar parado. Até hoje. [...] Uma amiga minha tem imobiliária "T2 tô querendo ver um imóvel em tal lugar, tu vê pra mim?" Eu vou, vou lá e vejo. Mas não é sempre que eu faço. Entendeu? Às vezes vou lá, fico no escritório dela, fico de bate papo, tomo um cafézinho. Eu não gosto de ficar parado, entendeu? Fico agoniado é ficar sem fazer nada. Mas sem obrigação, né? Sem compromisso de... cumprir horário, isso aí eu não aguento mais. Também não gosto de ficar parado, o que dá uma tristeza horrível.

Não gosto de ficar parado. Eu não gosto de ficar parado, detesto ficar parado. Eu fico doente. (T2)

Os relatos nos permitem perceber o quanto o trabalho ocupa objetivamente a vida do trabalhador, que pode ser medido tanto pela quantidade de horas, como também, e principalmente, sua extensão subjetiva. É o trabalho que dita o ritmo das atividades da vida diária, centraliza a rede social do sujeito, subordina as relações familiares e a própria identidade do trabalhador. Já nos esclarecia Dejours (2004) que trabalhar extrapola a atividade de produção do mundo objetivo porque mobiliza integralmente a personalidade do trabalhador. A ausência do trabalho então é

experimentada como uma lacuna no cotidiano do trabalhador, capaz de produzir o medo de ser esquecido, de perder-se, um desconforto que exige dele cuidados preventivos “para não cair num vazio”. Essa inquietação com o tempo que “sobra” na aposentadoria reafirma uma preocupação também presente entre os trabalhadores na experiência descrita na primeira sessão desse estudo, e que tende a originar diversificadas estratégias de ocupação do tempo e *receitas* prescritivas de programas como os de preparação para aposentadoria por parte de técnicos da área de gestão de pessoas.

Esta centralidade nos conduz a buscar o sentido do trabalho expresso pelos trabalhadores ouvidos na pesquisa, condicionados pela imersão nesta sociabilidade. Ainda que seja possível identificar estes elementos atravessados em diversos momentos da interação com os trabalhadores, como veio sendo apresentado, o roteiro de entrevista continha duas perguntas cruzadas voltadas a investigar o sentido do trabalho para esses sujeitos. Uma mais direta (*Qual o sentido do trabalho para você?*), que tende a suscitar respostas num campo mais idealizado sobre o porquê do trabalho; e outra que inquiria a experiência concreta (*O que o trabalho te proporcionou?*).

Então o sentido é tudo bom né? Você, eu acho que você tá trabalhando, você se sente mais valorizado, entendeu? Você, você tá sendo útil, tá ajudando os outros, tá ajudando a família. O trabalho é muito bom e tá trabalhando é tudo bom. Você não tem problema assim, muito, problema todo mundo tem, mas não assim preocupação muita porque você sabe que no final do mês você tem o seu salário. A empresa paga certinho. Não tem nada de atraso, nada. Até brinco com os colegas "gente, antigamente ser funcionário público era um orgulho, agora orgulho é trabalhar no *Instituição que a gente recebe em dia, o mês aqui é trinta dias, não é sessenta. [...]É, me deu. Assim, o que ele me deu? Me deu a aposentadoria, né? Deu o direito de eu me aposentar e deu a mulher, me deu dois filhos, deu o casal de gêmeos, entendeu? E, sei lá, uma condição de vida melhor né? Porque sem trabalho, sem trabalho não tem nada né?"[...] (T7) *trabalhador continua trabalhando na mesma empresa após a aposentadoria

Segurança, confiança, família, formar, a possibilidade de formar uma família. E ser a pessoa que eu sou correto, honesto. Nunca desviei pro lado errado. Caráter, minha mãe sempre me ensinou isso apesar de não ter é... educação escolar né? Uma educação familiar em casa, eu nunca, sempre procurei ser correto nas minhas atitudes. E não me arrepender, o trabalho só tem que engrandecer. Tanto que eu trabalhei em uma empresa só. Levei o trabalho a sério. Sempre com seriedade. Tudo que eu faço, eu falo, eu faço, eu faço direito. [...] Trabalho é tudo. Se você não tiver trabalho, não tem graça. Você fica inútil. Se você não tiver nada pra fazer, você fica se sentindo um cara inútil. Tem que ter alguma coisa pra fazer. (T2)

O trabalho como eu falei pra você, como eu desde novo eu trabalhava, então, trabalhava até de graça que meu pai botava pra trabalhar. Trabalhei em

farmácia, trabalhei em carpintaria, oficina que tinha lá e de graça praticamente. Desde novo. Então, pra mim é, vamos dizer assim, a parte de trabalhar na *Instituição que na época pagava um bom salário, mesmo sendo um cargo bem mais baixo, mas o salário era bom, compensava. Tinha aquele negócio de altos e baixos que sempre tem né? E eu consegui, vamos supor assim, alcançar objetivo que era o que? Era ter uma estabilidade, emprego pra mim poder me aposentar com meu plano de saúde[...] Então a parte de trabalho eu me sinto, vamos supor assim, semirrealizado né? Porque o ideal seria se eu pudesse me aposentar de uma forma normal. [...]Trabalhar é o sentido do trabalho. Acho que é o que todo mundo tem, que você, é uma evolução natural das coisas desde quando você tá criança, vai crescendo, vai se tornando adulto, as responsabilidades vão aumentando, então o sentido do trabalho acho que é continuidade da vida [...] (T365).

O trabalho aparece nesses relatos com ênfase em sua dimensão material de sustento, como *evolução natural*, como condição para formação da família, revestidos de fundamentações ideológicas. Destaca-se, além da referência à família como reprodutora de um sistema de valores que normalizam a condição de classe dos trabalhadores, também a noção de *ser útil*, entendida como estar trabalhando, onde ele vale pelo que produz, como afirmávamos no início deste estudo, condicionando seu consumo e seu status a seu valor no mercado.

Cabe ainda uma breve nota a respeito do quanto a precarização e desqualificação da carreira dos servidores públicos vai sendo introduzida no imaginário popular de forma que não é percebida como estratégia para retração do próprio serviço público e, por consequência, subtração dos direitos desta mesma população.

Ainda sobre o sentido do trabalho, vejamos outros depoimentos:

Aprendizado né? Tudo que eu aprendi na minha carreira eu agradeço demais.[...] Lidar com pessoas, com público, ter a empatia, amigos que eu fiz, clientes, isso é uma coisa que, e o próprio reconhecimento de tá lá no site de empresas que de vez em quando eu recebo e-mails de convites. Por eu ter esse tempo todo de carreira né? Isso pra mim é muito válido, é muito valoroso esse reconhecimento. De colegas que eu treinei, estagiários, assistentes que hoje são gerentes, amigas que foram pra outras e falam "poxa", eu ouvia muito "quando eu crescer eu quero ser igual a você", então isso foi muito legal. E a parte financeira, a compra de um imóvel né? Dar segurança, dar conforto a minha família. (T6)

[...] Eu acho que eu trabalhei numa época que talvez os historiadores ainda não tiveram tempo de qualificar, mas foi uma época desenvolvimentista muito grande porque a gente trabalhava com uma democratização da gestão, né? E isso, a mim, me permitiu crescer muito enquanto profissional, enquanto pessoa, né? [...] Olha, é o fator de utilização, né? É o fator de organização, é o fator obtenção de recursos, né? Tem um pouco de realização também como

⁶⁵ O trabalhador se aposentou por invalidez.

pessoa, num é? Então, isso, o trabalho ele é realmente permite que você vá formando o seu quebra-cabeça que é a sua vida né? [...] (T5⁶⁶).

Olha, são duas, são dois lados né? Ele me deu tudo que eu tenho. Financeiramente, ele me deu tudo que eu tenho, mas por outro lado, ele me tirou um pouco da minha saúde, então, sabe? São duas, como se fala mais antigamente são dois pesos e duas medidas. Né? É bem isso aí. [...] É a vida né? O trabalho pra mim era a vida. Era tudo. Eu me sentia viva. Você se aposenta, você basicamente se sente morto né? É uma coisa assim oposta né? (T1)

Aqui o sentido do trabalho como sobrevivência aparece secundarizado pela sua dimensão de realização, de satisfação pessoal. As noções de trabalho apresentadas consideram os aspectos das relações bem como seu potencial adoecedor, ou seja, seu caráter contraditório, sobretudo porque se confunde com a própria vida.

Esse sentido de trabalho como sustento e realização pessoal também comparece nos relatos a seguir, entretanto os entrevistados sinalizam também uma dimensão de contribuição à sociedade, um papel social de seu trabalho.

[...]o que eu vejo como o ideal né do trabalho... Ele dá um retorno de uma satisfação pessoal a você. Além do, além da remuneração, acho que a pessoa tem que se sentir bem porque, veja bem, o caso que eu citei antes." [...] "E a pessoa certamente não estava satisfeita com o que fazia, porque se você tá satisfeito, por mais que você tenha né, problemas em casa etecetera, você não ia tirar a própria vida. Então eu acho que a pessoa tem que tá feliz com o que tá fazendo né, então não adianta também a pessoa, é o que eu digo, se prostituir pelo trabalho, "poxa eu ganho bem, mas eu saio todo dia com ódio do meu trabalho", isso não faz sentido pra mim. [...] trabalho, pergunta difícil de responder porque me proporcionou muitas coisas né. Me proporcionou, primeiro, acho que o pensar coletivamente. [...] então o aprendizado em trabalho coletivo foi muito importante, eu confiar no outro foi muito importante. Sem dúvida também, sem falsa demagogia me proporcionou também uma ascensão financeira. Mas me proporcionou também, isso eu acho mais importante até do que ascensão financeira, ascensão do conhecimento porque a empresa permite isso pra quem, pra quem quer aproveitar. [...] É o tempo todo cobrança né, eu gostava de trabalhar sob pressão, gostava de entregar, era isso que eu gostava. Desafio, pô consegui voltar com a máquina um dia a menos, pô isso gerou um lucro pra empresa tremendo e tal... a gente ficava numa satisfação muito grande! [...] (T9⁶⁷).

O trabalho, ganhar a vida, trabalhar, é uma conquista né? É uma coisa que nos afirma principalmente como mulher na sociedade, ainda mais na minha geração que hoje, a gente passou tanta coisa, os anos de chumbo né? Em que você perdeu tanta coisa durante aqueles anos, durante toda a época da ditadura. Depois, quando houve a redemocratização, muitas coisas melhoraram, então, eu acho que o trabalho me deu sempre a cidadania, vamos dizer assim. Os direitos da cidadania. Pra mim tá profundamente associado o trabalho com a afirmação, direito de cidadania e por isso mesmo agora também é uma época que a gente tem que lamentar muito o que tá

⁶⁶ O trabalhador atuava em empresa pública.

⁶⁷ O trabalhador atuava em empresa pública.

acontecendo no Brasil, que são essas perdas né? Essas tentativas de coibir os direitos e essa coisa toda. Que foi um século, o século 20, todo ele foi um século de conquistas né, e que agora no século 21, nesse início você tá vendo um esforço muito grande da extrema direita pra acabar com isso. Isso gera uma inquietação, então eu posso dizer que eu fui muito feliz na minha geração, fiquei muito feliz porque a gente conseguiu dignidade através do trabalho. Trabalho significa isso pra mim. Afirmação da cidadania, e da dignidade. [...] O sentido do trabalho? O sentido do trabalho é, pertencimento, servir a sociedade, servir aos outros, crescer intelectualmente, se equilibrar emocionalmente, se inserir no mundo, é isso. Sem trabalho não, você não é nada (T8).

É que o trabalho que não é feito por riqueza, nem por poder ele lhe enche a vida, ele lhe dá ideias, lhe dá percepção, lhe dá convivência com gente que não presta, mas cada flor que chega é o seu jardim, quando você descobre um ser humano de cepa, aí você ganha a cepa. Você tem a consciência de que você não é o último moicano. Que sempre haverá seres humanos e a juventude que luta lhe mostra isso. O sentido do trabalho pra mim é só este [...] (T4).

Como pode-se verificar, a noção dos entrevistados acerca do porquê do trabalho implica em sua compreensão como inerente à vida e como forma de garanti-la. Entretanto, essa relação não é aludida como um peso compulsório, mas naturalizada e mesmo defendida como necessidade do próprio sujeito. A vocação para o trabalho é referida quase como uma predisposição individual, mesmo que mencionada como condição para o sustento e construção da vida. Nesse sentido, por vezes assume um tom moralista, cuja fundamentação vai encontrar suporte no repertório ideológico liberal e na concepção do trabalho alienado. Como havíamos destacado da afirmação de Cohen (2011), a concepção de trabalho está sempre condicionada pelos valores existentes num contexto socialmente datado.

É evidente nos depoimentos dos sujeitos a implicação com os objetivos das empresas, públicas ou privadas, e como o prazer do cumprimento das tarefas (“entregar”) expressam o “autocontrole” referido anteriormente e moldam, de algum modo, o sentido do trabalho. Consubstanciando o que nos afirma Souza (2011) a respeito dos paradigmas de gestão do trabalho acenado em sessão anterior, é interessante observar que a maioria dos entrevistados cumpriu sua trajetória de trabalho no período em que o modelo toyotista já se consolidava no Brasil, mesmo que de modo coexistente com outros modelos de organização do trabalho.

Obviamente essa conjectura exige uma mediação, uma vez que tal coexistência é característica de uma formação social como a brasileira, onde a larga extensão territorial, os diferentes tipos de migração/colonização geram *region states*, caracterizadas por diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas,

fomentadas pelo maior ou menor interesse dos capitais privados e transnacionais, como nos explicou Fiori (1997, p. 12), exigindo cada qual, um modelo de gestão da força de trabalho.

Retomando a afirmação de Heller (1992) de que o trabalho tem motivações particulares, mas que a atividade do trabalho enquanto trabalho socialmente necessário é sempre atividade do gênero humano, pode-se depreender, sobretudo no confronto desses trabalhadores com suas experiências do cotidiano do trabalho, a alusão ao sentido do trabalho como sofrimento e como resistência.

3.4.2 “Na verdade quer se sentir útil né, como você era antes”- O processo de aposentadoria causou sofrimento ao trabalhador?

Para responder a essa questão nevrálgica para esse estudo, consideramos os depoimentos dos sujeitos da pesquisa ao longo de suas entrevistas. O que nos propusemos foi identificar se esse período de transição da vida ativa para a condição de aposentado foi transcorrido em associação a sofrimento / adoecimento.

Tendo em vista que tratamos a aposentadoria como categoria processual, a análise considerou o período que a precede no qual ela é gestada como possibilidade, a etapa entre o requerimento⁶⁸ e a concessão, bem como o pós-efetivação.

Tal como naquela experiência que motivou esse estudo, a investigação revelou uma ampla gama de sofrimentos nas diversas fases do processo de aposentadoria, alguns deles decisivos para que o trabalhador recorresse a ela. Digno de destaque é que vários dos sofrimentos enumerados no capítulo primeiro (assédio moral, condições físicas do trabalho, atividades que contrariam os valores do trabalhador, alta dependência social do trabalho) se repetem, ainda que de modo particular, nas diferentes realidades institucionais, desmontando a versão de que se trata de problemas da ordem pessoal do trabalhador.

Nesse sentido, os relatos dos trabalhadores explicitam como as pressões e as próprias condições do ambiente de trabalho forjam o sofrimento do trabalhador requerendo dele esforços emocionais adicionais para levar a cabo as exigências do trabalho. Note-se que o desprazer não está na execução da tarefa em si ou em sua

⁶⁸ Para essa análise não se fez distinção se a iniciativa foi do trabalhador, da perícia médica ou da instituição patronal.

complexidade, mas na gestão do trabalho cujo objetivo final está na produtividade. Este desgaste contínuo favorece a busca por saídas pelo trabalhador, seja pela aposentadoria ou por outras estratégias individuais, incluindo o suicídio. Bem exemplifica o relato a seguir:

Então eu tô citando esse caso porque realmente é pra poucos, a questão psicológica lá é muito forte. Já vi, já teve caso de suicídio lá a bordo. E a pessoa não tava com problema financeiro, não tava nada. E então, é muita, são poucos que conseguem. [...] Ali não. Você estressou e continua confinado. Então, é uma bomba relógio né? Então poucos, assim, nem muita gente consegue conciliar né? Mas dizer que é um ambiente agradável não é, porque você não tem válvula de escape, e é um trabalho normalmente mais estressante do que os outros porque você tem que tá ligado vinte e quatro horas [...] Porque, não tá tranquilo, não tá tranquilo. E lá é difícil tá tranquilo, né? [...] mas em boa parte das vezes está sob pressão porque.. ah porque não é só uma... manter a produção, às vezes a produção cai. "Porque caiu?" "Mas aí não, pô isso não tá legal" [...] Então, monitoramento constante né? E né, e hoje, até que o preço do barril de petróleo caiu um pouco né? Sessenta dólares, mas eu trabalhei por barril de petróleo a 100 dólares. Uma plataforma que produz cento e cinquenta mil barris, isso é, porque eu não tô falando fictício não, 150 mil barris a cem dólares, 150 mil barris/dia, a cem dólares o barril, então é uma pressão gigantesca. [...] Tem que funcionar. E então, é muita pressão psicológica. Muita pressão psicológica. (T9).

Não é possível invisibilizarmos a denúncia feita pelo trabalhador a respeito do suicídio associado às condições e sentido do trabalho. O confinamento e as pressões por produção combinados podem constituir-se base para um profundo sofrimento, como indica o próprio relato acima. Mas, considerando a mercadoria em questão e sua relevância para o capital internacional, e o que denota a experiência descrita, não se pode ignorar que tais pressões se constituem potencialmente em violência no trabalho, cuja forma mais aguda se apresenta na forma de assédio moral.

As formas como a violência no trabalho aparecem são muito variadas e por vezes sutis. Desde aquelas fundadas na internalização dos objetivos institucionais como objetivos pessoais (“vestir a camisa”), que produzem tanto o prazer de “entregar” quanto a frustração experimentada como incapacidade pessoal de atingir as metas, até as formas explícitas de coação aos que se opõe de alguma forma. O assédio moral vem se apresentando como um forte instrumento do capital para gestão do trabalho, como já apresentado em capítulo anterior, gerando a “imersão de novas formas de adoecimento no trabalho, provocadas ou desencadeadas pelo Assédio Moral, o qual tem produzido sofrimento e morte em proporção cada vez maior” (SOUZA, 2011, p. 114).

Considerando que o assédio moral se caracteriza por ações desqualificantes, cotidianas, persistentes, nas relações de trabalho, que embora deliberadas assumem ares de naturais, cujo objetivo tem sempre uma base material, o processo tende a ser longo e oneroso psicologicamente para o trabalhador que não o compreende como relações sociais de trabalho, mas como relações interpessoais. A aposentadoria surge então como uma alternativa de escape ao sofrimento, retirando o trabalhador antecipadamente da vida profissional. A motivação para saída não são os projetos ou relações que estão fora, mas aquelas que estão dentro.

[...]me aposentei pelo INSS, por causa da minha doença bem avançada, a LER e o próprio ombro. Eu, quando retornei, entrei na readaptação. Continuei fazendo fisioterapia, então algumas coisas eu não faço, além de não poder digitar o tempo todo no banco, me causava muita dor. Saia de lá direto pra fisioterapia. [...]E você se sente assim, quando você retorna... [...] Então você retorna de licença também e quando você entra de licença por LER ou por pânico, você fica meio que numa caixinha né? Uma caixinha preta, um livrinho preto no banco, né? Você não é mais aquele funcionário padrão que batia meta [...]é como se você fosse uma funcionária nova que tem que provar que você ainda é capaz. É muito triste, né? Se eu me emocionar... [...] eu corria de uma ponta da agência pra outra pra fazer uma coisa muito rápida. Então eu já tava adoecendo e não percebia. Você não percebe que você tá num alto nível de estresse, né? Que aquilo vai virando uma depressão, um pânico. Então quando eu caí, eu já tava no, o buraco já tava muito fundo né? Eu não percebi. Quem tava de fora percebia e eu não. [...] Eu não queria mais ter aquela pressão de metas, aquilo tava me fazendo muito mal. Eu já estava com pânico de ir pro trabalho, eu não conseguia mais atravessar a minha porta, quando eu atravessava eu ia com aquela taquicardia, com aquela suadeira no metrô, e quando eu estava trabalhando eu sentia muitas dores na digitação tanto que meu dedo engatilhava quase todo mês. E eu cheguei a ir trabalhar, tirar o imobilizador do dedo e colocar esparadrapo pra não ter que entrar de licença. Fingir que o meu dedo tinha, tava cortado, e que tinha acontecido alguma coisa, mas o dedo tava em gatilho, entendeu? Eu cheguei a tentar conseguir ficar digitando e trabalhando. Você retorna, não retorna pra carteira de cliente, você não volta, eles não têm aquela confiança de te dar uma carteira novamente pra você fazer o que você fazia que era consultoria de investimentos, montar carteira, ofertar produtos e serviços, eles pegam as pessoas licenciadas e nos colocam em uma listagem pra cobrar clientes devedores. Então você meio que se sente né? Não desmerecendo as pessoas que fazem esse trabalho, cobrar devedores, né? Você não, eles não têm aquela confiança de te colocar novamente no cargo que você exercia. Aí você liga, aparece o 011, o cliente desliga na sua cara, ou fala que não tem dinheiro pra pagar, entendeu? Acho que foi uma série de fatores. Não foi um fator só (T6).

[...] quando chegou uma época que foi do, que eu fui chantageado e que pra mim chegou a um limite, e que depois eu fui pro setor médico. Que eu vi que aconteceu, que fui transferido pra outra plataforma que o colega fez o que fez, eu falei "bem, agora chega". Então, por que? Porque eu vi que ali se eu continuasse, ia ter problema sério, de repente com uma demissão ou alguma coisa assim, então, quando eu optei, que foi na realidade uma opção sem saída, porque ou eu saía ou eu ia me prejudicar mais e mais ainda minha saúde, então a aposentadoria pra mim me ajudou na minha saúde, que eu me afastei das coisas, das perseguições lá, acabei com essa parte, aí fiquei

envolvido só com a parte judicial[...] (T3).

[...] não estava sendo respeitada a minha condição né? Na realidade, o meu gestor na época não estava respeitando a minha condição, eu tenho um problema de tendinite. Eu sou readaptada em outra função pelo INSS, não poderia mais voltar a atividade de manusear, contar, digitar, e ele não respeitou isso. Então assim, enquanto eu era muito solicitada, eu era muito exigida, e eu, você querendo ou não, por mais que você queira fazer, eu não tinha mais a evolução que exigia a função. Eu não conseguia. Eu era reconhecida porque eu era ágil, rápida, e conseguia resolver as coisas. Aí a partir do momento que eu fui reabilitada e deixei de, deixou de ser respeitado essa condição eu com isso, eu também deixei de fazer, deixei de ser um exemplo, vamos dizer assim. Eu já não era mais rápida, eu já não era mais ágil, eu já não era... Eu fui deixando de fazer a minha função com a rapidez que exigia né? Então assim, eu acabei sendo perseguida. E eu sempre falando, eu falei "não dá pra mim, não tô conseguindo, tem que ser respeitada a minha condição senão eu não consigo, eu consigo ajudar sim, eu consigo trabalhar sim, eu não tenho problema em trabalhar", mas não era respeitado isso. Aí passou a ser muito doloroso pra mim, porque aí envolveu fisicamente, eu não tinha condição física de trabalhar. Eram dores insuportáveis, era assim, depois afetou mentalmente. Eu fiquei realmente afetada. Então, quer dizer, pra mim deixou de ter o brilho a partir desse momento né? Que eu deixei de ser respeitada a minha condição, entendeu? (T1).

É importante fazer uma ressalva nos casos ilustrados acima acerca da consciência dos trabalhadores envolvidos com relação à razão das cobranças que viveram, mesmo que possam apresentar limitações quanto à clareza das relações que as envolvem, tema ao qual retornaremos mais adiante. É fundamental também destacar que a caracterização de assédio moral obedece a critérios que não podem ser banalizados e, dessa forma, não se pode afirmar de antemão que tais situações de fato assim se configure. No entanto, para o objeto central deste estudo o que é essencialmente relevante é o sofrimento experimentado pelo trabalhador e sua relação com a aposentadoria e por esta razão lhes atribuímos visibilidade. E nesse sentido ganha vida a afirmação de Dejours (2004, p.34), de que as formas contemporâneas de organização do trabalho neoliberal supõem "sacrificar a subjetividade em nome da rentabilidade e da competitividade".

Um outro fator gerador de sofrimento relaciona-se aos eventos de contrarreformas da previdência social, já tratadas em capítulo anterior, nas quais as conquistas históricas dos trabalhadores se veem ameaçadas. As mudanças nas regras da aposentadoria, que de fato são a forma como aparece a disputa impetrada pelo capital para se apossar do restante do tempo de vida útil da mercadoria trabalho, institui uma profunda instabilidade para o trabalhador uma vez que a aposentadoria não é um direito adquirido, mas uma expectativa de direito. Os relatos a seguir nos dão a dimensão de como estes trabalhadores experimentaram e reagiram a elas:

Eu corri pra me aposentar com medo de Fernando Henrique aumentar o tempo de trabalho para poder se aposentar como tá hoje né? Aumentou o tempo para todo mundo para se aposentar. A mulher passou de 30 para 32, o homem de 65 para 67, sei lá, entendeu? E naquela época Fernando Henrique já vinha ameaçando. Eu já tinha direito, tinha aquele pé na cova. E ele acabou, foi Fernando Henrique que acabou com o pé na cova, que eu não precisei nem colocar o pé na cova. Foi muita coragem de chegar a pegar uma aposentadoria que era, parece que era 30% de um salário que a gente tinha direito. [não é possível identificar] quando chega a minha vez, Fernando Henrique acabou com o pé na cova e ameaçou aumentar o tempo de serviço. Eu disse "Opa!", eu já andava direito com 32 para 33. Já posso me aposentar. Aí corri no exército, peguei mais um ano, cheguei quase nos 35, não cheguei nos cem por cento. Mas cheguei no oitenta por cento, entendeu? Mas me aposentei e não me arrependo não. Se eu esperasse mais um pouco estaria em uma situação pior hoje. Com certeza (T2).

Olha, eu me aposentei porque eu fiquei com muito medo das reformas que o governo vinha anunciando né? Ai eu [não é possível identificar] pra perder, que é pra cortar, pra num sei o que, inclusive, é... mesmo eu aposentada agora, eu ainda continuo muito preocupada, a gente nunca sabe quais vão ser as novas leis, quer dizer, eu poderia até ter continuado a trabalhar. Eu poderia trabalhar, ter continuado a trabalhar mais uns três anos assim, eu tinha direito a trabalhar mais uns três anos, mas eu resolvi me aposentar logo com medo das reformas (T8).

[...]Isso já tava me impedindo, me impede no meu dia-dia de fazer algumas coisas. Segurar um prato, estender uma roupa, levantar esse braço, dormir desse lado. Então assim, algumas coisas já, eu não tinha mais como aguardar, esperar o tempo pela pontuação da aposentadoria. Os pontos mais o tempo, mais a idade pra me aposentar com o valor total do INSS. Eu me aposentei com trinta e cinco por cento da minha renda, do banco, de banco. Absurdo é. [...] eu dei entrada porque, pelo, eu já tinha o tempo de contribuição. Sendo que, pelo, pela reforma da previdência, da pontuação que o Temer tinha feito, a minha idade mais o tempo de contribuição eu não cheguei. [...] E eu não tinha mais como esperar seis anos, não tinha mais condições (T6).

"Na realidade eu já tinha a condição de me aposentar né pelos 30 anos. Eu já tava com 34 anos de contribuição, e como houve essa movimentação toda da revisão previdenciária, era uma coisa que eu ficava assim "meu Deus será que eu vou conseguir, será que tá dentro ainda, será que eu consigo me aposentar?" (T1).

As consecutivas contrarreformas da previdência social, que significaram sucessivas perdas de direitos, seja no Regime Geral da Previdência ou no Regime Jurídico Único, criaram uma cultura de insegurança que opera como uma ameaça constante sobre as cabeças dos trabalhadores. A urgência de saída para evitar perdas de direitos alcançados, em si, acarreta prejuízos materiais e subjetivos aos trabalhadores. Assim, enquanto o assédio moral atua na dimensão da particularidade, porque articulam a subjetividade do trabalhador (utilizando inclusive a personalidade) com a legalidade social, as investidas do capital sobre os direitos previdenciários operam mais na esfera da universalidade, como leis tendenciais.

Não é menos danoso para o trabalhador individual os impactos das disputas políticas da democracia burguesa institucionalizada que reconfigura a situação do país, como podemos ver:

[...]E aí nesse momento também, vale dizer que quando chegou né já 2016, lembrando também que isso foi lançado em agosto de 2016, já pós-golpe né? Então, aí já modificado e tal, eu pensei também "olha tem um governo progressista e tal, então, provavelmente o governo progressista do Lula vai fazer [não é possível identificar] então a gente vai conseguir ter um certo, uma certa planejamento com tranquilidade sim", e aí aconteceu tudo isso... imaginava que viria também, veio a duras penas a eleição, então pode ter 2018 então a gente vai ter um governo progressista... e aí a partir daí eu já começo a pensar de fato em sair, já vai cair mais ou menos no meu planejamento, sair em 2019. [...] (T9).

[...]eu acho que essa fase né? Que a gente tá vivendo, pós 2014, né, ela tem um impacto emocional muito grande. Muito grande, sabe? Eu tava, eu tava comentando o seguinte que de quatorze a dezesseis, ao me aposentar, eu tava me sentindo como se eu estivesse me separando, me divorciando né? Então, eu acordava cedo pra não ver a companheira acordar e chegava tarde pra percebê-la que ela já tava dormindo. Então, tamanha a desconexão nesses últimos dois anos, e aí quando a gente se aposenta, a gente percebe que "ufa, legal, resolvi aquele problema", mas aí eu encontrei um outro problema né? Tão grave quanto ou até mais grave do que o outro, porque o outro era de um relacionamento e quando eu saio eu encontro um problema econômico financeiro né? (T5).

Contraditoriamente a aposentadoria aparece também como uma resposta ao sofrimento da insuficiência de salário na medida em que o trabalhador sob o Regime Geral da Previdência Social pode continuar trabalhando depois de aposentado para aumentar sua remuneração, como já salientamos. Perversamente, o achatamento dos salários rouba da aposentadoria seu sentido histórico.

"Eu me aposentei porque o salário que eu recebia antes de aposentar, a minha esposa trabalhava também no *Instituição, a gente não tinha casa própria, a gente pagava aluguel, nós pagávamos aluguel e" [...] "Pra aumentar a renda, pra dar um, uma condição de vida melhor pra família". [...] Depois que eu me aposentei, a condição de assim, de eu cumprir minhas obrigações direitinho, pagar tudo direitinho. Não tem problema de assim, de ter que pedir mais dinheiro emprestado com ninguém, entendeu? E, os meus filhos pedir alguma coisa e eu ter condições de dar pra eles, entendeu? (T7⁶⁹).

A pesquisa revelou ainda que para além dessa gama de sofrimentos que leva à decisão de aposentar, o processo de tramitação, desde a fase de acessar os critérios e

⁶⁹ O trabalhador continua trabalhando na mesma empresa após a aposentadoria.

reunir comprovação para elegibilidade, também se constitui um fator estressor, seja porque o trabalhador não domina o complexo sistema de regras que regulam o acesso à aposentadoria, seja porque há urgência em passar pela peneira da reforma, ou porque escapa ao trabalhador o controle do tempo efetivo para análise e publicação, ou ainda porque o sofrimento no trabalho é demasiado.

[...]”foi um ano, primeiro de afastamento né? Licença médica. Mas antes disso, como eu te falei, teve vezes de eu ir no INPS⁷⁰, chegar lá e o INPS indeferir. Como é que [não é possível identificar]. Ele falou que eu não tinha condições de trabalho, eu esperava um tempo, fazia uma nova perícia. Então esse trâmite de você ficar indo no INPS, voltando, indo na *Instituição tava se tornando mais desgastante ainda pra mim. Porque? Porque quanto mais eu ia no setor médico, quanto mais eu ia no INPS, ia... as coisas não se ajustavam, eles tentavam forçar uma situação que não dava pra ser feito. Então, quando eu me afastei, consegui me afastar, que fiquei dois anos, então, já ficou, acalmou mais um pouco essa situação. Então eu já fui já acostumando com a ideia de que o meu final era aposentar”. [...]”eu aposentei em 2012, mas eu já me afastei desde 2010. Foi o que eu te falei eu fiquei dois anos encostado, e dois anos exatamente eu fui aposentado” (T3).

[...]Nem tentei porque era um risco altíssimo, quando chegou em 2016 a empresa lançou outro enredo, em que você colocava lá no sistema né, apertava o botão virtual lá no sistema e o sistema aleatoriamente te jogava pra uma data pra frente [...] aí eu fui vendo outros colegas... já na última semana o pessoal já tava sendo jogado pra janeiro, fevereiro, março, e o edital dizia que o limite era abril. Eu falei: eu quero pelo menos sair no último dia de abril, porque eu vou ter um redutor pequeno, de meses, em função de anos que eu trabalhei [...] aí assim eu fiz: onze horas da noite começou a ficar muito interdito, ainda arrisquei mais um pouco, entrei onze e quinze, tava travando, entrei onze e meia e já não tava travando tanto eu fui, que era o horário que eu queria fazer mesmo. E eu queria arriscar pra não ficar tão perto de meia noite, e aí me jogaram pra julho, foi pra depois do edital. Então eu fiquei só com um mês defasado, perdi muito pouco. Então foi assim que foi planejada a minha saída né, eu saí financeiramente em uma condição estável, graças a Deus, saí. [...] (T9).

“Me preparei pra me aposentar? Pergunta difícil... Acho que não, eu acho que é uma coisa assim, a ficha demora a cair. Durante esse tempo eu ficava contando os dias, puxava o [não é possível identificar], ou ia no sindicato pra ver quanto tempo faltava. E quando eu não aguentava trabalhar que eu tava com pânico ou quando eu voltava de uma licença, e falava assim "Ah meu Deus quanto falta, fazer aquela conta..." [...] (T6).

[...] E assim, eu queria muito me aposentar, mas ao mesmo tempo a informação que eu tinha é que por eu ser reintegrada e ter um processo em andamento, eu não sei se foi por eu ter entendido errado ou se foi me passado dessa forma, que eu não poderia pedir aposentadoria. E nisso foi piorando mais, eu fui adoecendo cada vez mais. Porque assim eu não via uma saída, porque eu queria me distanciar porque eu não tinha mais o mesmo brilho nos olhos, a mesma disposição pro trabalho. Até por conta de perfecção”[...] aí foi

⁷⁰ Em 12/04/1990 o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social foi extinto pela Lei 8029, sendo suas funções previdenciárias assumidas pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), incluindo as aposentadorias e perícias médicas. Entretanto, ainda é comum a referência ao antigo nome por parte da população.

quando eu dei entrada, eu falei assim "ah, eu preciso me né? Pegar um rumo, preciso tomar uma reta". Você fica desorientado, você fica perdido e aí eu dei entrada e consegui a minha aposentadoria. Fiquei bem satisfeita. [...]Nem eu acreditei. Eu falei "nossa, como assim?". Ele falou: seus documentos tão assim, não tem nada que, sabe? Que tenha assim, que tenha que esperar ou que tenha que aguardar, ou que tem que analisar, tá tudo perfeito. E eu, olha Conceição eu fiquei esperando tanto tempo, eu passei, eu tenho, são 30 anos, eu tenho 34, quase 35 anos, quer dizer, eu ultrapassei 4 anos e pouco né? Vamos botar 4 anos. Ultrapassei 4 anos, sofrendo, sofrendo, sofrendo, poderia já tá aposentada há um tempo e não aposentei. Mas enfim, consegui! Mas foi assim, uma coisa fora da, do padrão né? Quando a menina me ligou e falou "olha, aconteceu. Você já está aposentada", eu falei "hã?". Tem alguma coisa errada aí." [...] Eu tava achando uma coisa, assim que era inatingível. Eu falei "gente, é isso mesmo?". Eu fiquei animada, fiquei feliz porque era, eu cheguei assim em um momento em que eu tinha na minha cabeça que eu poderia me livrar da, do meu sofrimento, sabe? Eu falei "Ah, meu Deus, eu vou deixar tudo pra lá, chega!", eu, por mais que eu saiba que eu vou receber menos, porque você trabalhando, você tem ticket. Ticket alimentação, refeição, você tem né as [não é possível identificar] que você recebe. Mas eu vou ficar livre de todo esse sofrimento, eu só pensava nisso, só pensava nisso. Mas foram assim, foram dias assim de êxtase assim, eu falei "gente, tô aposentada, tô aposentada". Eles aqui em casa [não é possível identificar]. Chega a ser ridículo, mas é... eu sentava e ficava assim..." (T1).

Temos aqui dois pontos a destacar: após a decisão de se aposentar a expectativa do trabalhador se intensifica sobremaneira e a instabilidade é geradora de ansiedade, segundo os relatos. O outro destaque refere-se à expressão “encostado” utilizada pelo trabalhador, que remete à forma como popularmente é chamado o trabalhador que se encontra em licença médica coberta pela previdência social. A expressão é claramente depreciativa, porque sugere alguém que vive às custas dos esforços de terceiros, parasitário, signo de “esperteza”, golpismo. Pode-se supor o efeito sobre a autoimagem do trabalhador que precisa se submeter à essa condição, sobretudo quando o afastamento não é consensual por parte dos peritos e médico do trabalho. A publicação da aposentadoria é vislumbrada assim como a forma de apaziguar estes sofrimentos.

Entretanto, tal como na experiência profissional que nos aproximou dessa temática, os relatos dos aposentados indicam sofrimentos que se relacionam diretamente com a dimensão subjetiva do trabalho, internalizada ao longo dos anos trabalhados. O ritmo, o status, o sentimento de utilidade, a ocupação do tempo, o poder aquisitivo, ou seja, os elementos que compõem o trabalho tornam-se fonte de sofrimento quando na sua ausência.

[...]Porque isso é uma coisa impressionante, porque, quem tá acostumado a trabalhar naquele ritmo alucinado que é a área operacional, você não

consegue [...] Dentro das combinações que eu fiz com a família eu falei assim "Ó, dentro disso aí, eu vou querer trabalhar um pouquinho [...] Aí, eu já fui olhando também pro horizonte, vai ter a hora de parar de vez. 2017 foi uma ansiedade louca, queria trabalhar de qualquer jeito. Não era nem pela questão financeira, é assim, porque você trabalha num, sabe num estágio, você tem que entregar tanto, você trabalha tanto sob pressão na área operacional. [...] Mas você tinha esse ritmo alucinado, alucinado, o tempo todo trabalhando todo dia até meia noite, uma hora da manhã, duas horas, porque você tinha que voltar o equipamento que parava, você não podia ficar com aquilo fora, então quando você para, é uma parada muito brusca porque você tá acelerado. [...] É, eu acho que a palavra que resume melhor, acho que é "estranho". É, porque assim, você busca alguma coisa pra você se ocupar né? E olha que eu adoro ler. [...] Eu pensei né: poxa, uma coisa de bom, uma aposentadoria que eu vou poder botar minha leitura em dia né? Quer dizer, a leitura por prazer né, não a leitura técnica. Mas, acabou que não aconteceu. Não aconteceu por essa ansiedade de eu querer voltar a trabalhar em 2017 né? Durante esses seis meses de 2017. [...] Eu senti falta um pouco da adrenalina interessante do trabalho, sabe? Aquela coisa de "caramba, nós temos que voltar essa máquina urgente, se não vai parar tudo e tal bá bá bá", essa adrenalina eu senti falta (T9).

O relato permite observar com absoluta nitidez o quanto o ritmo do trabalho submete o cotidiano do trabalhador, capturando o seu prazer e sua consciência crítica mediante a ausência do trabalho.

O *estranhamento* referido acima, comparece em diversos relatos dos entrevistados e parece descrever o sentimento de quem olha uma realidade que não lhe é comum, um olhar estrangeiro para quem foi formado ideal e materialmente para trocar o sustento por trabalho. Como reafirmamos em páginas passadas, na sociedade moderna o homem é educado desde sempre para ocupar seu papel na produção e sua identidade de trabalhador assim se constrói de forma indissociável (ROBAINA, 2007). Esse *estar fora* da condição apreendida por décadas induz a outras leituras.

[...] É esse período como eu aposentei por invalidez como eu te falei, eu não queria e nem podia montar nada, trabalhar em nada por ser uma cidade pequena. De alguém até me denunciar no INSS... Então o que você sente falta é essa parte de preencher esse tempo com, de fazer algo útil. Então foi aonde que eu comecei fazendo, trabalhar com madeira, no sítio com meu pai, mas mesmo assim, você estranha muito. Então você não fica tendo uma coisa como pra preencher aquelas doze horas, você estranha isso no princípio. Mas depois você vai se adequando, você vai acordando."[...] (T3).

[...] "você faz aquela conta pra chegar esse dia, o dia chega. Aí você se pergunta "pra que" né? Não que você se sinta inútil, mas mesmo eu tendo saído no PDV, parece que é uma porta que fechou, que você não vai voltar mais. É um pouco estranho" (T6).

E aí quando você, pô desacelera total né? Então, falta alguma coisa, parece que falta alguma coisa pra você. Você quer preencher né, na verdade quer se sentir útil né, como você era antes, coisa que não vai acontecer, na

verdade não vai acontecer, mas meio que funciona assim no psicológico né? Eu, conheço muito bem porque eu ficava enchendo o saco dos meus colegas no LinkedIn "olha, eu tô", tipo assim, "tô na pista né, e tal". Como aquele homem ou mulher solteiro que tá lá nas redes sociais, "ó, tô aqui pra o que der e vier", e eu fazia isso na área do trabalho "ó, cara, pô fulano tal eu tô querendo trabalhar, num sei o quê" [...] (T9).

A necessidade de ser útil é uma tônica entre os trabalhadores que se aposentam. Esta autocobrança se acirra a medida que o tempo de vida após a aposentadoria vai se alargando com o aumento da expectativa de vida e, de certa forma, desmistificando a crença popular de que os homens (ainda) se aposentam e morrem em seguida. Entretanto, essa necessidade de ser útil revela uma questão de fundo. Nas relações sociais da ordem do capital tudo é transformado em mercadoria, inclusive o trabalho. E, como tratado no segundo capítulo acerca da teoria marxiana, ser útil é condição primeira da mercadoria. Para o trabalhador educado para o trabalho alienado, não ser mercadoria nessa sociabilidade é desvalor. Para o aposentado é ainda pior: é não ser mais mercadoria, ou seja, perdeu seu valor de uso, é imprestável, inservível. É exatamente nesta situação em que a ausência de formação para uma consciência crítica impede ao trabalhador aposentado de realizar as mediações fundamentais para não experimentar a ausência do trabalho como desonra.

O depoimento a seguir é suficientemente ilustrativo deste constrangimento na sociedade do capital:

Por estar aposentado? Eu acho que acaba você se sentindo sim um pouco, eu nunca parei pra fazer essa pergunta. Mas eu acho que acaba você se sentindo porque, eu não sei, parece meio sentimento de culpa "ah, você podia tá produzindo né pro seu país de alguma forma e tal, porque você não é tão idoso assim né, você ainda tem a sua capacidade laborativa intacta né?" Você não pode mais fazer o que um jovem de vinte anos faz, mas você pode tranquilamente fazer outros trabalhos lá similares né? E até porque hoje em dia né, essa área existe uma tecnologia né, todas as áreas na verdade né, com o avanço da tecnologia, você precisa cada vez menos da força física né? Então, você se sente sim, eu, quer dizer, eu não parei pra pensar, parei pra pensar na sua pergunta assim, mas, em algumas situações, eu acho que dá pra me questionar assim "poxa, eu podia tá sendo útil pro meu país em alguma questões e tal", agora, em termos de trabalho né, em termos de trabalho formal sim, eu penso assim, mas por outro lado né, no trabalho social informal eu acho que eu entrego bem, acima da média com certeza porque falo com os colegas e falo "pô, caramba, tudo que você me pede eu tento ajudar porque eu sei que você faz e tal". Porque assim, eles apesar de ajudarem eles não têm essa iniciativa de fazer né, então por esse lado eu vejo que eu entrego alguma coisa pra sociedade, mas no lado convencional, é óbvio que se eu falar isso pra média das pessoas né, as pessoas, boa parte não vai entender assim. "Ah é novo ainda poderia tá trabalhando, produzindo e tal". Sim, é verdade. Nesse ponto constrange um pouco, mas foi o que eu tracei de meta né? Foi o que eu tracei de meta (T9).

Para aplacar esse sentimento de menos valor, ou de culpa, de inutilidade, de inservível, muitos trabalhadores encontram na permanência no trabalho a resposta a esse constrangimento. Os registros abaixo se referem às justificativas de outros entrevistados dentre aqueles que continuaram trabalhando após a aposentadoria:

Ah, bom, porque são coisas que eu gosto de fazer, entendeu? É menos por necessidade e mais porque as pessoas me procuram, certas coisas eu já costumava fazer, não tenho motivo nenhum pra não fazer. Talvez por prazer, por prazer e por dinheiro também porque eu não sou santa né? Eu gosto de um dinheirinho a mais, sempre, claro (T8).

É pra ajudar na despesa, entendeu? Pra ajudar na despesa, porque só a aposentadoria não dá (T7).

Nada. Trabalho. (sobre o que sentiu falta quando aposentou) [...] é, tanto que fui abrir a loja, me arriscar a abrir uma loja do mesmo seguimento, pra mim não ficar parado. Que eu sempre gostei, sempre fui ativo. Não gosto de ficar parado (T2).

Olha, foram oportunidades que foram surgindo e no sentido de manter uma, uma atividade mental né? (T5).

Como se pode observar, apenas um dos trabalhadores apresenta o sustento material como razão central para a conservar-se no mercado de trabalho (formal ou informal). Ainda que a queda do padrão financeiro seja um problema de monta referido por parte destes trabalhadores, não é a essa motivação que os mesmos recorrem de imediato para explicar o fato de continuar trabalhando.

Entretanto, alia-se a estes sentimentos a frustração da expectativa de que a aposentadoria seria uma fase de desfrutar do conforto material conquistados por décadas de contribuição e labuta, com refrações objetivas e subjetivas para o aposentado, como na sua autoimagem, por exemplo. A quebra do poder aquisitivo dos proventos impacta não apenas o padrão de consumo como também o enfrentamento com o rebaixamento da sua força de trabalho enquanto mercadoria.

[...] Até porque, Conceição, depois que eu me aposentei algumas mudanças, mudanças no cenário que eu estava prevendo elas começaram a ocorrer né? Então, aquele cenário de Lava-jato, enfim, uma intensidade muito grande de combate a corrupção. E aí algumas fraudes sendo identificadas, isso de uma certa forma, me levou a, vamos dizer assim, a buscar uma ocupação que não fosse somente com esse cenário, entendeu? Era quase que uma distração, né? (Sobre as razões para continuar a trabalhar) [...] Embora eu realmente me deparei com um cenário econômico pior ainda do que o ambiente profissional. E eu até dizia pra alguns amigos, se puder permanecer, isso pode ser benéfico. Mas alguns diziam o seguinte: "mas o clima não dá mais

pra viver, né?" Então, houve uma desconstrução do modelo mental da organização muito grande" (T5).

[...] Eu me aposentei, eu recebo hoje três mil e trinta e cinco reais. [...]Não, não é. (suficiente) Eu tive que tirar minha mãe do plano de saúde com câncer e isso me traz uma culpa que eu carrego até hoje, né? É muito complicado. Porque, eu tenho plano até outubro por causa do PDV né?' (T6).

[...] Quem cuida do povo, médico ganhando cinco mil, a *Instituição me aposenta, o meu salário com tudo que eu fiz na vida e os anos de trabalho e pagamento eu ganho o que a mulher que serve café no fórum do Rio, ela ganha mais do que eu. Então, aposentadoria agora congelada por 15 anos pra quem cuida do povo brasileiro, é um assassinato em massa, é um extermínio de qualquer sonho deste país! Não abrem concurso, a criação do concurso público, tudo que eu segui e conheci na minha vida era pessoas comprometidas com código de prestar serviço, dispensada e fora do poder dos mandões. [...] (T4).

Ainda no plano subjetivo, há uma questão sensível cujo rebatimento tem sido indicado sobretudo entre os trabalhadores do ramo de trabalho intelectual: o medo da perda de status conferido pela aposentadoria.

"Não, em momento algum. Embora eu saiba que eu tenha colegas que quase que tiveram que ir pra psicanalista porque tinha medo de se aposentar [...] Então eu não me sinto constrangida não, mas eu percebo claramente que há um certo, vamos dizer assim, um certo... é, uma certa barreira pra quem é aposentado. Isso não me afeta não, mas eu percebo que existe isso sim". [...] O que eu quero dizer é que, talvez pra... eu vejo em algumas colegas minhas que se aposentaram também e que viveram a vida inteira trabalhando em universidade pública uma certa angústia naquele negócio que a gente falou da angústia da aposentadoria, de sentir discriminado, eu não me sinto, sabe porquê? [...] Então eu sou, eu tenho uma formação de professora universitária e ao mesmo tempo de professor da rede particular. Eu sei o que que é você ganhar uma miséria pra dar aula num curso livre, entendeu? Então isso me dá uma dimensão que eu vejo que outros colegas meus não tem. Eu vejo, eu tenho colegas que se formaram na universidade federal, numa universidade federal, fizeram concurso pra universidade federal, trabalharam novecentos anos em universidade federal e não conhecem nada, porque a universidade federal sempre te deu um salário um pouquinho menos ruim do que a iniciativa privada né? Então essas pessoas elas sentem muito mais, sentem muito mais o peso do status do professor universitário, de uma universidade pública do que eu, quer dizer, eu sei que tem um certo status você ser professor de uma universidade pública, sempre teve, talvez no futuro nem tenha mais. Mas isso pra mim é muito relativizado, porque eu sempre tive, eu sempre trabalhei na iniciativa privada a vida inteira. (...) eu sou menos afetada por essa introyção do status do professor universitário, entendeu? Que eu vejo que as pessoas têm muito "ah, fui professora universitária da *Instituição, da universidade de *Federal XX, da universidade da *Estadual XX", então o cara se sente assim muito, muito, vamos dizer a palavra certa: muito superior até, existe uma certa, um certo olhar de cima pra baixo, né? Eu nunca tive esse olhar de cima pra baixo e não me sinto, claro que eu gozo dos status que eu tenho, professora da *Instituição, eu gozo desse status, sem dúvida. Mas ele é bem mais relativizado do que eu vejo em muitos colegas meus aposentados, ou não (T8).

Sufrimento peculiar decorrente da legislação envolve os trabalhadores regidos pelo RGPS que se encontram licenciados por motivo de saúde quando é publicada a aposentadoria. Como já afirmamos, a aposentadoria não extingue o vínculo trabalhista, mas interrompe a licença médica posto que para a Previdência tais condições são excludentes. Dessa maneira, o trabalhador se vê obrigado a retornar à ativa. Entretanto, se o trabalhador se encontrava licenciado significa que fora considerado incapacitado para o trabalho naquele momento, seja pelo médico do trabalho ou perito do INSS. O trabalhador/aposentado é colocado em uma espécie de limbo, em forte condição de constrangimento. Mas, quando a aposentadoria foi buscada justamente no intuito de escapar do sofrimento esse desgaste é potencializado.

Olha, são vários fatores né? Na realidade a minha vida final agora né? Meu processo final pra aposentadoria eu tive assim ao longo do tempo um sofrimento grande com o meu trabalho, sabe? No período final, então, foram uma mistura de sensações. Uma de eu não querer mais voltar a trabalhar, de eu querer sumir, de eu ter a necessidade de continuar trabalhando porque você precisa né? Você tá em uma idade que você precisa, não tem como né? E, no momento, mesmo que eu queira largar o meu emprego, o meu empregador não me manda embora. Então eu tenho que obrigatoriamente cumprir o meu contrato de trabalho. No momento eles não me mandam embora. Entendeu? Mesmo que por conta de todo o sofrimento, por conta de todo o processo ao longo da minha trajetória, que eu tenha tido com eles grandes problemas, eu não consigo me dissociar deles. No momento eu tô afastada, eu não tô trabalhando, eu tô afastada. [...] Não tenho ideia. (*De quando vai sair definitivamente do emprego). Meu desespero era tão grande que eu pedi até pra fazer acordo, mas não aceitaram não. [...] Na verdade eu estava licenciada, mas aí geralmente as pessoas falam que demora uns 6 meses[...] Fiquei bem surpresa mesmo. Aí com isso eu tive até que voltar a trabalhar, porque na realidade, aposentada, o INSS não me paga então eu não poderia estar mais licenciada né? Então eu tive que voltar a trabalhar, aí foi um outro processo, porque na realidade eu não poderia voltar a trabalhar porque o médico não liberou. A própria médica do banco também não liberava, ninguém sabia o que fazer comigo. E aí minha médica me deu outro atestado e falou "você não pode voltar a trabalhar", aí me botou em casa de novo. Entendeu? Aí foi assim, meio conturbado, mas tá indo. Tá andando (T1).

A pesquisa também buscou saber como estes trabalhadores consideravam o impacto em sua saúde daquilo que experimentaram no processo de aposentadoria. Para essa averiguação foi pedido que o entrevistado informasse se considerava sua saúde *melhor*, *pior* ou *a mesma coisa* após a aposentaria, e que justificasse sua resposta. Em seguida perguntou-se se fazia relação entre seu estado de saúde com a aposentadoria.

Olha, com a idade né, porque eu nasci em 48, eu tenho setenta e dois anos, então com a idade você começa a ter, [não é possível identificar] junta tudo né? [não é possível identificar] mas não tem a ver com a aposentadoria não, tem a ver com a idade.[...] Eu não preciso fazer as coisas pensando que eu vou tirar licença ou que eu tenho que fazer nas férias, não, quer dizer, nesse sentido, da programação, de um programa de saúde eu tenho mais liberdade. Nesse sentido eu acho que a aposentadoria favoreceu (T8).

Na saúde não mudou em nada. Não tive, assim, como dizer, depressivo né? "Eu me aposentei e me senti diminuído", tem gente que tem isso né? [...] "Ao me aposentar, tô acabado". Não, ao contrário, me aposentei bem, continuei trabalhando. E, nada contra as pessoas se aposentam, acha que se aposentou acabou com a vida. Não! Eu continuo vivendo, minha meta é 94. Falta 20 ainda. Risos [...] Eu sou cardíaco, tenho dois infartos. Fui enfartado duas vezes. Infarto devido a problema da loja que eu te contei a historinha. Acabei falindo né? Foi um dos motivos que eu infartei, foi meu primeiro infarto. Fiquei dois meses no hospital de Laranjeiras infartado. Quando foi em 2013 eu tive o segundo infarto, mas aí já foi porque... sei lá, foi por aborrecimento, foi por problema de saúde mesmo. Não sei porque eu enfartei.[...] (trabalhador abriu uma loja do mesmo ramo quando aposentou e trabalhou em outras áreas) Não. A aposentadoria não influenciou em nada. Isso é devido a minha idade mesmo. Faz parte, você vai ficando velho vai ter, tem as deficiências. É da idade né? Você, a perna já não é mais a mesma. Eu acho que eu sou privilegiado da minha saúde. Eu não fumo e não bebo (T2).

[...] Eu sofri mais na minha luta do que quando eu me aposentei. Porque quando eu me aposentei eu já era doente de tanta luta da vida toda, você imagina, isto a minha vida pública de concursada da "Instituição" [...] Então eu posso lhe dizer, eu sou muito doente, sou diabética, cardiopata, tenho distúrbio de labirinto, caí, fraturei a bacia em três lugares, mas eu já estava aposentada quando eu me fraturei, mas fraturei porque escorreguei dentro do meu banheiro. Tenho três fissuras, depois caí e amassei uma vértebra, nada pela aposentadoria, tudo pelo país destruído. [...] (T4).

Embora refiram queda de sua saúde física, esses trabalhadores a atribuem à ação da idade, dos desgastes da vida, da crise financeira, das lutas enfrentadas, desabonando o processo de aposentadoria da gênese de seus adoecimentos. Em um dos casos, inclusive, a libertação do trabalho aparece como uma compensação que favorece ao cuidado da própria saúde, sem a regulação dos intervalos autorizados pelo exercício do ofício.

Tem um agravante né? Da doença da minha mãe. O convívio. Eu acho que, a pandemia também, eu não sei como é que você pode pesar isso, né [...] Tem o agravamento não por você se sentir incapacitado, você se pergunta também se eu fosse fazer uma entrevista, por exemplo, num "Instituição" o que que eu teria que omitir pra entrar, né? Porque eles olham que você tem trinta e quatro anos de carteira, de gerente, às vezes eu recebo convite no LinkedIn, mas o que que você precisaria omitir pra voltar ao mercado, vou dizer que eu não tenho LER? Vou fazer um exame admissional e a médica vai me esticar e eu vou fingir que o meu braço vai até lá em cima sem ir? Entendeu? Então eu acho assim, você vai carregar, eu vou carregar isso pra minha vida toda, a vida toda eu vou fazer fisioterapia, a vida toda eu acho que eu não vou conseguir deitar desse lado. Eu fiz uma besteira também de ter

torcido o joelho e não ter tirado licença porque a gerente tava de férias, e eu usava calça preta, imobilizante preto, ia mancando. Meu joelho é cirúrgico, o médico já falou. Então assim, quantas coisas eu deixei de cuidar da saúde, de marcar dentistas, de marcar médico, quantas coisas eu deixei de fazer pra tá lá dentro. E que hoje eu vou carregar isso pra vida (T6).

Olha, não sei se... não sei se, se teria uma relação né? Porque tá sendo muito, uma situação ímpar pra mim, então assim, a minha aposentadoria veio junto... fisicamente eu não tô bem. Fisicamente não, não tô bem né? Então assim, não fez bem, acredito que só vai piorar né, acredito que só vai piorar, se você não tiver uma ajuda vai piorar. [...] Antes dessa... antes da aposentadoria? Aí eu vou me remeter lá, antes desse processo que eu passei. Então eu vou lá atrás, bem lá atrás mesmo, na época que eu tava bem. Nossa, me sentia ativa! Me sentia útil! Sabe, minha cabeça funcionava bem. Eu não sentia as dores que eu sinto hoje em dia e que vim sentir de um período pra cá, de um longo período pra cá, tá? Eu tô falando de um período antes desse [não é possível identificar] problemas todos que venho sofrendo [não é possível identificar] (T1⁷¹).

Vendo a minha trajetória, ótima a sua pergunta porque eu também nunca tinha parado pra pensar nisso, mas eu acho que não, porque eu fiquei em uma ansiedade tremenda, agora menor, mas agora eu me sinto assim mais conformado. Mas eu fiquei em uma ansiedade tremenda, assim que eu saí, tanto é, um dado interessante, que eu faço terapia né? [...] É a mental, a mental sem dúvida porque essa busca de adrenalina né? É a continuidade mais a vontade de se sentir útil, né? Sim. Agora, a física foi uma, acho que foi uma quantidade, é, em decorrência do regime sim porque o regime apesar dessa pressão toda psicológica e tal, na parte física como me regravava mais na alimentação, eu tinha hora pra comer e tal. Eu, quando aposentei, me desregrou um pouco mais. [...] Na aposentadoria acabou que eu, minha saúde até piorou um pouquinho porque aí, o que que acontece... [...] tem jogo de futebol durante a semana, Maracanã, aí você vai lá, toma uma cervejinha, come um alimento né, não recomendado né, um salgadinho, num sei o quê e tal. Então, isso não acontecia antes porque, porque lá a bordo você não tem esse tipo de, então acaba que a minha saúde, se eu for olhar até a pandemia, ela piorou um pouquinho, [...] Então tudo controlado com remédio e deu uma pioradinha, então eu tive que aumentar uma dosezinha de um remédio, eu não tive que acrescentar remédio, mas tive que aumentar dose de um ou dois, então não tive assim uma piora significativa, mas tive uma piorazinha no, na minha saúde por conta dessa questão de acabar saindo no meio da semana de vez em quando né? E também passei a, naturalmente também, maior número de finais de semana em casa, né? Então, agora, tem esse lado da ansiedade, mas tem um lado bom também, é o lado que, o lado da ansiedade pra você voltar a trabalhar, voltar a ter alguma atividade laboral e tal. Mas, teve também um certo aconchego da família né [...] eu acho que a saúde mental ela afeta bastante né. Por tudo isso que já falei né, a ansiedade, a vontade que você tem de se sentir útil e produtivo, e tal (T9).

Eu diria pra você o seguinte, sabe: os desafios no campo da saúde aumentaram e muito. Eu também sempre busquei de uma certa forma atuar preventivamente, né? Então sempre, eu sempre me cuidava, desde 2006 que eu faço uma visita anual a uma geriatra né? Mas eu confesso pra você que, talvez, esse tenha sido assim, o meu maior desafio é me manter firme apesar de todas essas provocações aí. [...] É, emocionalmente eu acho que piorou né? A tolerância com tudo isso, aí já trazendo esse cenário mais atual (T5).

⁷¹ O trabalhador relata ter sofrido assédio moral.

Em tais descrições da própria situação de saúde são evidentes os sinais de impactos do processo de aposentadoria⁷², no bem-estar dos trabalhadores, mesmo quando estes sujeitos não sabem qualificá-los como tal. Note-se que apenas as duas últimas falas fazem relação entre a piora da saúde e a aposentadoria.

Ainda que todos os relatos apresentados refiram queda da saúde física e/ou mental ela aparece aos trabalhadores como relacionadas aos adventos mais imediatos. Resgatando afirmações feitas em capítulo anterior, a noção de adoecimento pela ausência do trabalho é ainda pouco explorada e a concepção de aposentadoria é dissociada do sentido e centralidade do trabalho do qual é culminância. Assim, por exemplo, as doenças próprias do envelhecimento perdem relação com o desgaste da máquina-corpo e são naturalizadas. E como já afirmamos, tomamos como denúncia do trabalho mortificado, danoso, alienado, os adoecimentos no e pelo trabalho que perduram no registro dos trabalhadores após a aposentadoria como relevantes para o presente estudo.

Entretanto, há os que refiram uma melhora na saúde após a aposentadoria em razão direta com o aumento do rendimento proporcionado por um segundo vínculo, posto que a restrição financeira era um elemento estressor.

Não, melhorou. Porque aquele, o que acontece? Eu... pensamento meu, se eu tenho um salário, minhas contas é maior do que eu ganho, eu vou ficar preocupado como é que eu vou cumprir com a minha obrigação. Agora não, agora eu tenho meu salário e falo "ó, nós podemos gastar mais tanto porque tem a aposentadoria, entendeu?" Então melhorou nesse sentido melhorou, entendeu? [...] É, tudo tem sim. Tem tudo. Tudo é um conjunto né? Tem sim. Eu, no momento, negócio de nervosismo mais assim, preocupação, graças a Deus eu não tenho. Porque eu faço todo o meu equilíbrio, eu sei o que, eu posso botar a mão até aqui, então, não tem problema de... Quando eu morava de aluguel, eu pagava o aluguel, a minha senhoria já guardava o dinheiro, sabia que eu ia pegar emprestado [não é possível identificar] dinheiro do aluguel. Quando eu chegava pra pedir a ela, ela falava assim "ah, já tá guardadinho seu dinheirinho lá", porque? Porque eu pagava o aluguel, eu pagava certinho. Mas daqui há uma semana eu tava pedindo a ela emprestado pra mim pagar, comprar as coisas. Eu procurava, eu deixava de pagar alguma coisa, mas eu pagava a ela, depois eu pegava com ela emprestado e assim ia. Sempre pagava tudo certinho (T7).

Mas cabe um destaque quanto a pandemia ainda em vigência no momento da

⁷² Importante lembrar que estamos trabalhando com a noção de processo de aposentadoria considerando o recorte que compreende desde o período de surgimento dos motivos para buscar a aposentadoria até o pós efetivação.

realização deste estudo como uma variável importante para esta auto avaliação de saúde. É preciso considerar que as entrevistas foram realizadas no período em que a pandemia e o isolamento social completavam um ano, em seu auge de óbitos, com uma crise social e política explícita em razão de sua gestão governamental, como já exposto em capítulo anterior. Inevitavelmente as determinações sobre a saúde destes trabalhadores se entrelaçam, dificultando o discernimento, tal como citado pelo trabalhador.

Eu tive a Covid. [...] Aí ficava sentado na janela quase que chorando de tristeza por não poder sair. Olhar pra rua, e fiquei vinte e poucos dias em casa sozinho [...] o meu filho que teve covid no início do ano passado. Eu tive em setembro, ele teve logo em fevereiro, janeiro. Ele teve covid. Então duas noites ele dormiu na fase braba mesmo. Como ele já tinha tido covid, ele dormiu aqui em casa duas vezes comigo. Nesse período. Aí depois eu melhorei, [não é possível identificar] os dois primeiros dias ainda ficou comigo aqui. Eu não aguentava pegar nem um, segurar nem o celular. Eu não aguentava segurar. Não sentia gosto, nem água eu conseguia beber. Teve que forçar a barra pra mim tomar, trazer comida pra mim, porque se dependesse de mim eu não comia. Tanto que em uma semana eu emagreci 5 kg e meio. É horrível, não desejo nem ao meu pior inimigo aquela covid. Porque é horrível. Horrível, horrível, horrível, você perde [não é possível identificar] dá vontade de você morrer, dá vontade de você se matar. Você não tem força para nada. [não é possível identificar] não tem força na perna para andar, é dor de cabeça, é você ficar tonto. Dor no peito, você não sabe se é infarto ou se é a dor. A covid é horrível. É horrível, é braba. Eu passei dessa fase já, mas continuo usando máscara, respeito e não desejo a ninguém pegar esse troço que é brabo. E graças a Deus não fiquei com, como é que se diz? Sequelas, né? [...] Eu fico calado o dia todo. 24 horas. Quando tem alguém pra falar, eu dou graças a Deus. Eu só desabafo. Solto a própria voz (T2).

Ano passado houve alteração porque quando começou logo esse negócio da pandemia em março de 2020, ano passado, a gente ficou muito, com muito medo e ficou muito em casa né? [...] Muito preso em casa. Até engordei um pouco. Quando foi em agosto eu fiquei um pouco assustada, tinha engordado uns quatro ou cinco quilos, sei lá o quê. Porque também durante esse tempo viu Conceição? Eu fui ao nutricionista, eu consegui perder quase vinte quilos de, vinte quilos, aí com essa coisa da pandemia eu cheguei a ganhar [não é possível identificar]. [...] Quer dizer, a pandemia ela leva ao sedentarismo, mas eu consegui combater esse sedentarismo com essa, com essas caminhadas, eu tô fazendo dieta séria de novo, enfim, a pandemia afeta nesse sentido. Às vezes dá uma certa angústia de você, a minha família, eu moro aqui em Teresópolis praticamente agora, o tempo todo em Teresópolis, e minha irmã, minhas sobrinhas, meus sobrinhos netos tão todos no Rio, eu sinto muita falta, enfim, mas a gente se fala pelo whatsapp, [...] é uma interação muito grande pela internet. Então eu não posso dizer que eu sinto angústia, porque eu tenha problemas, às vezes dá uma certa agonia, você não vê, quer ver a rua né? Quer ver gente e não pode [...] Já mais de um ano. Grande cruz. E as notícias né Conceição? Você fica assistindo televisão, morreram três mil, morreu quatro mil pessoas morreram. Isso vai também gerando uma certa, uma certa angústia. Mas nada que eu tenha que tomar ansiolítico, nada disso. [...] Eu tenho uma amiga que tá em Brasília que tá no hospital, já faz quase um mês, a gente achava que ela ia falecer, não faleceu. [...] Outras pessoas aqui em Teresópolis, uma conhecida nossa faleceu de

Covid, você tem notícias de muitas pessoas que morrem, isso afeta muito, inclusive, porque nessa idade que eu tô né, a gente já sabe que vai morrer também. Eu, por exemplo, tenho plena consciência que daqui há vinte anos eu, é o máximo que posso ainda desfrutar bem da vida. Então isso afeta, mexe um pouco né com a cabeça da gente. Mas nada que comprometa né? Mas que mexe, mexe (T8).

Piorou. [...]Então só piora, só piora, você não tem contato, ao mesmo tempo você fica com receio. Porque eu fiquei com receio um grande período né? Com medo, com receio, hoje em dia não tenho, mas não tem como a gente ficar parado, a gente precisa, a vida continua, né? Você tem que se arriscar, querendo ou não, com todas essas precauções que se tem, você tem que se cuidar, se tratar, mas tá um pouquinho bem pior, então assim eu não... Eu piorei né? Na pandemia eu piorei. Piorei, eu sinto muito mais as dores, eu sinto muito mais uma depressão porque eu fico só né? Muito embora não fique só literalmente porque tenho sempre, eles tão sempre comigo, eles não me deixam só. Mas assim, tu não faz nada. Fica sentada o dia inteiro, se deixar né? (T1).

O imperativo do distanciamento social para minimizar as oportunidades de contágio traduziu-se em muitos casos em isolamento, tendo como efeito colateral uma exacerbação do sentimento de solidão. O impacto dessa solidão faz, como vimos, seu registro no corpo e na saúde mental dos trabalhadores, mas se mostra também nas atividades cotidianas aparentemente mais banais como poder exercitar a fala.

Assim como nos relatos anteriores, o medo é presença certa entre as falas dos entrevistados

[...] Eu não abandonei minha terapia, ela tá sendo, e aliás, durante essa pandemia o único médico que eu mantenho. Único tratamento, digamos assim, que eu mantenho né? É a terapia porque ela é feita, primeiro é feita de maneira virtual né, e a única consulta que eu fiz, é que eu andei uns dias meio mal aqui de saúde e tal [...] eu fiz uma consulta por eu tá desconfiado, de poder ter pego covid né. Aí, mas os outros médicos que eu teria que voltar eu não vejo médico há um ano né, desde que começou lá a pandemia, mas de um ano, mas a terapia eu mantenho e acho que é importante pra mim. Ela é importante porque me fortalece. [...] Mas a saúde física ela acabou melhorando, mas aí, é consequência de eu ter uma saúde física muito ruim, porque eu me alimento mal, eu, enfim, eu não bebo de cair, mas bebo socialmente no final de semana, né? E tudo isso né, porque, aí na verdade, não eu tô confundindo as respostas. Porque essa questão aí, ela melhorou com a pandemia [...] É, ela melhorou, porque, por exemplo, eu gosto de sair tomar meu vinhozinho, meu chopp, a minha cerveja, somos três basicamente no final de semana e tal. Com a família ou com os amigos e fazia isso sempre. Que a gente sempre saia pra comer fora, uma coisa assim, isso acaba de certa forma mesmo como eu falei não bebo desregradamente, mas, agora eu não tô bebendo nada. Mas por causa da pandemia, não por causa da aposentadoria. [...] até por isso o meu medo né, eu não saio de jeito nenhum. Durante essa pandemia eu saí cinco vezes, de março do ano passado até agora porque eu tenho essas comorbidades todas que eu né, especialistas falam e mais um pouco né (T9).

[...] Tolerância diminuiu muito, há momentos assim de estresse, sabe? Que, por exemplo, isso aqui que eu tô fazendo agora né? O que podia ser uma

distração, tem hora que, sabe, fica inadequado porque, esse olhar focado, você vivendo em quatro paredes né? Então, você sai, máscara, você volta, toma banho, sabe? A família também ficou muito, muito preocupada com tudo isso, então, eu tenho duas pessoas com idade além dos oitenta anos, então a gente também trouxe mais essa preocupação, então não era somente você, mas era também com essas duas pessoas. [...] Eu, Conceição, realmente eu acho que a sua pesquisa fica um pouco prejudicado né? Porque você tem um elemento catalisador de problemas (T5).

Como se pode observar, a pandemia do coronavírus foi um grande atravessador das auto avaliações de saúde devido à sua gravidade e longa duração (em torno de um ano já havia transcorrido até o momento daquelas entrevistas), que era concomitantemente tempo de aposentadoria o qual se pedia para avaliar. Os relatos dão a dimensão do período aflitivo experimentado pelos aposentados frente à solidão, saudade, fragilidades, estresse, aos medos seja da doença, das perdas ou da própria finitude. Ademais, o distanciamento social tanto impôs práticas indesejáveis, como interrompeu hábitos e projetos que poderiam produzir bem-estar, com impactos inevitáveis sobre a saúde das pessoas. Entretanto, não se trata de avaliar tempos distintos, mas como foi enfrentar a pandemia estando aposentado.

3.4.3 A instituição é um CNPJ que é formado por CPFs” - A mágoa institucional.

Já no primeiro capítulo deste estudo apontávamos uma gama de sentimentos expressados pelos trabalhadores daquela experiência local que traduziam, na verdade, seu desconforto frente ao confronto entre os elementos reais do trabalho – sob a aparência de avaliações de desempenho, assédio moral, fragmentação da tarefa, hierarquização, metas, choque de valores entre gerações de trabalhadores, entre outros – e a idealização que faziam da instituição. A esse desconforto categorizamos ainda ali como “mágoa institucional”, conceito admitido pela equipe técnica para qualificar este tipo de sofrimento. A escuta dos sujeitos da presente pesquisa também nos permitiu apurar a presença destes elementos e reafirmar a mágoa institucional como categoria lógica, intelectual, na perspectiva lukacsiana, ou seja, a forma construída pela razão pela qual os trabalhadores explicam a imposição do sofrimento pela instituição que lhe fornece o sustento, a possibilidade de construir família, a dignidade, a cidadania, a rede de amigos, a realização pessoal, a vida – segundo o sentido do trabalho descrito por cada um.

Esta contradição parece ser resolvida atribuindo as opressões a pessoas,

sobretudo na condição de gestor ou mesmo ao “governo”. Essa personificação reproduzida pelos trabalhadores resguarda a imagem da instituição, ocultando os interesses de classe nela materializada. Vale lembrar que “os seres humanos, que produzem as relações sociais segundo a sua produção material, criam também as ideias, as categorias, isto é, as expressões abstratas ideais dessas mesmas relações sociais” (SOUZA, 2011, p.99).

Para identificar como os entrevistados compreendiam estes sofrimentos foi-lhes perguntado se guardavam alguma mágoa da instituição.

Não. Aí a pergunta muito importante, a *Instituição como instituição eu tenho orgulho de ter trabalhado. Agora, algumas pessoas conduzem muito mal a gestão da *Instituição, então essas pessoas sim, pessoas que eram carreiristas [...] é contra esses gestores que eu tenho, tenho mágoa né? Porque esses não tão querendo o bem da empresa, eles tão querendo o bem próprio, eles são carreiristas, eles tão preocupados em falar Amém sob qualquer condição ou pra garantir os próprios cargos ou pensando em ascensão de cargo. Então, esses sim. Agora a empresa não, a empresa é ótima. O que esses caras fazem, eles acham que tão fazendo muito pela empresa, e economia burra também, porque além de você tá falando em vida né, que não tem preço, mesmo assim qual seria a imagem? (T9).

A instituição... na realidade eu tenho da pessoa que trabalha para a instituição. Porque a instituição em si, ela me paga em dia, ela me dá meus benefícios. Mas a pessoa que trabalha em nome da instituição é que realmente; as pessoas esquecem que um dia ela pode estar no seu lugar, entendeu? E tenho sim, mas de pessoas que trabalham para a minha instituição (T1).

E na empresa isso aí que eu te falei. Não tem nada a reclamar da empresa, sempre gostei da empresa. Acho que é o seguinte, hoje em dia se você for um bom funcionário tá? Eu acho, minha opinião, se esse salário não tá me satisfazendo, não tá cobrindo minhas despesas, eu tenho que procurar minhas conveniências. E preparar, e buscar um outro emprego melhor que me atenda. A empresa me atendia, me satisfazia, eu tava satisfeito. E os colegas "pô, você é um puxa saco, você é isso, aquilo..." "Cara, eu não sou puxa-saco, só faço o meu serviço". Não é a minha função? Então eu vou fazer a minha vitrine, eu vou cuidar da minha loja, vou manter ela limpa. Que na época tinha constelação de letreiro, hoje não existe mais né? Mandar limpar meu letreiro, subia lá, botava a escada, subia com o rapaz da limpeza. Ajudava a limpar letreiro e tal. A calçada. O patrão passava e gostava de mim. Eu vou fazer o que? Eles não queriam fazer [não é possível identificar] aí era mandado embora. Num é? Aí foram vários que foram mandados embora, ficaram rodando por aí, e eu fiquei na minha. Ali, graças a Deus trabalhei na empresa, me aposentei. Nada a reclamar (T2).

Deu meu tempo, eu procurei o advogado eu aposentei até pelo advogado, porque se eu fosse pro INSS ia demorar mais ainda porque eles demoram. Aí ele falou "Ah, se você quiser eu lhe aposento, sendo que não vai ser o cem por cento", aí eu falei "mas, o senhor tem um mais ou menos uma noção de quanto vai ser? Aí ele falou "Te garanto que é mais do que você recebe no *Instituição". Por causa da outra empresa, que na outra empresa, como diz, eu ganhava bem porque eu tenho vinte anos no *Instituição, eu ainda não ganho, ó, eu também trabalhei quase dezoito anos na outra, é menos um pouquinho. Na outra eu não, eu ganhei, até agora com esses vinte anos que

eu vou fazer no *Instituição eu ainda não ganho, na mesma função, o que eu ganhava na outra empresa que era mercado também, era o *Instituição. No *Instituição entendeu? Mercado *Instituição. Até hoje não ganho o que eu ganhava lá [...] Não, eu mesmo não tenho nada contra a empresa não. A única coisa que a empresa não tem que poderia ter pra gente lá era um plano de saúde, mas não temos plano de saúde. Pela quantidade de funcionário que a empresa tem em geral, deveria ter mas não tem. Mas isso aí né, como não é obrigado a empresa faz se quiser. Infelizmente. Só isso. [...] Eu só acharia que o governo tinha que olhar mais pros aposentados. E dar uma remuneração melhor, entendeu? Eles poderiam dar uma remuneração melhor, só isso. Mas assim, constrangido mesmo não (T7).

Então como eu tava lhe dizendo, a *Instituição era uma empresa que desenvolvia em seus funcionários um sentimento nacionalista muito forte né? Ou seja, desenvolvimento do país e *Instituição, eram quase que sinônimos né? [...] Olha, da instituição não. Porque eu digo o seguinte quem é a instituição? A instituição é um CNPJ que é formado por CPFs, né? Então, nos últimos tempos, esses CPFs fizeram, deram um novo sentido à companhia. [...] a sociedade ela de alguma forma, ela passou por um processo de transformação muito abrupto né? Nos últimos quinze anos ela vinha, a gente não, não percebendo, mas de repente a demanda, ela fez com que as pessoas se brutalizassem né? E o relacionamento humano ficou secundário. Então, isso ficou cada um por si, né? E de uma forma assim, por exemplo, né, que eu tô querendo dizer com tudo isso? Quando eu entrei na companhia, é óbvio que a renda, o salário tinha um significado, havia um conjunto de complementos, como te disse, você tinha um investimento, embora você... a sociedade não reconhece, nunca reconhece isso, tinha um investimento de nossa parte no futuro de aposentadoria, né? Você tinha um plano de saúde que você co-participa, né? Então tem uma parcela né? Então essas coisas, nos parecia que era uma construção né? De longo prazo. Então você vivia o longo prazo o tempo inteiro. Essa nova geração, ela, o longo prazo não existe, só existe o curto quiçá o médio prazo, né? Então ocorreram algumas mudanças no sistema de cargos e salários que eu acho que tornou assim, muito, muito evidenciado no sistema capitalista. Então as pessoas viviam na busca de salários melhores, e a empresa também vivia na busca de oferecer melhores dividendos. Então isso de uma certa forma, criou um ambiente muito selvagem na minha visão né?" (T5).

Ainda nessa mesma perspectiva, a afirmação de Barreto (2011, p.228) quanto à relevância da vivência no trabalho, na produção do sujeito, assume um peso decisivo, em particular nas circunstâncias experimentadas pelos trabalhadores como assédio moral, sobre o qual a autora ressalta que se trata de “uma questão iminentemente organizacional e não um conflito pontual entre homens e mulheres em suas relações laborais”. Tais afirmações se nutrem nos seguintes relatos dando origem à mágoa institucional:

Era fácil vender o *Instituição, era fácil vender o *Instituição, "vem pra cá porque é um banco estruturado". Era fácil vender uma grande empresa, tá ali, naquele convívio tanto com colegas quanto com clientes. [...] No último ano eu tive uma gestora um pouco assediadora, foi o motivo de eu ter saído de licença, por pânico. [...] Então a gente teve alguns problemas de relacionamento, ela chegou a me trancar numa sala de reunião. Um cliente fez uma reclamação da postura dela, e como o cliente era da minha carteira,

o diretor da *Grande Empresa, ela falou que o que o cliente tava escrevendo no SAC era como se fosse as minhas palavras, ai ela trancou a porta e falou que não ia transferir um problema pra uma outra agência. Isso foi em uma sexta feira, passei o pior final de semana da minha vida. "Eu não sei o que eu vou fazer com você, o SAC tá aqui", me deu o papel, "eu só posso te mandar embora. Até segunda-feira eu vou ver o que que eu vou fazer com você, que eu não vou transferir um problema", e esse foi o gatilho pra eu começar com a síndrome do pânico de não querer voltar pra lá, né? Então, isso foi bem assustador pra mim. [...] Eu passei mal no dia, a primeira vez que eu tive a crise do pânico foi num final de mês, a gerente tinha voltado de férias, então nas férias dela que eu cobria, eu batia meta, eu batia meta da minha carteira, e fiquei como gerente geral, então eu ocupei praticamente dois cargos né? E no mês seguinte que ela voltou, eu não consegui alcançar aquela meta. Então em onze anos, um mês eu não consegui [...] Aí ela deu uma reunião, que foi assim "ah, porque lá fora tem um monte de gente que tem três faculdades, tá mais preparado que vocês, que falam tantas línguas, tem pessoas com sangue novo, sangue nos olhos querendo o cargo de vocês", então aquilo pra mim, em trinta e tantos anos de empresa, de carreira bancária sem bater a meta pra mim foi horrível. Aí eu cheguei na agência no dia trinta, não consegui alcançar aquela meta, comecei a passar mal, achei que eu tava infartando. E como era final de mês, ela, a copeira falou assim "a *T6 tá passando mal, ela tá no banheiro chorando e tá com taquicardia", ela falou assim "eu não posso tirar ninguém pra socorrer ela, que hoje é o último dia do mês", dia 30 era o último dia do mês [...] A copeira, ela tirou a roupa, ela tirou o uniforme dela, trocou a roupa e falou assim "eu vou levar ela na emergência", aí eu vim pro hospital, quer dizer, eu tava passando mal, poderia ser um infarto ou não, mas ela não podia tirar ninguém pra me socorrer e nem ela própria. Isso ficou muito marcado. Então assim, o banco é número, o ser humano não é nada lá dentro, né?(Choro) [...]Ah, nossa... Tenho. A mágoa é quando você, quando você denuncia um assédio e o diretor não acredita em você, né? Porque aquela gerente geral era mais importante né? Tem um cargo elevado, é mais importante que você. Então, precisou ele fazer uma, depois que aconteceu esse assédio que eu tive a primeira licença de trinta dias de pânico, precisou eu voltar, ele fazer um portas abertas que ele fez na agência e ele ouvir outros funcionários, e entender o que que ela tava fazendo com as outras pessoas também [...] (T6).

Olha, é como eu falei pra você, essa parte que aconteceu comigo mudou muito a minha maneira de ver as coisas. Não é que eu sou infeliz, tá? Não é, não se torna isso. Mas é como se tivesse um vazio ainda a ser preenchido que seria a verdade. E, não vou dizer que seria com a verdade que isso aí iria preencher todo esse vazio. Porque? Porque quando você tira alguma coisa pra você encher tudo novamente daquilo que você teve durante anos e foi desgastando, eu acho meio difícil. Você preencher aquilo que você tinha durante muitos anos e as pessoas foram mudando até mesmo a sua maneira de ver as pessoas. Tanto é que hoje, se você falar assim "*T3 você acredita nas pessoas?" "Não, não acredito". Eu lido com as pessoas sempre desconfiando, não acreditando, sempre pensando lá na frente. Mas o povo fala "Ô *T3 não pode ser assim", e eu falo mas é assim que me fizeram, me tornaram, infelizmente. [...] Então é um descaso com a dor, o problema do seu sindicalizado. E o sindicato eu posso dizer isso com todas as letras, com todas as certezas que é um descaso. [...] Os caras não tão preocupados, porque? Porque o cara vai se aposentar, ele vai se aposentar vou me meter numa briga dessas porquê? Então eles não têm interesse, se o cara depois se aposentar, o que que vai acontecer com ele, com isso daí. [...]Então eu vejo muito isso aí, o grande problema hoje da parte de saúde em relação ao assédio moral, a perseguição dentro de empresa, que existem toda empresa, é o descaso dos sindicatos.[...] (T3).

Observações importantes provocadas por esses relatos anteriores são, em primeiro lugar, que se o assédio moral é uma estratégia mais recente do capital para a gestão do trabalho, o antigo e estrutural recurso do exército industrial de reserva é sua munição. Dessa forma, o constrangimento à resistência de classe dos trabalhadores apenas se reatualiza. O segundo destaque fica por conta do papel dos sindicatos frente ao enfrentamento ao assédio moral, sem que aqui se esteja entrando em mérito quanto ao caso em tela, uma vez que, como já afirmamos, a caracterização do assédio moral requer uma complexa análise. Todavia, se esse não é um conflito interpessoal, mas uma arma do capital para avançar na correlação de forças da luta de classes, e tem como agentes o segmento dos gestores, o sujeito coletivo legitimado para fazer frente a esta ofensiva pelos trabalhadores ainda são os sindicatos.

No que se refere à personificação presente na concepção dos trabalhadores quanto aos constrangimentos impetrados pela gestão capitalista do trabalho, as contribuições de Heller (1992) nos ajudam a compreender este fenômeno ao asseverar que os homens vivem imersos na cotidianidade, que não é alienada de *per si*, mas assume essa condição de forma exacerbada no capitalismo onde se alarga o hiato entre o desenvolvimento humano-genérico e a as possibilidades reais de desenvolvimento dos homens singulares.

As limitações para transcender o imediato impõem sofrimento aos trabalhadores posto que só podem apanhar as explicações no plano das relações interpessoais, na facticidade, resultando no que vimos considerando adoecimento.

Desse modo, a mágoa institucional se apresenta como um “guarda-chuva” que abriga uma diversidade de sofrimentos/mágoas, por vezes irreversíveis, que se expressam na forma de sentimento de nulidade, desesperança, queda de rendimento, agonias e, inclusive, ideações suicidas (BARRETO, 2011). Parece-nos procedente dizer que aquilo que qualificamos como mágoa institucional, por sua natureza, apareça para os trabalhadores como mágoa interpessoal.

3.5 “Você tem essa fantasia que você vai pra piscina, vai viajar, vai curtir...” – O sentido da aposentadoria.

Este estudo vem se debruçando sobre a existência de sofrimento pela aposentadoria, em sua significância de ausência do trabalho. Nesse sentido, estes

elementos, trabalho e aposentadoria, se apresentam como faces opostas da medalha, tornando crucial apreender o sentido que a aposentadoria assume para esses trabalhadores. Entendemos ser procedente examinar tal concepção após transcorrer pelas mediações anteriores de modo que o sentido da aposentadoria possa ser visto como resultante desses condicionantes.

Para tal compreensão, a exemplo do sentido do trabalho, a investigação partiu de duas perguntas articuladas: uma mais concreta (*O que a aposentadoria te propiciou?*); e outra mais no campo da concepção (*Qual o sentido da aposentadoria para você?*). Essas indagações também favoreceram que o aposentado pudesse fazer uma confrontação entre sua idealização e a experiência objetiva de aposentadoria, que por vezes vão aparecer em algumas falas. Entretanto, afirmações sobre o tema surgidos ao longo das entrevistas também foram destacados aqui.

É, é o que eu já falei, o sentido da aposentadoria é que você tem mais assim, como eu posso lhe dizer assim, de ter mais condições financeiras, assim, ajuda mais pra você querer comprar alguma coisa, você tem, você querer passear nas férias, você quer ir viajar pra algum lugar, você... é só você ir se controlando durante o ano que vai sobrar que dá pra você ir viajar. Entendeu? (T773).

É um objetivo que você alcança, que dá uma certa tranquilidade. Você conseguiu um objetivo, certo? Te dá tranquilidade, você "poxa, eu tenho que trabalhar mais dois anos pra aposentar". Se eu for mandado embora, então como é que eu vou fazer? Então a aposentadoria te dá uma garantia, que você vai ter, por mínimo que seja, você tem um salário mínimo garantido que pode ser até um salário mínimo, mas você tem um salário, você conta com aquilo. Você tem que aprender a conviver com aquilo que Deus te permite, se é um salário que é 1.100 você tem que aprender a conviver com 1.100. Se é com 3.000 tem que aprender com 3.000, se é 10.000 você tem que aprender a conviver com os 10.000, não pode passar para 11, correto? Você pode gastar, para o gasto, desde que não te faça falta. Tem que aprender a conviver, tudo da gente você consegue viver. Mesmo você vê, eu vejo aí pessoas que ganham salário mínimo com mulher e dois filhos. Gente, como é que o cara consegue? Ele vai dar o jeito dele. Dá, come um arroz, um feijão, um dia, no outro come só feijão. Ou arroz puro, o cara tem que dar um jeito. Mas a pessoa tem que aprender a conviver. Entendeu? No dia que você puder comer bacalhau, você come bacalhau. No dia que tu não pode, tu come sardinha (T2).

Nos relatos acima a aposentadoria aparece com um sentido positivo, como signo de segurança financeira, ou seja, o sentido da aposentadoria não extrapola o sentido elementar do trabalho como subsistência, renunciando a dimensão de seu

⁷³ O trabalhador aposentou para acumular o provento com salário.

enriquecimento enquanto ser social em razão do grau de (in)consciência de classe. Assume, por isso mesmo, o discurso moral da adequação à insuficiência de renda à medida em que atribui ao trabalhador individual a tarefa do viver do mínimo, sublinhada pelo conformismo e justificada como vontade divina em um dos casos.

Por enquanto só desconforto. Só incerteza né? [...] Agora tem uma coisa, Conceição, que é a aposentadoria me trouxe né? Que é um pouco mais de tempo com a minha família, sem dúvida nenhuma. [...]

Olha, é um pouco de mel, sabe? [...] Do mel. Mel, né? Então, você vive a vida inteira preenchendo lá os folizinhos, e aí você se aposenta, e pensa "pô, agora eu vou provar de todo o meu mel", mas é, agora realmente, pra isso você tem que pensar nisso, né? Você tem que construir, não vai acontecer por acaso, e nem vai ser de graça. Agora o equilíbrio também é uma questão assim fundamental né? Porque a gente vivia sempre com aquelas, com aquela estatística "Olha o cara se aposenta só vive uns dois, três anos, depois ele morre, né? Essa era uma, vamos dizer, uma estatística meia assombrosa, mas tem a ver um pouquinho com a sua forma de ser, com a qualidade do seu ser, né? Então, é uma pena que a humanidade esteja atravessando esse momento bastante nefasto aí né? [...] Não. Não porque, primeiro porque quando a gente se identifica como tal, tá assim inserido um orgulho por ter chegado até a essa idade, né? E ter trabalhado na empresa que foi a *Instituição né? (T5).

Nesse caso a aposentadoria aparece marcada pela insegurança gerada pelas expectativas criadas e pelo medo do que só se conhece pelo senso comum. O sentido da aposentadoria é caracterizado como um processo de construção ao longo dos tempos cujo produto é idílico, talvez por isso o sentimento de incerteza quanto a sua materialização. Entretanto, esta concepção ainda não supera a dimensão individualizada onde a qualidade da aposentadoria está determinada pela "qualidade do seu ser".

O sentido da aposentadoria é aquilo que eu ainda não atingi, é o que eu pretendo atingir. Que é o descanso né? Eu acho que é o descanso, e uma outra coisa também que é impagável, a capacidade do ser humano de praticamente discernir sua própria vida, [...] Essa liberdade "ah, agora eu quero abrir um livro e ler", essa liberdade que eu acho impagável na aposentadoria. Eu acho que, agora, eu tenho que ter muito cuidado também, porque eu acho que a ociosidade total ela pode ser nociva, não só fisicamente, não só, fisicamente ela é uma relação assim praticamente direta né? Mas, psicologicamente a pessoa começa, ou seja, a sentir angústia, a poder ter, sentir angústia, depende de pessoa pra pessoa. Mas ela corre mais risco de sentir uma angústia, de começar a ter alguma crise psicológica e tal. Então eu acho que é importante a pessoa ter uma, uma ocupação né. Um ócio criativo né? Pra mente ficar ocupada. Mas, o mais importante, voltando à pergunta é a liberdade de discernir sobre a própria vida. Fazer o que quiser, no momento em que quiser. [...] Pena que eu ainda não consegui (T9).

Aqui as projeções idílicas quanto à aposentadoria também comparecem a

medida em que negam as determinações sócio-históricas que as condicionam, que a própria realidade do trabalhador lhe apresentou. O medo do impacto da aposentadoria na saúde é também referido, conferindo certa ambiguidade quanto ao seu sentido.

A aposentadoria me proporcionou usufruir dessas coisas todas que eu conquistei com o meu trabalho, a liberdade. E o direito a, basicamente, o direito a usufruir do meu trabalho. É como se você tivesse trabalhado a vida inteira pra merecer isso né? [...] O sentido da aposentadoria é a conquista do seu trabalho, do que você pode usufruir do seu trabalho. A aposentadoria é, é você poder continuar servindo de uma outra forma, entendeu? E a aposentadoria tá muito ligada a questão da idade né? Da experiência, do saber, de você poder compartilhar isso com as gerações mais, os meus sobrinhos netos, com a geração mais nova. De você poder se doar um pouco mais do que você fez a vida inteira pra essas gerações que te sucedem né? (T8).

O sentido da minha aposentadoria? É que a universidade, por um lado, quer dar descanso a quem trabalhou tantos anos, por outro lado quer abrir espaço para novas gerações, o que é correto e normal. Por outro lado, se o aposentado teve uma vida normal, bonita, convivendo com gente do bem como eu convivi, aposentadoria seria um descanso. Pra mim que sou muito doente desde que eu tava na ativa, eu tenho a alegria dos estudantes fazerem brincadeira comigo. [...] Aposentadoria pra mim é como um bonito filme onde você vai escolher as flores do seu jardim. Eu vivi com essa turma jovem que me dá alento e me faz ter prazer de viver, eu vou me embora e eles tão aí, nada foi perdido porque este pessoal não vai se entregar a Nelson Cavaquinho, a história da humanidade é a luta entre o bem e o mal. E o Nelson Cavaquinho morreu, "quero ter olhos pra ver a maldade desaparecer". Eu conheço milhares de pessoas que cantam isso, Conceição. Então a aposentadoria pra mim é eu ir morrendo devargazinho olhando esses jovens que estarão lutando tudo que eu lutei, ganhei e perdi. Eles também ganharão e perderão, vai ter muita gente ruim, vai ter muito miliciano, mas tem seres humanos que vão continuar a luta pelo bem. Isto eu como antropóloga não tenho qualquer dúvida que enquanto existir um ser humano do bem o mundo não se acaba. A minha aposentadoria é de reflexão, brincadeira com meus ex alunos, recebê-los em casa, todos doidos pra passar a pandemia pra fazer os oitenta anos meus, olha só o que que é aposentadoria pra mim. É refletir sobre os tempos todos, sobre o bem, sobre o mal e aí isso me acalenta. Não tenho raiva de ninguém. Se eu nascesse dez vezes, fazia a mesma coisa (T4).

Neste bloco de relatos o sentido da aposentadoria surge como culminância de uma trajetória de trabalho e usufruto do que foi construído. Pode-se vislumbrar uma breve tangência ao caráter de mérito, mas apresenta forte presença da perspectiva de trocas e contribuição com novas gerações e o exercício de um novo papel social. Obviamente, tal expectativa também tem contornos idealizados, que carecem de confronto com a construção de condições reais, sobretudo porque dependem da disponibilidade de terceiros.

Contudo, situação peculiar se encontra nos relatos que se seguem quanto ao

que se tornou o sentido da aposentadoria para os trabalhadores que descrevem terem sofrido assédio moral. Evidencia-se uma falta de idealização para a própria aposentadoria, restringindo o prazer à libertação do sofrimento, ou mesmo se referindo a este gozo apenas de forma hipotética.

Então, assim, eu me senti, na realidade eu me senti livre. Nem que seja momentaneamente, por esse período pequeno, mas eu me senti assim, sabe? Com prazer de me sentir livre. De não ter aquela obrigatoriedade de me manter com sentimento de estar infeliz aonde eu estava. Então, assim, na realidade, quando me aposentei eu me senti livre. Sabe? Me senti, fiquei feliz de me sentir livre. Eu achei que nesse momento assim, "nossa, vai ficar pra trás esse sofrimento, daqui pra lá, chega. Eu tenho que virar essa página". Uma coisa que eu amava tanto fazer, hoje em dia eu não consigo me ver mais lá, então assim, quando saiu a aposentadoria eu me senti livre. Eu me senti, sabe aquela coisa de "ai meu Deus, eu vou me ver livre". Então a aposentadoria pra mim foi isso. Agora financeiramente, eu sei que eu vou sentir um impacto, né? Como ainda tá muito recente, eu tô vivendo algumas coisinhas, alguns detalhezinhos da minha vida, mudei, sabe? Então a coisa tá meio mexida ainda, mas eu sei que financeiramente tem o impacto. Eu vou sentir esse impacto. Com certeza. [...] É. Você, quando fala assim "tá aposentado, iiii, serve pra mais nada". Exatamente isso. Tá aposentado? Não serve pra mais nada. Mais ou menos isso mesmo (T1).

Olha, sinceramente, só a parte financeira não foi legal, né? Porque eu não consegui chegar aquele patamar, você acaba tendo que mudar a sua vida. Cancelar plano, telefone, reduzir, voltar, ficar né naquela, não ter mais aquele status que você tinha né? Você reduz muita coisa. Eu acho que só a tranquilidade de não ter aquela, aquele pânico de ir pro trabalho e ter que bater aquelas metas em si. [...] Olha, eu achava que eu ia conseguir um teto legal, que eu ia ter paz pra pagar minhas contas, né?. Você não faz aquele cálculo quando você tá ganhando oito, nove mil reais que o seu salário vai cair pra quatro ou pra três, como é que vai ser sua vida né? Você tem essa fantasia que você vai pra piscina, vai viajar, vai curtir, a ficha não cai né? Você tem que ter aquela reserva. Eu acho que é só a comodidade né, de ter aquela grana fixa, algumas pessoas continuam trabalhando, eu não voltei. E pra algumas pessoas, pra quem continua trabalhando é uma complementação né, é aquele valor de segurança e continuar trabalhando é uma complementação. Mas eu acho que ela é uma falsa segurança, né? Eu vejo algumas pessoas voltando a trabalhar e falar "cara, não tá dando a aposentadoria", até você receber aquele choque, você não entende o que que é aquilo (T6).

Olha, numa situação normal é você desfrutar daquilo que você obteve durante anos e anos de trabalho, você desfrutar desse trabalho que você teve, que seja de 25 anos de trabalho, que seja de 30, de 35, de acordo com o tipo de aposentadoria que cada um tem. É você desfrutar dessa aposentadoria (T374).

Ainda que este estudo não se proponha a fazer uma comparação entre as categorias profissionais contempladas no universo da pesquisa, algumas

⁷⁴ O trabalhador foi aposentado por invalidez.

particularidades são dignas de nota. Observa-se que os trabalhadores de formação e cargo mais elementares referem um sentido da aposentadoria mais pragmático, concreto, ligado à subsistência, enquanto os profissionais vinculados ao trabalho intelectual referem um sentido da aposentadoria mais idealista. Talvez esse elemento possa nos oferecer atalhos para compreender o papel da educação formal na possibilidade de os trabalhadores produzirem descolamentos da cotidianidade para tangenciar a dimensão humano-genérico.

De todo modo, esse paralelo ilustra com tamanha limpidez a dicotomia educacional (SANTOS, 2017) tratada em capítulo anterior, ao passo que cada nível de escolaridade corresponde a um grau de elitização de acesso, transitando entre gradientes da profissionalização (também estratificada em complexidade e acesso), e das formas superiores da práxis sociocultural (ANTUNES, 2009) que permite (ou não) aos sujeitos abstrair da concretude.

Entretanto, para os trabalhadores que referem experiências de intenso sofrimento motivado por violência no trabalho, independente de categoria profissional, o sentido da aposentadoria fica fortemente condicionado por estes eventos, perdurando independente do tempo de aposentadoria, perpetuando aquele sofrimento na história do trabalhador. Pois, como já afirmamos em outro capítulo, se o trabalho atua como princípio educativo e o assédio moral se utiliza das características pessoais do assediado – personalidade segundo Souza (2011) –, para se materializar tal experiência maximiza o sentimento de menos valia do trabalhador aposentado, já banalizada frente à sensação de mercadoria “gasta”, como verbalizado no depoimento anterior: “Tá aposentado? Não serve pra mais nada”.

Reafirmando: é no real do mundo social que a subjetividade do trabalhador é talhada. Como se pode observar, o alívio de se ver livre daqueles constrangimentos suplantam até mesmo as graves restrições financeiras impostas pela saída precoce (para a previdência social) do trabalho, e assim o sofrimento segue sua primazia no sentido da aposentadoria.

3.6 Pra não dizer que não falei das flores, Rosas, Margaridas...

Ainda que não seja objeto desta tese as refrações de gênero no sofrimento pela aposentadoria, pelas razões já expostas, apresentam-se a seguir um breve perfil e alguns achados da pesquisa que desafiam algumas considerações oferecidas em

capítulos anteriores, como se poderá notar.

Das 04 mulheres entrevistadas, 02 são mães, mas não fizeram qualquer alusão espontânea ao papel de cuidadora. Ao contrário, uma delas mencionou ser cuidada. Uma terceira referiu cuidar de ascendente. Nenhuma das mulheres informou ter por projeto de aposentadoria o cuidado com sua família.

Ainda que não houvesse perguntas específicas sobre estas questões, não foi mencionado por nenhuma das entrevistadas alguma dificuldade ou problema pelo “retorno” à esfera privada da casa.

Da mesma forma, não houve qualquer menção a sofrimentos experimentados no trabalho em razão da condição feminina. Entretanto, 02 das mulheres ouvidas referem ter sofrido assédio moral.

Do ponto de vista salarial, 02 delas estavam incluídas entre os maiores salários do grupo e outra delas não temos informação a respeito. Por outro lado, 02 mulheres estão entre aqueles que tiveram maiores perdas financeiras ao se aposentar.

No que se refere à educação formal, somente 01 das participantes não cursou o nível superior e 01 tem a maior titulação entre os entrevistados.

Das 04 mulheres ouvidas, 02 não voltaram a trabalhar após a aposentadoria, 01 realiza trabalhos esporádicos e sem vínculo, e 01 aguarda demissão por ser contratada pelo regime de CLT, não tendo, portanto, o vínculo extinto automaticamente. A avaliação desses dados, mediados pelo sentido do trabalho e da aposentadoria – tanto histórico, quanto o pessoal –, e da vivência de sofrimentos pelo processo de aposentadoria ficam aqui como provocação para outros estudos.

Tratar essa temática exige se dedicar a examinar, por exemplo, a possível ocorrência da histórica culpa pela ausência na esfera doméstica no período de trabalho fruto do conflito entre a dupla jornada designada à mulher na divisão sexual do trabalho; identificar se as trabalhadoras terceirizaram os cuidados com os filhos à outras mulheres frente ao intenso consumo pelo trabalho e se este fato foi gerador de sofrimento; se de fato não causou estranheza e sofrimento o retorno à esfera privada da casa ou se a dupla jornada produz um duplo projeto pós-carreira; ou se a ausência do trabalho esvazia o sentido da vida para aquelas que optaram por não vivenciar a maternidade; em que se diferencia o sofrimento pelo processo de aposentadoria entre homens e mulheres; entre outros.

São inúmeras as mediações possíveis para compreender as particularidades de gênero frente a ausência de trabalho pela aposentadoria, que esperamos tenham

sido sinalizadas neste estudo.

3.7 Outras notas

Como informado no início desta sessão, 06 dos entrevistados continuaram a trabalhar após aposentadoria, sendo 02 deles mantidos pela empresa contratante e 04 em trabalhos eventuais. Chamou-nos a atenção o fato de que nenhum desses referiu ter sido rejeitado pelo mercado em razão da idade, quando apenas um deles tem idade inferior a 60 anos, contrariando, num exame superficial, o que afirma o IBGE (2017) quanto à discriminação na empregabilidade dos idosos em razão de serem considerados uma mão de obra mais cara e menos produtiva. Entretanto, a descrição de um dos trabalhadores é bastante elucidativa quanto à adaptabilidade do capital a respeito:

[...] mas até que teve uma empresa de Niterói, que falou, aceitou todas as condições que eu queria, até porque eles eram, era muito livre, era uma coisa de freelancer. Então ficava bom pra eles, porque não tinha um custo né? E ficava bom pra mim, quer dizer, eu não dependia mais de INSS, já tava aposentado pelo INSS. Eu não dependia de ter um plano de saúde, porque a *Instituição mantém na nossa aposentadoria um plano que é bom. Então juntou a fome com a vontade de comer. [não é possível identificar], "eu faço o seguinte, eu trabalho por demanda, tenho trabalho eu te chamo, se te interessar, beleza. Se não, eu chamo outro e assim vai. Eu vou te chamando". Eu falei "ótimo", então eu fiz alguns trabalhos em 2018, né? Eu tinha um amigo lá nessa empresa e tal. Eu fui conversar lá com, num sei se era o gerente ou dono, sei lá, e tal e a gente se acertou assim. Então eu fiquei fazendo, eram coisas que eu gostava de fazer e tal (T9).

O trecho descrito evidencia que quando o capital investe neste segmento busca realizar a compra da força de trabalho sem direitos, a custo mais baixo na medida em que suprime o salário indireto, de acordo com sua demanda e ainda sem gastos com formação porque já é especializada. Ou seja, absolutamente flexível. Se considerarmos as análises do IBGE (2016) e CEPAL (2018) aqui se ilustra a precarização do trabalho da população madura.

Evidentemente, um exame mais criterioso dessa aparente contraposição acima aludida, implicaria em considerar ainda as desigualdades regionais de acesso ao trabalho e à escolaridade, especialização da mão de obra implicada, área da economia em que o trabalhador tem conhecimento, entre outras variáveis.

Um outro fato digno de nota que tem se verificado entre parte dos trabalhadores

que se aposentam também se registrou entre o grupo de trabalhadores ouvidos pela pesquisa: o exercício da militância⁷⁵. No grupo em questão, foi informado 02 integrantes de diretoria de sindicato, e outros participantes de Grupos de Trabalho e/ou Comissão de assuntos interesse de suas categorias ou de grupos sociais organizados.

É imperioso destacar a fundamental e necessária contribuição dos trabalhadores aposentados nos espaços decisórios da atividade sindical, não apenas porque a aposentadoria não extingue seu pertencimento à classe trabalhadora, mas porque é essa organicidade que poderá favorecer a ampliação do escopo da atividade sindical aos interesses deste segmento para além das ações de cunho reparador (plano de saúde, descontos em medicamentos, ações judiciais, e outros), ou de lazer. Entretanto, para o objetivo central deste estudo importa saber o sentido que assume essa militância.

Segundo relato dos trabalhadores a militância ocupa um significativo tempo e lugar em suas vidas pós aposentadoria, inclusive daqueles que continuaram a trabalhar contínua ou esporadicamente.

A pesquisa revelou que aqueles que têm o sindicato como espaço de militância referem um sentido da aposentadoria positivo. Contudo, é importante acrescentar alguns elementos a essa avaliação.

Dentre os sindicalistas ouvidos, um continua a trabalhar na mesma empresa após ter se aposentado, não tendo ainda experimentado, portanto, a ausência do trabalho e tudo que ele comporta. No caso do outro trabalhador é relevante saber que o sindicato está sediado no próprio local onde era exercido a atividade laboral.

Para compreender a aproximação dos sujeitos da pesquisa com os sindicatos perguntou-se aos trabalhadores sobre seu histórico de participação em suas entidades. Aqui destacamos os relatos dos sindicalistas:

Não, eu, quer dizer, eu fui eleita, nossa chapa foi eleita em outubro de... acho que eu já tava aposentada. Me aposentei em janeiro de 2020, nós fomos eleitos, é nós fomos eleitos, acho que foi em 2019. Não, foi 2020, é. Por aí.

⁷⁵ Vale fazer uma ressalva quanto a distinção entre militância e voluntariado. Nesse último, a adesão do sujeito, em geral, se dá de forma superficial, sem articulação orgânica com os objetivos da instituição, reduzida à execução de tarefas e visa “ocupar” o tempo para sanar a culpa ou constrangimento por não estar trabalhando quando ainda se tem capacidade laborativa. Por outro lado, esta oferta de força de trabalho gratuita atende aos interesses da instituição em que se adota o voluntariado, seja ela pública ou sem fins lucrativos.

Mas, antes de aposentadoria eu não pensava muito nisso não. [...] Olha Conceição, eu fui convidada a participar porque um colega meu que já participava, ele me convidou e como eu ia me aposentar, eu perguntei lá na *Sindicato se aposentado podia participar. Falaram que pode sim. Aí eu resolvi já que eu ia me aposentar, participar e ganhamos a eleição muito bem. Então eu fui convidada por um colega a ser representante da, representante sem tá na chapa né? Aí eu comecei a me aproximar da *Sindicato e como eu podia tá na chapa e como eu ia me aposentar eu achei que eu podia me dedicar, eu ia ter tempo livre pra isso, porque eu acho que se eu tivesse trabalhando eu, não sei se me interessaria, porque a atividade é muito intensa. Não é que tenha trocado uma coisa pela outra não, mas eu acho que foram as circunstâncias. Além disso, eu achei que eu precisava no fim da minha carreira completar minha experiência com uma atividade sindical que eu nunca tive isso na minha vida. Nunca participei. Eu digo: eu vou ver como é que é. Entendeu? Foi uma certa, uma curiosidade intelectual, vamos dizer assim. Uma curiosidade de uma experiência sindical que é completamente diferente da experiência docente né? Então eu tô aprendendo muita coisa. Eu acho que essas duas coisas assim confluíram pra eu resolver participar da chapa. [...] Olha, eu não sinto, Conceição. Eu agora comecei a sentir um pouco de falta do contato com os alunos, entendeu? Mas, uma saudade muito leve. Eu continuo ligada a *Instituição, eu faço parte da *Sindicato. Então ainda tenho muito contato com colegas, eu participo das assembleias, participo de reuniões pra resolver coisas, então eu não tô assim desligada da *Instituição, nem do ambiente universitário, nem da atividade docente propriamente dita, entendeu? Talvez mais adiante eu sinta mais falta, mas por enquanto eu ainda tô muito ligada à *Instituição (T8).

Participo, eu falo até com *Fulano né, o presidente “*Fulano, pede liberação pra mim” porque ele tem, como eu estou trabalhando na empresa ainda, eu não estou liberado, ele tem que pedir liberação. Aí eu falo “ó, tal dia, feriado tal eu não vou trabalhar na empresa, vamos fazer fiscalização nas lojas?” “vamos” “ó, me pede”. Aí tem atividade, às vezes tem cesta básica pra distribuir eu falo “ó, pede minha liberação que eu vou ajudar”. Eu gosto, eu gosto de participar. Eu gosto de participar. [...] já participava. Eu antes de ser sindicalista lá, eu já era sócio, então eu sempre tava lá ajudando, fazendo as coisas. Sempre ajudava. [...] É gosto. Todo mundo lá é meu amigo. Todo mundo, todo mundo pergunta as coisas, porque eu por ser diretor do sindicato, sabe que o comerciário sempre quer saber alguma coisa dos direitos deles, e sempre tão me procurando [...] Não, eu não tenho, eu não senti falta, eu não sinto falta por que? Eu continuei no trabalho do mesmo jeito, entendeu? Mesma coisa, e eu não uso, assim, por exemplo, eu sou aposentado, e eu não vou fazer negócio, se eles quiser manda, não pelo contrário, pelo meu, isso é de mim mesmo. Eu gosto de dar exemplo pros outros, principalmente com os novos quando chega, eu gosto de dar exemplo pra eles, eles me procura. Aí você, vem falar assim “Aí coroa, você que já é mais tempo aí, como é aí?” Aí eu explico a eles, tudinho direitinho na gíria deles lá. Eu explico lá a eles tudinho direitinho lá. Aí eles falam “eu gosto do coroa porque o coroa explica a gente tudo direitinho”, entendeu? Eu falei “cara, eu tô aqui pra ajudar, o que eu puder ajudar, eu ajudo”. As meninas me procuram também muitas coisas. Tem dúvida de alguma coisa me procuram entendeu? Querem reclamar alguma coisa com encarregado primeiro elas vem a mim, “o que que tu acha? Eu queria falar isso com meu encarregado”, eu falei assim “pode falar que ele vai te atender, ele vai te ouvir”. Eu gosto do que eu faço (T7).

A militância aparece aqui motivada a atender à vocação e desejo pessoal do trabalhador. Mas, sugere ser uma valiosa estratégia para lidar com a ausência do trabalho, o sentimento de despertamento. Responde à necessidade de sentir-se

útil e reestabelece a rede social do trabalhador. De modo geral, pode significar transitar do sentido do trabalho como sofrimento para o sentido de resistência. Contudo, não dissolve a centralidade do trabalho submetido a terceiros para o trabalhador.

O mesmo se pode afirmar acerca da militância em frentes de defesa de direitos da corporação. O trecho a seguir também pode ilustrar como a dependência do trabalho pode ser substituída pela dependência do ativismo:

[...] Então, e aí, foi meio que desacelerando em 2019, primeiro naturalmente foi restringindo bastante né com as condições que eu colocava e eu também, aí em 2019 já aconteceu outro fenômeno: eu já não fazia mais pressão, né? Eu deixava rolar, se pintasse, se alguém ligasse pra mim e tal, "ó T9", ok. Até 2017 eu fiz uma pressão danada em cima, amigos da ativa, da iniciativa privada né que eu trabalhei com muita gente da iniciativa privada né e tal. E, mas, 2017 eu tava igual a um desesperado, 2018 eu acalmei um pouco porque pintou esses trabalhinhos e tal, mas ainda tava botando a minha cara, mas aí a partir de 2018 também foi aumentando o trabalho, eu ter que estudar o tema *Fundo de pensão, eu não sou da área [...] E assim foi ao longo de 2018, ficando mais raro, 2019, 2019 continuou, foi 2019 continuou menos ainda, mas aí eu já tava olhando o horizonte de parar de vez, né? E aí aconteceu uma coisa, essa questão da *Fundo de pensão começou a consumir muito meu tempo. "cara, vamos criar um grupo de whatsapp pra começar a debater isso". Começou aí, aí isso virou cachaça, é até hoje. Bom, aí eu continuei [...] (T9).

Por fim, há uma outra observação necessária em relação ao conjunto de entrevistas com os 09 trabalhadores, de empresas diversas, com larga variação de tempo de saída do trabalho, com atuação em regiões distintas do Estado, com diferentes processos de trabalho – nenhum deles fez qualquer menção à Saúde do Trabalhador (enquanto campo), mesmo os 03 trabalhadores que foram submetidos à perícia médica em razão de licenças por motivo de saúde ou aposentadoria por invalidez. As referências são, no máximo, ao perito do INSS ou ao médico do trabalho no que tange à avaliação da capacidade laborativa. Esse dado parece-nos revelador da lacuna a que nos referíamos quanto à apropriação do campo sobre essa realidade e seus agravos à saúde dos trabalhadores. Se a gama de sofrimentos descritas pelos trabalhadores durante seu exercício profissional foram objetos de atenção pelos serviços de saúde do trabalhador dessas instituições elas parecem não ter perdurado para além da vida ativa dos mesmos.

Tal evidência nos remete às contribuições de Seligmann-Silva (2010) e Papparelli (2011) aludidas anteriormente, quanto às resistências de incorporar o trabalho como determinante da subjetividade do trabalhador, seja na área da Medicina

do Trabalho, na Saúde Ocupacional⁷⁶ ou na Saúde Mental, reduzindo as manifestações de sofrimento psíquico às causas particulares e individuais dos trabalhador. Nessa lógica, a tarefa da Saúde do Trabalhador fica restrita à análise das condições ou não de permanência no trabalho. Essa abstenção quanto à subjetividade dos trabalhadores poderia explicar a cessação de responsabilidade quanto ao sofrimento/adoecimento dos trabalhadores após a aposentadoria. Mas, também traduz a concepção de que trabalhador é apenas aquele cuja força de trabalho está em movimento, sob gestão de uma organização, contrariando o conceito de classe que fundamenta o paradigma de Saúde do Trabalhador. Essa contradição paradigmática deve nos desafiar.

⁷⁶ Vale lembrar a observação de Vasconcellos (2011) que após a incorporação da Saúde do Trabalhador ao SUS essas áreas também passaram a ser designadas como Saúde do Trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enorme seria o desafio de finalizar este investimento acadêmico indicando sínteses que pudessem ser tratadas como conclusivas. Entretanto, considerando a natureza do objeto, a matriz teórica de sustentação, o próprio estado da arte quanto a seu estudo, os limites do tempo curricular para sua realização, não haveria coerência em se falar de “conclusão”. O que o acúmulo teórico, acrescido dos elementos fornecidos pela investigação da realidade, nos permite traçar são apontamentos, que assumem sempre um caráter transitório, dada a dinâmica da realidade e de sua apreensão.

Esse momento final do estudo requer, portanto, a indicação de considerações, que tem naturezas diversificadas, que transcendem aquelas relacionadas estritamente ao conteúdo posto ao debate na tese. De modo geral, tais observações obedecem a outras duas ordens: aquelas relacionadas às condições históricas em que se realizou este doutoramento, do qual esta tese é produto, e aquelas relativas ao processo da pesquisa em si.

A título de situar a conjuntura em que se deu o processo de doutoramento que se iniciou em 2017, é importante citar que a UERJ viveu, estruturalmente, os rebatimentos de uma crise fiscal do estado do Rio de Janeiro no período de 2016 a 2018, com efeitos progressivos, que Rodrigues (2020) tratou em seu estudo sobre os impactos na saúde do trabalhador desta Universidade.

No período de 2016-2018 as universidades, e todo o serviço público estadual, passaram por um processo de grave subfinanciamento e ataque aos direitos dos trabalhadores, tendo como um dos efeitos imediatos a demissão de uma massa de trabalhadores terceirizados e o atraso e parcelamento dos salários dos servidores estatutários. Além disso, o corte de verbas de custeio, pesquisa e Bolsas estudantis, ameaçaram a continuidade e existência da própria universidade, campo desse estudo (RODRIGUES, 2020, p. 61).

Segundo a autora, para compreender esse advento é preciso considerar, entre outros, o histórico de desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas, o seu quadro mais recente (desde o tamanho do endividamento do estado, até aqueles que resultam nos graves problemas na arrecadação), e a dimensão político-administrativa (governadores afeitos à programática neoliberal, com adoção da política de isenções fiscais, priorização de pagamento da dívida pública, precarização do trabalho no serviço público, terceirização, envolvimento com

corrupções...), que vai desaguar em um “Pacote Fiscal” com graves prejuízos para os direitos conquistados pelos servidores estaduais e para o patrimônio público do Estado.

Ainda em 2016, segundo Rodrigues (2020), o impacto sobre os servidores estatutários se inicia pelo atraso da segunda parcela do 13º salário referente ao ano de 2015, alteração do calendário de pagamento e posterior parcelamento de salários, chegando em 2017 com 04 salários atrasados.

Esse contexto resultou, na UERJ, em um movimento com sistemáticas suspensões de aulas por ausência de elevadores, limpeza, material de higiene, interdição de banheiros, salas, lâmpadas e paralisações dos trabalhadores e discentes.

Nessa realidade, as atividades acadêmicas, e mesmo as de natureza administrativa, sofreram fortemente o impacto. A organização dos semestres letivos, as sequências das aulas, as disponibilidades dos recursos universitários, por exemplo, foram profundamente afetadas.

Foi o absoluto compromisso dos trabalhadores docentes, técnico-administrativos e de apoio, e a resistência da comunidade acadêmica que deu base de sustentação à universidade para a travessia daquele momento. Mas, isso não se deu sem danos coletivos e sobre a saúde de seus trabalhadores, em particular.

Cabe aqui um destaque para a violência subjetiva a que foram expostos estes trabalhadores, uma vez que não há maior humilhação a um trabalhador do que se sujeitar à condição de mercadoria e não ser pago por essa venda, sequer ao seu preço de custo, assim como não há golpe mais vil que possa ser desferido pelo Estado em sua defesa intransigente dos interesses do capital. Rodrigues (2020, p.101) avaliou, a partir de sua pesquisa, os rebatimentos na subjetividade destes trabalhadores, afetando inclusive “desejos e planos que aos poucos foram sendo modificados, até mesmo desconstruídos, esvaziando de sentido o trabalho, de forma que ele venha se reduzindo à condição (‘restrita’) de sobrevivência. Trabalho em troca de salário.”

Do ponto de vista discente, uma ampla gama de danos pode ser elencadas, passando pela suspensão de bolsas; semestres letivos atípicos; adequações de grades de disciplinas; bem como incompatibilidade entre semestres letivos e períodos de licença de trabalho para formação; implicações para carreiras profissionais e participação em concursos e seleções (pela titulação); prejuízos com aluguel de imóveis de alunos residentes em outros estados e municípios em razão da

intermitência e do alargamento do período de formação, dentre outros.

Sobretudo, instituiu forte instabilidade e insegurança quanto à conclusão da formação uma vez que até mesmo a sobrevivência da Universidade chegou a ser colocada em xeque. O rol de agravos pela inconstância e responsabilidade dos governantes de plantão é extenso e afetou indubitavelmente a produção acadêmica.

A população que se serve dos serviços da universidade pública tem o direito de usufruir do produto do trabalho de profissionais respeitados e valorizados e com condições dignas de trabalho e carreira, bem como de instalações em consonância com o papel estratégico de uma instituição pública.

Não obstante, quando ainda não haviam sido totalmente superados os desdobramentos daquela crise institucional, deflagrou-se a pandemia da COVID-19, com o necessário fechamento da universidade em março de 2020 e reabertura das aulas no PPGSS em outubro do mesmo ano, na condição de ensino remoto, embora as atividades administrativas e aquelas que se adequavam ao modelo à distância tenham sido mantidas, de acordo com os protocolos sanitários. Somente no primeiro semestre de 2022 as primeiras atividades presenciais estão sendo retomadas, dada a longa duração do quadro pandêmico.

Para além de intensificar os agravos acima descritos para toda a comunidade acadêmica, a pandemia delegou outros tantos dos quais destacamos: o medo da morte e das perdas (seja de pessoas queridas ou de vínculos trabalhistas, por exemplo); uma reconfiguração do uso do tempo frente às demandas de trabalho em home office, de tarefas domésticas e de cuidados, de novas rotinas de higienização requeridas pelos protocolos sanitários; e inúmeras sequelas emocionais em função do isolamento social. Os efeitos da pandemia, como já foi aludido em capítulos anteriores, implicaram em um profundo agravo coletivo e individual.

Do ponto de vista prático do planejamento acadêmico para os discentes, exigiu uma reorientação de grade curricular, formato, cronograma e sentidos. Entendemos que a presente tese, que é produto deste tempo, deveria contribuir para este registro.

No que tange especificamente à pesquisa para este estudo, avaliamos que a realização das entrevistas pela modalidade remota foi um importante limitador, tanto do ponto de vista das condições tecnológicas para sua efetivação, quanto das possibilidades de interação com os sujeitos da pesquisa, conforme já foi descrito em páginas passadas. Contudo, no processo de análise dos dados obtidos, identificou-se lacunas que poderiam ter sido melhor exploradas. Duas delas são importantes

apontar.

A primeira diz respeito à situação financeira desses trabalhadores, cuja a abordagem pareceu-nos exígua no momento da interpretação dos dados. Perguntou-se aos entrevistados sobre suas faixas salariais antes e depois da aposentadoria, o que nos permitiu ter uma referência quanto ao padrão socioeconômico, assim como balizar as eventuais perdas materiais. Indagou-se ainda se a renda atual é suficiente ou não; entretanto não se investigou se a insuficiência de renda implicou em endividamento antes e/ou depois da aposentadoria, se o aposentado é o provedor da família e se estes e outros fatos condicionaram a tomada de decisão sobre a aposentaria, ou produziu sofrimento. Essa correlação poderia ter sido feita considerando sua ocorrência na experiência germinal do PPA. É fato que alguns destes elementos foram fornecidos espontaneamente por alguns dos sujeitos, contudo a lacuna não favoreceu uma análise mais ampla quanto a essa determinação.

É possível que a preocupação de capturar as determinações subjetivas tenha secundarizado a dimensão material no momento da construção do roteiro de entrevista. Pode-se levar em consideração também o fato de que até o momento da realização das entrevistas esta autora ainda tinha uma concepção pouco integrada das determinações materiais e daquelas derivadas do sentido do trabalho para submissão do trabalhador à venda da sua força de trabalho, como se estas se opusessem. Foi o movimento de idas e vindas da abstração ao concreto, próprio da construção do conhecimento, ancorado na orientação acadêmica, que nos levou a compreender que são duas dimensões conexas do trabalho na órbita do capital – se a insuficiência dos proventos da aposentadoria garante a permanência do trabalhador no mercado (material), a dimensão subjetiva lhe faz supor que a aposentadoria é para quando acaba a vida útil da mercadoria trabalho.

A segunda se refere à concepção dos trabalhadores entrevistados acerca da saúde do trabalhador, a partir de suas experiências pessoais. O roteiro de entrevista não continha perguntas específicas quanto a isso, embora muitas delas tratassem de sua matéria. A pesquisa nos permite conjecturar que os trabalhadores não fazem relação direta e significativa entre os sofrimentos descritos e os serviços de saúde do trabalhador, entretanto não nos fornece elementos sobre o que pensam os trabalhadores a respeito.

Contudo, em que pese todas as dificuldades que circunscreveram o contexto, o retorno das entrevistas superou as expectativas no volume e qualidade das

informações. A disponibilidade dos sujeitos de partilhar suas histórias e seus sofrimentos nos ofereceu um acesso de riqueza incomensurável. Isto denota, por sua vez, que há uma demanda destes trabalhadores por espaços de expressão destas vivências, embora muitas vezes não saibam qualificá-las. Deste modo, consideramos que a pesquisa cumpriu os objetivos previstos.

No que se refere ao método de exposição, do quarto capítulo em particular, entendemos ser relevante legitimar o princípio da *não delegação* defendido pelo Movimento Operário Italiano (MOI), sobretudo em razão dessa investigação acadêmica partir de pouco acúmulo teórico sobre o tema no campo da saúde do trabalhador. Deixar que a própria fala dos sujeitos não só conduzisse o capítulo, mas também indicasse categorias analíticas, pareceu-nos coerente.

Quanto à adoção do referencial marxista para tratar do objeto, é indispensável frisar que as teorias sociais não são como mercadorias expostas em que ‘escolhemos’ ocasionalmente essa ou aquela por considerar que nos serve neste ou naquele momento. Antes, expressam como explicamos o homem e suas relações. Dessa forma, cabe apenas afirmar nossos esforços para respeitar o método de análise oferecido por essa perspectiva para capturar de que modo a legalidade social condiciona o sentido do trabalho para estes trabalhadores aposentados e como favorece ao adoecimento.

Nesse sentido, o trabalho alienado foi tratado aqui como produtor do sentido do trabalho como sofrimento porque aparta o trabalhador do produto do seu trabalho, retira sua gerência sobre a destinação do que produziu, reduz seu valor em relação ao próprio produto. Também porque ao fragmentar a tarefa restringe seus movimentos e limita-os fisicamente à repetição, além de cercear seu domínio cognitivo sobre a totalidade do processo de produção, além de acelerar cada vez mais o ritmo subordinado ao incremento da produtividade e, sobretudo, reduz o objetivo do trabalho a “entregar” sua parte para garantir o sustento.

Ser útil, rápido, produtivo, ocupado, são valores incutidos na subjetividade do trabalhador pelo e no processo de trabalho, que na aposentadoria não encontra o lócus de materialização à medida em que trabalho é concebido como emprego, como produzir para alguém, entregar (a outro), tal como discutido no segundo capítulo deste estudo e expresso por vários sujeitos da pesquisa. Essas necessidades entram em conflito com as idealizações projetadas para aposentadoria de uma vida de liberdade, prazeres e realizações que o trabalho não permitiu. De modo geral, estas projeções

são subordinadas pelo “modo de ser” que o trabalhador aposentado não consegue dissolver, sobretudo porque não tem consciência dessa relação. Lembremos que são as emoções que são capturadas. Na sociabilidade do capital o trabalhador é formado subjetivamente para internalizar que o sustento é moralmente legítimo quando trocado pelo trabalho. Na aposentadoria a ideia do sustento ser garantido, “apesar” do ócio, é visto com estranhamento e julgamento moral pela sociedade e pelo próprio trabalhador. Daí decorre o sofrimento.

Assim, esse imperativo de ser útil, no sentido de estar exercendo um trabalho socialmente reconhecido como tal, talvez seja a maior evidência de subsunção do trabalhador ao sentido do trabalho alienado.

Entretanto, como pode-se confirmar nesta pesquisa, o sentido do trabalho como sofrimento é contraface do sentido do trabalho como resistência, do qual também o adoecimento é denúncia. Por essa razão, mesmo quando o sofrimento no trabalho é a motivação para a aposentadoria essa opção deve ser entendida como um movimento de saúde, portanto, aposentadoria como resistência e denúncia.

Um importante destaque a fazer entre os achados da pesquisa é que o sofrimento não parece estar na execução da tarefa. Essa parece dar prazer pelo domínio da técnica, da destreza, pela capacidade de criar respostas aos problemas que se apresentam ou mesmo pelo afeto que mobiliza, que se materializa nas relações afetivas e de cuidados com os clientes no banco, no prazer de descobrir o defeito da máquina e devolvê-la rapidamente à produção gerando lucro à empresa, de saber realizar a tarefa que dispensa a contratação de terceiros, de manter a loja organizada e os letreiros limpos, de ser o ‘orientador’ na relação entre os funcionários novos e os gestores, e em outros tantos usos do espaço entre o trabalho prescrito e o trabalho real que Dejours (2004) apontava e que emergiram nos relatos.

Todos os entrevistados afirmam que gostavam do que faziam. O caráter de sofrimento parece advir das relações, sobretudo com a gestão imediata ou a alta gestão/política. Ou seja, daquilo que subtrai a autonomia do trabalhador, que retira o sentido criativo e espontâneo do trabalho e o subordina aos interesses que são estranhos a ele – que contraria o sentido ontológico do trabalho. O que há de extraordinário nesses relatos é que essa “exigência”, “opressão” não é identificada ou atribuída aos interesses corporificados na instituição, mas personificada na pessoa do gestor, como vimos. Esse fenômeno, que denominamos como ‘mágoa institucional’, pode ser atribuído à educação para o trabalho alienado e é produtor de sofrimento que

perdura no registro do trabalhador, portanto se equipara ao adoecimento. Esse caráter contraditório do trabalho na sociabilidade do capital torna ainda mais complexa sua análise e abordagem crítica junto ao trabalhador e, portanto, constitui-se um enorme desafio à formação da consciência de classe.

O histórico de sofrimentos na aposentadoria indicados pelos sujeitos da pesquisa em grande parte são sofrimentos experimentados no trabalho. Exatamente por isso, se indaga: porque a saúde do trabalhador e os sindicatos não se ocupam dele? Essa é exatamente a base desta tese: o sofrimento do trabalho não se aposenta (já que não se trata de sofrimento da execução da tarefa em si). Mesmo o sofrimento característico do pós-aposentadoria deita raízes no sentido do trabalho, que é equiparado ao sentido de vida do sujeito trabalhador, vez que sua subjetividade foi moldada para servir ao trabalho – nesse quadrante, trabalho alienado.

O impacto da ausência do trabalho sobre o trabalhador se faz notar (quando muito) em sua saúde mental. Entretanto, esse fenômeno ainda é tratado como expressão de fatores individualizados, associado à fraqueza, esvaziamento da vida pessoal e social, síndrome do ninho vazio, e sobretudo, culpabilizante do trabalhador, como parece ocorrer com o suicídio no Brasil, por exemplo, onde a dificuldade de reconhecer sua relação com o trabalho ativo parece se maximizar na fase da aposentadoria. Ainda vai longe a consideração da saúde mental dos trabalhadores como produto das relações de trabalho, no cotidiano dos serviços de saúde do trabalhador.

É fato que a versão de que o adoecimento na aposentadoria deriva de um esvaziamento da vida pessoal do trabalhador, da ausência de rede social, de projetos pós-carreira, entre outros, tem fundamento. A questão é reconhecer que esta condição é obra da centralidade e significado do trabalho. Este estudo buscou demonstrar que é a educação para o trabalho alienado que produz subjetividades adequadas ao estágio de desenvolvimento do capital, portanto, internalizadas como centrada no trabalho para terceiros, a partir do mérito pessoal do trabalhador, quantificado segundo a métrica da produção, de onde advém o sustento, os direitos, a honra e o sentido da vida.

Ademais, não há elementos seguros para afirmarmos que não existem impactos da ausência do trabalho também sobre a saúde física dos trabalhadores, em uma concepção de saúde integral. Porém, o conjunto de evidências expressam que o campo agora denominado de “Saúde do Trabalhador”, ainda está fortemente

condicionado pela hegemonia dos conceitos e instrumentos da Medicina do Trabalho, centrados na fisiologia anatomopatológica, no saber médico, nonexo de causa e efeito imediatista e mensurável.

Problematizando essa abstenção do campo em relação à saúde do trabalhador aposentado, vale pautar se o princípio da *não delegação* – que caracteriza a saúde do trabalhador segundo o MOI – é respeitado no que se refere a esse segmento, ou se o trato das demandas dos aposentados fica delegado aos dirigentes sindicais, aos trabalhadores da ativa ou ao governo. Da mesma forma, pode-se considerar que a saúde do aposentado “escapa” ao conceito ampliado de saúde que norteia o campo, na medida em que as reivindicações através de suas representações se limitam à ação reparadora do acesso ao medicamento e à assistência em saúde. Ou, no campo da prevenção, a promoção de atividades recreativas e “ocupacionais”.

Conceber o adoecimento na aposentadoria como refração do sentido do trabalho construído, no e pelo trabalho, acaba por se estabelecer como tarefa ulterior porque exige antes superar princípios, modelos, conceitos, basilares para esta concepção. Entretanto, a vida e o conhecimento não são lineares ou etapistas. Introduzir essa contradição na pauta é tarefa urgente pelos sujeitos que sofrem seus rebatimentos e porque pode ser também estratégico para disputar hegemonia de paradigmas.

As lutas operárias têm historicamente pautado a aposentadoria em sua perspectiva de limitação do tempo de exploração da força de trabalho. Essa pauta permanece viva e ainda se renova em tempos de precarização estrutural do trabalho e de avanços sobre a desregulamentação das conquistas relativas à seguridade social da classe. Entretanto, no estágio presente de acumulação capitalista – em que o capital se apropriou não apenas do tempo e da energia criadora vital dos trabalhadores, mas também de sua subjetividade – é preciso que a luta também se alargue, se complexifique.

A transição, ou melhor, a ruptura para o sentido do trabalho como emancipação não está ao alcance do trabalhador individual, porque implica em outra sociabilidade. Portanto, o que aqui foi retratado não são limitações pessoais dos trabalhadores entrevistados, mas como se expressam a formação da subjetividade da classe trabalhadora e ilustram o estágio de consciência da classe para si. Entretanto, não se depreende dessa afirmação uma invalidação das intervenções profissionais locais no cotidiano dos serviços, a exemplo do PPA apresentado no capítulo primeiro. Muito ao

contrário. São essas ações, calcadas em metodologias criativas de abordagem, que podem interferir na dimensão da cultura do trabalho. São elas instrumentos potenciais de introdução do contraditório, de desnaturalização da primazia do sentido do trabalho alienado. Neste caso, a tarefa transcende a seara da saúde do trabalhador, para alcançar a todos os setores que têm o trabalho como campo de intervenção, por tratar-se de ação político-pedagógica e estratégica de desvelar os sentidos do trabalho junto aos trabalhadores, como já afirmamos no início deste estudo.

A radicalização da alienação do trabalho gesta as condições para o mundo do trabalho sem patrões, mas também sem direitos (uberização, PJtização, empreendedorismo). Nesse sentido, também prepara a cultura de um mundo sem aposentadorias, sem descanso remunerado pela partilha da riqueza socialmente acumulada pelo trabalho. Só a história, assentada na reação organizada da classe trabalhadora, poderá construir uma outra sociabilidade onde o ócio seja patrimônio de todos que produzem a riqueza material e imaterial, bem como que o conjunto das objetivações do ser social esteja posto à escolha dos homens individuais em seu tempo de viver.

Por fim, consideramos que a tese apresentada encontra correspondência nos relatos da pesquisa, uma vez que, ancorada no arcabouço teórico, alcança embasamento à tese de que o sentido do trabalho alienado pode ser uma das vias de elucidação do adoecimento na aposentadoria pela ausência do trabalho. Entretanto, este estudo configura-se, na verdade, como mais um momento de aproximação da realidade, que precisa ser submetido a outros filtros teóricos, outras mediações para retornar ao nível do cotidiano e desvendar outras tantas particularidades. Considera-se assim que a sua contribuição foi atestar a pertinência da hipótese, sem que se possa, contudo, considerá-la conclusiva, sob o risco de articulações mecanicistas de causa e efeito em que o método seja empobrecido.

Se o conteúdo aqui oferecido for motivador de debates, outros investimentos acadêmicos ou práticos, o estudo terá cumprido seu objetivo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. et al. (Orgs.) *Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, UNICAMP, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo – USP, v. 28, n. 81, 2014.

_____. A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 10, n.111, out/2016.

BARRETO, M.; VENCO, S. Da violência ao suicídio no trabalho. In: BARRETO, M.; NETTO, N. B.; PEREIRA, L. B. *Do assédio moral à morte de si: significados sociais do suicídio no trabalho*. São Paulo: Matsunaga, 2011.

BERZINS, M. A. V. da S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 75, 2003.

BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Seção 1, p.23935.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 out. 2003. Seção 1, p.1.

_____. Lei n. 12.618, de 30 de abril de 2012. Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; [...]. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 mai. 2012. Seção 1, p.2.

_____. Medida Provisória n. 664, de 30 de dezembro de 2014. Altera as Leis no 8.213, de 24 de julho de 1991, n. 10.876, de 2 junho de 2004, n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei n. 10.666, de 8 de maio de 2003. Convertida na Lei nº 13.135, de 2015. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 dez. 2014. Seção 1, p.1 .

_____. Lei Complementar n. 152, de 3 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 dez. 2015. Seção 1, p.2 .

_____. Lei .13.135, de 17 de junho de 2015. Altera as Leis n. 8.213, de 24 de julho de 1991, n. 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e n. 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 jun. 2015. Seção 1, p.1 .

_____. Decreto n. 6, de 2020 de março de 2020. Reconhece para fins do art.65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. *Diário [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 mar. 2020. Seção 1. Edição Extra – C, p.1 .

BRUSCHINI, C. “Teoria crítica da família”. In: AZEVEDO, M. e GUERRA, V.N. (org.) *Infância e violência: fronteiras do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 1997.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. *Pap. poblac*, Toluca , v. 13, n. 52, p. 9-45, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252007000200002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Panorama social de América Latina 2017*. Chile: Cepal, 2017.

CESTEH – CENTRO DE ESTUDOS DA SAÚDE DO TRABALHADOR E ECOLOGIA HUMANA. *Fórum Intersindical*. Rio de Janeiro: [s.n.], [201-?]. Disponível em: <http://www.cesteh.ensp.fiocruz.br/ensino/experiencias-multiplas-de-formacao/forum-intersindical>. Acesso em: 10 set. 2020.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Orgs.) *Dicionário da Educação Profissional em saúde*. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV; FIOCRUZ, 2008. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapiedu.html>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

COHEN, E. Conceito de natureza humana, trabalho e subjetividade: um aporte para pensar a problemática do suicídio no mundo do trabalho. In: BARRETO, M.; NETTO, N. B.; PEREIRA, L. B. *Do assédio moral à morte de si: significados sociais do suicídio no trabalho*. São Paulo: Matsunaga, 2011.

BRONZE, G.; VITAL NETO. 1 a cada 5 brasileiros vítimas da Covid-19 morreu em março de 2021. *CNN BRASIL*, São Paulo, 31 de março de 2021, Coluna Saúde. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/04/01/1-a-cada-5-brasileiros-vitima-da-covid-19-morreu-em-marco-de-2021>. Acesso em: 16 ago. 2021.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: MOTA, A. E. et al. (orgs.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2009.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, v. 14, n. 3, p. 27-34, Set./Dez. 2004.

FALCÃO, M. C.; NETTO, J. P. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1987.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FIORI, J. L. “Globalização e a questão do trabalho no Brasil”. In: *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, 1997.

PINHEIRO, L. Janeiro ultrapassa dezembro em número de mortes por covid-19, indicam secretarias de saúde. *G1*, [S.L], 25 de janeiro de 2021, Coluna Bem estar. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/25/janeiro-ultrapassa-dezembro-em-numero-de-mortes-por-covid-19-indicam-secretarias-de-saude.ghtml>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

_____. Crise do oxigênio: um mês após colapso em hospitais, Manaus ainda depende de doações do insumo. *G1*, [S.L], 14 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/crise-do-oxigenio-um-mes-apos-colapso-em-hospitais-manaus-ainda-depende-de-doacoes-do-insumo.ghtml>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

GRANEMANN, S. *A classe trabalhadora sairá mais empobrecida se não derrotar a Contrarreforma da Previdência, afirma Sara Granemann* Entrevista concedida ao Jornal a Voz Docente, ADUFPEL-Ssind do ANDES-SN, [S.L.], 15 de março de 2019. Disponível em: <http://www.adufpel.org.br/site/noticias/a-classe-trabalhadora-sair-mais-empobrecida-se-no-derrotar-a-contrarreforma-da-previdencia-afirma-sara-granemann>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

_____. *ANDES-SN entrevista Sara Granemann sobre a Contrarreforma da Previdência*. Entrevista concedida à ANDES-SN.PUFPR-SSIND, [S.L.], 07 de fevereiro de 2017. Disponível em <https://apufpr.org.br/andes-sn-entrevista-sara-granemann-sobre-a-contrarreforma-da-previdencia/>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, cidadania e gênero. In: COSTA, A. A. et al. *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero*. São Paulo: CUT, 2002.

_____, K. D. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. CADPesquisa, 2007.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

_____. *10% da população concentram quase a metade da renda do país*. [S.L.], 11 de abril de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20844-10-da-populacao-concentram-quase-metade-da-renda-do-pais.html>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

_____. *Mais da metade dos idosos da América Latina não recebem uma pensão de um sistema contributivo*: CEPAL e OIT. Comunicado de Imprensa. [S.L.], 22 de maio de 2018.

JAMESON, F. *Pós-Modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

KEHL, M. R. Introdução: Depressão, Temporalidade, Sintoma Social. In: KEHL, M.R. *O Tempo e o Cão – a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. *Ressentimento*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. Coleção Os Pensadores. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1978.

LOPES, T. C. Charles Bettelheim sobre a revolução cultural chinesa. Leste Vermelho. *Revista de Estudos Críticos Asiáticos*, n.1, junho / 2015. Disponível em: <http://www.lestevermelho.org/revista/index.php/lestevermelho/article/view/3/13>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C., OSÓRIO, J. e LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. 2. ed. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOS, M. C. *Cotidiano, ética e saúde: o Serviço Social frente à contra-reforma do Estado e à criminalização do aborto*. Tese (Doutorado em Serviço Social), São Paulo, PUC/SP, 2009.

MESA-LAGO, C. *As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos*

princípios de seguridade social. Tradução da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006.

MIES, M. Origens sociais da divisão sexual do trabalho – a busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994a.

_____ (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994b.

MOURA, R. A Previdência Social é sustentável, o que está em disputa são os seus recursos. *Carta Capital*. Caderno Economia, [S.L.], 24 de outubro de 2016. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/economia/a-previdencia-e-sustentavel-mas-seus-recursos-estao-em-disputa> >. Acesso em: 25 out. 2016.

MORÉ, C. L. O. O. A “entrevista em profundidade ou semi-estruturada”, no contexto da saúde. Dilemas epistemológicos e desafios da sua construção e sua aplicação. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, [S.L.] v. 3, 2015.

NETTO, J. P. “O Serviço Social e a tradição marxista”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 30, 1989.

_____. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P.; FALCÃO, M. C. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1987.

OLIVEIRA, M. C. L.; SILVEIRA, S. B. O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade. *Revista Veredas on-line*, Juiz de Fora:PPG Linguística / UFJF, v.16, n.1, p. 149-165, 2012.

PALÁCIOS, M. A saúde mental de quem trabalha em saúde: o caso de um hospital geral do Rio de Janeiro. *Cadernos do IPUB*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 2, 1995.

PANOZZO, E. A. L.; MONTEIRO, J. K. Aposentadoria e saúde mental: uma revisão de literatura. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo: USP, v. 16, n. 2, 2013.

PAPARELLI, R., SATO, I., OLIVEIRA, F. “A Saúde Mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 36, p. 118-127, 2011.

PONTES, R. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS; CEAD/NED-UNB. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 04. Brasília: CFESS; ABEPSS; CEAD/NED-UNB, 2000.

_____. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do serviço social. In: SEMINÁRIO LATINO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL. 16. *Anais...* Santiago de Chile, 1998.

PREVIVA. *Envelhecimento da população*: Brasil terá mais idosos do que jovens em 2060. [202-?]. Disponível em: previva.com.br/envelhecimento-da-populacao-brasil-ter%C3%A1-mais-idosos-do-que-jovens-em-2060. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Decreto nº 46.973 de 16 de março de 2020. Reconhece a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado de março de do Rio de Janeiro*. Poder Executivo, Rio de Janeiro/RJ, 17 de março de 2020, ano XLVI, n. 049, parte I, p. 2. Revogado pelo decreto 47006 de 27 de março de 2020.

ROBAINA, C. M. V. O serviço social na saúde do trabalhador: entre a afirmação de direitos e a burocratização dos direitos instituídos. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 12. *Anais...* CFESS; ABEPSS; ENESSO; CRESS / 11ª Região. Foz do Iguaçu, 2007.

_____.; PINHEIRO, R. M. S. Saúde mental e trabalho nas particularidades do serviço público. *Revista Advir*, Rio de Janeiro: ASDUERJ, n.33, jul. 2015.

_____. Sentidos do trabalho e o impacto de classe e gênero na aposentadoria. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 16. *Anais...* CFESS; ABEPSS; ENESSO; CRESS / 8ª Região. Brasília, 2019.

_____. O cotidiano como fonte e desafio do/para o exercício profissional: um estudo de caso. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 16. *Anais...* CFESS; ABEPSS; ENESSO; CRESS / 8ª Região. Brasília, 2019.

RODRIGUES, P. C. *A saúde do trabalhador frente à crise fiscal do estado do Rio de Janeiro 2016-2018*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana) – Fundação Oswaldo Cruz- ENSP. Rio de Janeiro, 2020.

_____. Saúde do trabalhador: a contribuição de um programa de saúde mental numa universidade pública. *Revista Advir*, Rio de Janeiro: ASDUERJ, n.33., jul.2015.

RUIZ, J. L. de S. Conjuntura nacional e o impacto na organização política do Serviço Social. ENCONTRO NACIONAL CFESS-CRESS. 45. Conferência proferida. *Anais...* CFESS; CRESS / 20ª Região, Cuiabá, 2016.

SANTOS, D. *Educação e precarização profissionalizante*: crítica à integração da

escola com o mercado. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

SARACENO, B. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A. M. F. *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: HUCITEC. 1996.

SELLIGMANN-SILVA, E.; BERNARDO, M.H. MAENO, M. KATO, M. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, v. 35, p. 187-191, 2010.

SILVA, M. L. L. Contrarreforma da previdência social sob o comando do capital financeiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 131, jan./abr. 2018.

SILVA, M.R.F. Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 126, p. 215-234, maio/ago. 2016.

SMITH, A. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Coleção Os Pensadores. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1979.

SOUZA, R. F., MATIAS, H. A. & BRÊTAS, A. C. P. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v. 15, n. 6., 2010.

SOUZA, T. M. Formas de gestão na acumulação flexível: o assédio moral. In: BARRETO, M.; NETTO, N. B.; PEREIRA, L. B. *Do assédio moral à morte desilustrada: significados sociais do suicídio no trabalho*. São Paulo: Matsunaga, 2011.

STOTZ, E.N. e PINA, J. A. Experiência operária e ciência na luta pela saúde e emancipação social. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, n. 42, 2017.

VASCONCELLOS, L. C. F. Entre a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador: as coisas nos seus devidos lugares. In: VASCONCELLOS, L. C. F. E OLIVEIRA, M.H.B. (Orgs). *Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

VASCONCELOS, E.M. Serviço Social e Interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 54, 1997.

WERLANG, R. e MENDES, J.M.R. Suicídio e Trabalho: o papel do trabalho na conformação da ideia suicida. In: MENDES, J.M.R., WUNSCH, D.S. e GIONGO, C.R. (orgs) *A investigação no campo da saúde do trabalhador: construção do conhecimento e estratégias metodológicas*. Campinas: Papel Social, 2019.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista da pesquisa Impactos da aposentadoria na saúde do trabalhador e sua relação com o sentido do trabalho

1. Nome: _____
 2. Data de nascimento: ___ / ___ / ___
 3. Formação:
 - () fundamental incompleto () fundamental completo () ensino médio incompleto
 - () ensino médio completo () superior incompleto () superior completo () pós graduação
 4. Área de formação: _____
 5. Profissão exercida: _____
 6. Sexo: _____
 7. Cor: _____
 8. Estado civil: _____
 9. Com quem reside: _____
 10. Ano em que se aposentou: _____
 11. Tipo de aposentadoria (invalidez, tempo de contribuição, idade, insalubridade/periculosidade...): _____
 12. Continuou trabalhando? () Sim () Não
- *Em caso afirmativo, responder as seis próximas questões:**
- 12.1- Por que?
 - 12.2 - Na mesma função? () Sim () Não
 - 12.3- Desde quando? _____
 - 12.4- Por quanto tempo? _____ anos
 - 12.5- Quando pretende se aposentar de vez?
 - 12.6- Gosta do que faz neste trabalho pós-aposentadoria?
13. Faixa salarial na ativa (bruto, em salários mínimos):
 - () 01 () 1 a 3 () 4 a 6 () 7 a 10 () 10 a 15 () acima de 15
 14. Rendimentos na aposentadoria (bruto, em salários mínimos):
 - () 01 () 1 a 3 () 4 a 6 () 7 a 10 () 10 a 15 () acima de 15
 15. Instituição na qual trabalhava antes da aposentadoria: _____ anos
 16. Tempo de trabalho nesta instituição: _____ anos
 17. Função exercida: _____
 18. Gostava do que fazia?
 19. Gostava do ambiente de trabalho (relações e espaço físico)?

20. Horário de trabalho?
() parcial () integral () plantão
21. Que fatores foram motivadores para sua decisão de se aposentar?
22. Foi difícil a decisão de se aposentar? Por que?
23. Como foram os primeiros dias de aposentado?
24. Do que você sentiu falta depois de aposentar? Por que?
25. Você se preparou para a aposentadoria? Como?
26. Já se sentiu constrangido por ser aposentado? () Sim () Não
27. Pode contar como foi?
28. Como você considera sua saúde na atualidade?
29. Como considera sua saúde quando trabalhava?
30. Acha que há relação entre seu estado de saúde com sua aposentadoria?
31. O que o trabalho te proporcionou?
32. E o que a aposentadoria te proporcionou?
33. Qual o sentido do trabalho para você?
34. Qual o sentido da aposentadoria para você?
35. Você participa das atividades do seu sindicato? Quais?
36. Por que?
37. Já participava antes da aposentadoria (ou quando estava na ativa)?
38. Por que?
39. Participa de outras atividades regularmente? Quais?
40. Por que?
41. Você se sente feliz?

❖ Observação do entrevistador

APÊNDICE B – Convite para participação de pesquisa (Sindicatos)

Prezados/as companheiros/as,

Sou **CONCEIÇÃO MARIA VAZ ROBAINA**, assistente social, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, hoje aposentada pela FIOCRUZ e docente da PUC-Rio. Venho estudando há algum tempo o adoecimento de trabalhadores após a aposentadoria, a partir de minha experiência de trabalho no âmbito da Coordenação de Saúde do Trabalhador na Fiocruz.

Estou iniciando a fase de pesquisa de minha tese de doutoramento, orientada pelo Prof. Dr. Maurílio Castro de Matos, que **pretende ouvir trabalhadores aposentados acerca de seu processo de aposentadoria e os impactos em sua saúde**. Para isso a metodologia escolhida foi a de entrevistar **até 05 aposentados indicados por seu sindicato**, envolvendo 04 entidades sindicais. A seleção destes sindicatos, por sua vez, será realizada a partir do interesse da entidade e/ou indicação do Fórum Intersindical do DIHS / CESTEJ da FIOCRUZ ou ainda por iniciativa da pesquisadora a fim de atender à diversidade de ramos de produção.

Quanto aos critérios para a indicação de aposentados para entrevista, sugere-se que cada sindicato, dentro de suas possibilidades, **privilegie a diversidade de sua base**, seja por gênero, grau de escolaridade, funções exercidas pelo trabalhador na ativa, idade, tempo de aposentadoria, participação no sindicato ou qualquer outra variação que julgarem relevante.

Considerando o contexto da pandemia provocada pelo COVID-19 que resultou na estratégia sanitária de distanciamento social no Estado do Rio de Janeiro onde se situa o campo de pesquisa e, tendo como princípio fundamental o respeito à vida, **a pesquisa se realizará por meio de contato por celular, mais precisamente por vídeo-chamada do WhatsApp**, ou outra forma alternativa a distância de preferência do entrevistado.

Não é demais destacar que me comprometo a compartilhar os resultados da tese com este sindicato, resguardando devidamente a confidencialidade de identificação dos participantes, no formato que melhor convier à entidade, seja por escrito, em formato de apresentação para Diretoria e/ou categoria ou outra contrapartida que for acordada.

Na hipótese de aceitação deste convite, solicito a assinatura do Termo de Assentimento Institucional que acompanha a presente carta, com vistas a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ que avaliará os instrumentos desta pesquisa.

De antemão, agradeço a gentil e preciosa colaboração e aguardo retorno pelos seguintes contatos: e-mail: konrobaina@yahoo.com.br e telefone (21)997793823.

Rio de Janeiro, agosto de 2020.
Conceição Maria Vaz Robaina

APÊNDICE C – Convite para participação na pesquisa (Trabalhadores aposentados)

Prezado,

Meu nome é Conceição Robaina e sou doutoranda do PPGSS-UERJ. Estou pesquisando o impacto da aposentadoria na saúde do trabalhador e seu nome me foi indicado pelo (nome do sindicato) para ser convidado a participar na condição de entrevistado.

De antemão, informo que a entrevista será realizada de forma remota em função da pandemia do Coronavírus.

Encaminho em anexo a este convite o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que pode detalhar um pouco mais sobre minha pesquisa para o doutoramento. Mas estou à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

Espero poder contar com sua participação e desde já agradeço a colaboração.

Você pode me retornar através deste e-mail ou pelo celular (21)99779.3823 e, se concordar em participar, combinamos a melhor data e canal para a sua entrevista.

Um grande abraço e saúde.

Conceição Robaina

ANEXO A – Termo de Autorização Institucional**PESQUISA: IMPACTOS DA APOSENTADORIA NA SAÚDE DO TRABALHADOR E SUA RELAÇÃO COM O SENTIDO DO TRABALHO**

Responsável: Conceição Maria Vaz Robaina.

Eu, _____ (*nome legível*), representante do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em indicar trabalhadores aposentados que pertençam a base deste sindicato para a execução da mesma. Caso necessário, podemos revogar esta autorização, a qualquer momento, se comprovadas atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ao sigilo da participação dos integrantes deste sindicato. Declaro, ainda, que não recebemos qualquer tipo de remuneração por esta autorização, bem como os participantes também não o receberão. E asseguramos que possuímos as condições necessárias para indicação de participantes requeridos para a realização da pesquisa.

A pesquisa só terá início nesta instituição após apresentação pela pesquisadora do Parecer de Aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

Responsável pela Instituição (*assinatura e carimbo legível*)

Se desejar qualquer informação adicional sobre este estudo, envie uma mensagem: konrobaina@yahoo.com.br ou (21)997793823.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona as segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁷⁷

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **Impactos da aposentadoria na saúde do trabalhador e sua relação com o sentido do trabalho** desenvolvida por **Conceição Maria Vaz Robaina**, assistente social e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, orientada pelo **Prof. Dr. Maurílio Castro de Matos**.

Este estudo tem por objetivo analisar se o modo como trabalhamos e o sentido do trabalho que aprendemos ao longo da vida tem impactos na nossa saúde quando aposentamos, em especial se o processo de aposentadoria causa desconforto, adoecimento ou algum sofrimento. Para isso, pretende ouvir aposentados de diferentes categorias profissionais.

Você foi selecionado(a) para participar dessa pesquisa a partir da indicação do sindicato da sua categoria profissional, especialmente por estar aposentado(a). **Sua participação não é obrigatória** e a qualquer momento (antes, durante e depois da entrevista), você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará qualquer prejuízo a você ou ao seu sindicato.

Ao tomar parte nesta pesquisa você participará de uma entrevista com perguntas sobre sua trajetória de trabalho, seu processo de aposentadoria, sua vida no pós-carreira e como percebe sua saúde nestes períodos. Você terá total liberdade para não responder aquilo que não lhe convier. Não haverá qualquer tipo de exame clínico ou laboratoriais, solicitação de laudos médicos ou outra modalidade de aferição de doença, pois o que interessa à pesquisa é sua auto-avaliação de bem-estar. A estimativa é que a entrevista dure em torno de 40/60 minutos, sendo conduzida pela própria pesquisadora.

Rubrica do participante
Rubrica do pesquisador

⁷⁷ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, versão agosto de 2020.

Em razão da atual pandemia provocada pelo COVID-19 com recomendações de distanciamento social, e tendo como princípio fundamental o respeito à vida, a entrevista será realizada por meio de celular, mais precisamente por vídeo-chamada, ou outra forma a distância que seja de sua preferência. Também por esta razão, será muito importante que possamos gravar sua entrevista para posterior transcrição, **se você assim permitir**. As entrevistas transcritas serão armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador. Este material ficará sob a guarda da pesquisadora responsável até o seu descarte. Assim, para participar será necessário que você disponibilize um número de celular que tenha acesso à internet e que agendemos um horário em que você tenha este tempo disponível, de forma que a participação não lhe cause qualquer prejuízo.

Não há expectativa de que a atividade lhe cause algum dano emocional ou social, uma vez que todas as etapas foram planejadas para eliminar ou minimizar possíveis riscos, mas você tem autonomia para pausar, pedir esclarecimento ou orientação, ou mesmo suspender sua participação a qualquer momento se sentir-se desconfortável, constrangido ou de algum modo afetado negativamente, sem que haja penalidades ou julgamentos sobre você.

Sua participação na pesquisa **não é remunerada nem implicará em gastos para você ou seu sindicato**, já que a entrevistadora realizará o contato, arcando assim com os custos da ligação. Entretanto, na excepcionalidade de algum gasto para fins exclusivo da realização desta pesquisa, você será devidamente ressarcido(a) pela pesquisadora, de forma a evitar ou minimizar qualquer prejuízo financeiro ou material. É importante frisar que, da mesma forma, não há qualquer remuneração aos sindicatos participantes, cabendo-lhes apenas a indicação de aposentados de sua base.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão absolutamente confidenciais e só serão divulgados de forma **que não permita sua identificação**, visando assegurar o sigilo de sua participação. Nenhuma imagem ou áudio será tornado público sem sua prévia autorização.

Rubrica do participante
Rubrica do pesquisador

A pesquisadora responsável se compromete a utilizar os resultados obtidos somente para fins acadêmicos e científicos e ainda, a manter restrito o manejo deste material à equipe envolvida na pesquisa, para garantia de sua segurança.

Cabe ainda esclarecer que, se houver algum dano, comprovadamente decorrente da presente pesquisa, você terá direito à indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil, na Resolução nº 466/2012 e na Resolução nº 510/2016), do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

No que se refere aos possíveis benefícios de sua participação na pesquisa pode-se apontar a oportunidade de refletir sobre seu processo de transição para a aposentadoria e como ele impactou sua saúde. Além disso, espera-se que este estudo possa cooperar para uma visão crítica dos processos de adoecimento na aposentadoria, favorecendo a construção de novos modelos de atenção aos trabalhadores, e sua participação significará uma contribuição fundamental para seu êxito.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável pela pesquisa. É imprescindível também que você rubrique as duas primeiras páginas de cada uma das duas vias. Seguem os telefones e o endereço institucional da pesquisadora responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação nela, agora ou a qualquer momento.

Contatos da pesquisadora responsável: Conceição Maria Vaz Robaina, doutoranda do programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, situado à Rua São Francisco Xavier, 524, Bloco D, Sala 9002, 9º andar, Pavilhão João Lyra Filho - Maracanã- Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20550-013. Contatos pessoais: konrobaina@yahoo.com.br e (21) 997793823.

Rubrica do participante
Rubrica do pesquisador

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Nome do(a) participante: _____ Assinatura: _____

Nome do(a) pesquisador: _____ Assinatura: _____

ANEXO C – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – UERJ

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPACTOS DA APOSENTADORIA NA SAÚDE DO TRABALHADOR E SUA RELAÇÃO COM O SENTIDO DO TRABALHO

Pesquisador: CONCEICAO MARIA VAZ ROBAINA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 38883320.8.0000.5282

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.380.509

Apresentação do Projeto:

A pesquisa de doutorado da Faculdade de Serviço Social que se propõe a entrevistar trabalhadores aposentados de diferentes ramos de produção para investigar se o processo de aposentadoria causou sofrimentos ao trabalhador, identificado por ele como adoecimento. A hipótese é que o sentido do trabalho alienado, apreendido ao longo da vida, se imponha ao aposentado por via da exigência de ser "útil", "produtivo" causando-lhe sofrimento. Captará aposentados indicados por quatro sindicatos (comerciários, bancários, professores universitários e petroleiros) do Rio de Janeiro. Realizará entrevistas por telefone com 5 aposentados de cada sindicato.

Objetivo da Pesquisa:

Tem como objetivo primário investigar a ocorrência de adoecimento do trabalhador em razão da aposentadoria, tendo sido diagnosticado segundo a classificação do Código Internacional de Doenças (CID) ou apenas segundo a percepção do próprio trabalhador, assim como seus vínculos com o sentido do trabalho. Como objetivos secundários pretende identificar se o trabalhador refere sofrimento psíquico ou outro tipo de adoecimento no processo de sua aposentadoria, seja no período que a antecede ou após a sua efetivação; analisar se o trabalhador correlaciona seu estado de saúde a seu processo de trabalho/aposentadoria e identificar estratégias seguidas pelos trabalhadores para manter sua saúde.

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ªand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

Continuação do Parecer: 4.380.509

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa apresenta risco mínimo que seria o de constrangimento em responder alguma pergunta do roteiro de entrevistas, sendo facultado ao entrevistado interromper a entrevista ou negar-se a responder. Pesquisadora assegura sigilo dos dados e o contato será feito por meio remoto para evitar riscos de contaminação no atual cenário, considerando que os participantes fazem parte do grupo de risco. Como benefícios, espera-se que o estudo possa cooperar para uma visão crítica dos processos de adoecimento na aposentadoria, favorecendo a construção de novos modelos de atenção aos trabalhadores, desde a fase de transição para a condição de aposentado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa pertinente, bem fundamentada, com cronograma factível.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou todos os termos exigido de forma adequada: folha de rosto carimbada e assinada, TAI dos 4 sindicatos que indicarão participantes tb assinados e carimbados, orçamento e cronograma, roteiro de entrevistas e TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, a COEP deliberou pela aprovação do projeto, visto que não há implicações éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para novembro de 2021. A COEP deverá ser informada de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	TAI.pdf	21/10/2020 15:35:39	ALBA LUCIA CASTELO BRANCO	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1623962.pdf	11/09/2020 18:32:27		Aceito
Orçamento	orcamento_Conceicao_Robaina.pdf	11/09/2020 18:27:04	CONCEICAO MARIA VAZ ROBAINA	Aceito
Cronograma	cronograma_Conceicao_Robaina.pdf	11/09/2020	CONCEICAO MARIA	Aceito

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ªand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 4.380.509

Cronograma	cronograma_Conceicao_Robaina.pdf	17:59:39	VAZ ROBAINA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_Conceicao_Robaina.pdf	11/09/2020 17:50:36	CONCEICAO MARIA VAZ ROBAINA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_Conceicao_Robaina2.pdf	10/09/2020 19:03:27	CONCEICAO MARIA VAZ ROBAINA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Conceicao_Robaina.pdf	10/09/2020 18:52:24	CONCEICAO MARIA VAZ ROBAINA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TAI_Petroleiros.pdf	10/09/2020 18:51:05	CONCEICAO MARIA VAZ ROBAINA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TAI_COMERCIARIOS.pdf	10/09/2020 18:50:49	CONCEICAO MARIA VAZ ROBAINA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TAI_Bancarios.pdf	10/09/2020 18:50:34	CONCEICAO MARIA VAZ ROBAINA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TAI_ASUERJ.pdf	10/09/2020 18:50:02	CONCEICAO MARIA VAZ ROBAINA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 05 de Novembro de 2020

Assinado por:
ALBA LUCIA CASTELO BRANCO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ªand. SI 3018
Bairro: Maracanã CEP: 20.559-900
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 Fax: (21)2334-2180 E-mail: etica@uerj.br